**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA**

LÚCIA MARIA DE ASSIS

LIMA BARRETO
Língua, Identidade e Cidadania

**São Paulo
2008**

LÚCIA MARIA DE ASSIS

LIMA BARRETO
Língua, Identidade e Cidadania

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de Concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Leonor Lopes Fávero

São Paulo
2008

FOLHA DE APROVAÇÃO**Lúcia Maria de Assis****LIMA BARRETO - Língua, Identidade e Cidadania**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Semiótica e Linguística. Geral

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

À memória de Lima Barreto.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Leonor Lopes Fávero, pela oportunidade, que muito contribuiu para meu crescimento pessoal e profissional; pela paciência nos momentos mais difíceis.

À Prof^a. Dr^a. Márcia Antônia Guedes Molina, pela amizade incondicional; por me ouvir; pelos empréstimos e sugestões; pelo carinho a mim dedicado.

Ao André, por não se incomodar com minha presença apenas física; por estar do meu lado sempre dizendo que valeria à pena chegar ao fim.

À família (minha mãe e meus irmãos) que esteve todo o tempo procurando uma maneira de ajudar: palavras de incentivo, orações e o amor incondicional.

Ao Centro Universitário de Barra Mansa, pelo apoio financeiro.

“Possam estas palavras de grande fê; possam elas na sua imensa beleza de força e de esperança atenuar o mau efeito que vos possa ter causado as minhas desenxavidas. É que eu não soube dizer com clareza e brilho o que pretendi; mas uma coisa garanto-vos: pronunciei-as com toda a sinceridade e com toda a honestidade de pensar.”

(Lima Barreto)

ASSIS, Lúcia Maria de. **Lima Barreto – Língua, Identidade e Cidadania** . 2008. 166 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a manifestação lingüístico-discursiva a respeito de língua, identidade lingüística e cidadania presente na obra de Lima Barreto, literato que viveu no Rio de Janeiro entre os anos de 1881 e 1922. De maneira específica, examina o significado da literatura militante do autor, sua crítica ao purismo lingüístico e sua manifestação crítica nas crônicas jornalísticas e ficcionais. Para isso, baseamo-nos nos pressupostos teóricos da História das Idéias Lingüísticas, os quais dizem que o estudo de uma língua vincula-se a assuntos relevantes da história e da constituição de determinada sociedade na tentativa de compreender o imaginário social que se constitui ao longo dessa história, chegando à identificação lingüístico-cultural de um povo. Isso é possível, porque uma produção literária sempre está associada a um tempo e, portanto, reflete as angústias e os sonhos a ela contemporâneos, transformando-se em relato de determinado contato sócio-histórico. Nesse sentido, analisar a obra limana possibilita a aquisição de um conhecimento sobre a história da língua portuguesa do Brasil.

Palavras-chave: Lima Barreto – Identidade Lingüística – Cidadania – História das Idéias Lingüísticas – Purismo Lingüístico

ASSIS, Lúcia Maria de. **Lima Barreto – Language, Identity and Citizenship**. 2008.166f. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the linguistic-discourse occurrence of the language, linguistic identity and citizenship presented at Lima Barreto's work, literate that lived in Rio de Janeiro by the years 1881 and 1922. Especially it examines the meaning of the militant literature of the author, his criticism to the linguistic purist and its occurrence in the journalistic and fiction chronicles. To do it, we based on the theoretical presumption of the History of the Linguistic Ideas which says that the study of a language is linked to the relevant subjects of the history and the constitution of a specific society trying to comprehend the social imaginary that is built along its history, in order to identify the linguistic-culture of a people. That is possible because a literary production is always linked to a time and, therefore, it shows its anxieties and dreams, changing into a relate of a specific social-historical contact. In this sense, the analysis of Lima Barreto's work helps to acquire knowledge about the history of the Portuguese language in Brazil.

Key-words: Lima Barreto – Linguistic Identity – Citizenship – History of the Linguistic Ideas – Linguistic Purist

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS E LITERATURA.....	18
1.1 - O QUE É HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS?.....	18
1.2 - IDÉIAS LINGÜÍSTICAS NO SÉCULO XIX E A IDENTIDADE BRASILEIRA ..	22
2- LITERATURA E MILITÂNCIA NA <i>BELLE ÉPOQUE</i> - O CASO DE LIMA BARRETO	29
2.1 - A <i>BELLE ÉPOQUE</i> NO RIO DE JANEIRO	29
2.2 - O PAPEL SOCIAL DA LITERATURA EM LIMA BARRETO.....	43
2.2.1- Os significados de Literatura Militante em Lima Barreto.....	47
3 - O PURISMO LINGÜÍSTICO EM LIMA BARRETO	50
3.1 – PURISMO NOS SÉCULOS XIX E XX – UM CONCEITO DA <i>BELLE ÉPOQUE</i>	50
3.2– PURISMO LINGÜÍSTICO E IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL DA VIRADA SÉCULO.....	57
3.3 - LIMA BARRETO E A DENÚNCIA CONTRA O PURISMO LINGÜÍSTICO.....	60
3.3.1 – A obra Recordações do Escrivão Isaías Caminha	65
3.3.2 – O antipurismo em Isaías Caminha.....	74

4 – O CRONISTA LIMA BARRETO (IMPrensa, DENÚNCIAS, LINGUAGEM)	
.....	79
4.1 – O PAPEL DA IMPRENSA	79
4.1.1 – A imprensa e Lima Barreto	85
4.2 – O GÊNERO LITERÁRIO DA IMPRENSA – A CRÔNICA	88
4.2.1– A crônica de Lima Barreto	93
4.3. – OS TEMAS NA CRÔNICA BARRETIANA	96
4.3.1 – O que dizer sobre a língua?	97
4.3.2. – A superstição do doutor	103
4.3.3 - Educação Pública	107
4.4– O LÉXICO NAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO.....	116
5- A REPÚBLICA DA BRUZUNDANGA E A CRÍTICA BARRETIANA	124
5.1 - O PREFÁCIO DA BRUZUNDANGA	126
5.2 – OS SAMOIEDAS – CRÍTICA À LÍNGUA E À LITERATURA	127
5.3 – AS CLASSES SOCIAIS E POLÍTICAS NA BRUZUNDANGA	130
5.4 - LIMA BARRETO E O ENSINO NA BRUZUNDANGA	135
5.5 – A CONSTITUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO NA BRUZUNDANGA – O PAPEL DO MANDACHUVA E SEUS MINISTROS	138
5.6 – COSTUMES NA BRUZUNDANGA	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	156
FONTES	166

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX e o início do XX constituíram uma época de grandes questionamentos sobre a cidadania brasileira e a língua portuguesa do Brasil. Em literatura, o início do século XX foi denominado período Pré-Modernista, termo que se refere a uma nova tendência temática e formal que começava a se firmar. Como se encontrava justamente na transição entre Parnasianismo e Modernismo, características ainda conservadoras ainda reverberavam em vários escritores. Entretanto, já existia um ascendente elemento renovador que se levantava contra o conservadorismo nos costumes e, em especial, nas letras.

Parafraseando o que diz Bosi (1973), Penteado (2000:2e3) ressalta que o termo pré-modernista deve ser considerado em 2 sentidos contrastantes:

No primeiro, o prefixo pré assume conotação de mera anterioridade temporal e o período literário assim designado caracteriza-se como extremamente conservador, aglutinando escritores neoparnasianos tradicionalistas que, sob o critério estético, podem ser considerados anti-modernistas. Nesse sentido, o pré-modernismo acaba sendo o prosseguimento das tendências realistas, naturalistas e parnasianas. No segundo, o prefixo conota forte sentido de precedência temática e formal em relação aos valores da literatura modernistas, notadamente do período de 30, devendo ser visto como movimento renovador, oposto ao conservadorismo entranhado no sentido citado anteriormente, uma vez que os escritores representativos desse modo de entender o período passam a interessar-se pela realidade brasileira, propondo uma revisão crítica dos valores nacionais, muitas vezes, confundida com pessimismo ou ressentimento.

Lima Barreto, assim como Monteiro Lobato e Euclides da Cunha são exemplos de literatos que inauguraram esse pensamento a respeito da realidade brasileira, tema que passou a caracterizar, logo em seguida, o Período Modernista. Dessa forma, inauguraram, também, uma literatura que se preocupava com os problemas sociais e morais do país. Sob o ponto de vista do conteúdo, essa literatura abordava situações históricas só então consideradas: a miséria do caboclo nas zonas de decadência econômica, o sertanejo

nordestino e as alterações na paisagem e na vida social da Capital. A última tendo como principal representante o escritor Lima Barreto.

Como já se disse, o Parnasianismo sobrevivia ao novo ideal pré-modernista. Sendo assim, ao lado de Lima Barreto, que defendia literatura militante e língua que refletissem a real identidade do povo brasileiro, existiam aqueles que empregavam e defendiam

o estilo das camadas dirigentes, da burocracia culta e semiculta, das profissões liberais habituadas a conceber a poesia como linguagem ornada, segundo padrões já consagrados que garantem o bom gosto da imitação (Bosi, 1994:19).

Era, ainda, a manifestação clara de uma cultura provinciana e infectada pelo europocentrismo.

Entre os romancistas da era pré-moderna, Lima Barreto destaca-se por se situar mais próximo da renovação. Nele, a própria vida explica o caráter ideológico de sua obra: origem humilde, mulato, levava vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense. Tudo isso estava aliado à viva consciência da própria situação social, o que motivou seu socialismo tão emotivo e penetrante. É exatamente esse estímulo que o levou a uma representação literária crítica, o que também se refletiu no seu estilo e na sua linguagem.

Autor de uma vasta obra, só divulgada e reconhecida postumamente, é possível notar que esse literato lutou, muitas vezes sozinho, pelo reconhecimento do povo brasileiro e de sua cidadania, em detrimento de sua origem social, racial ou quaisquer outros preconceitos que, na transição do regime monárquico para o republicano, ou na transição do século XIX para o XX, pudessem vigorar.

Como pregava em favor da igualdade social e acreditava que isso teria início no uso da língua, a obra de Lima Barreto é permeada por críticas ao modelo purista da linguagem, às transformações socialmente excludentes ocorridas no Rio de Janeiro e aos valores *bellepoqueanos*, cópia de tudo que se vivia na Europa, em especial na França. Crítico e

defensor de um emprego lingüístico diferente daquele aprovado pela elite aristocrática, Lima Barreto viu-se desprezado, tanto pessoal como artisticamente.

Neste trabalho, entretanto, não é a vida do indivíduo Lima Barreto que mais importa. Ao contrário, interessa-nos analisar a manifestação lingüístico-discursiva de questões sobre língua, identidade e cidadania.

O trabalho será iluminado pela História das Idéias Lingüísticas, teoria difundida no Brasil por Orlandi, Guimarães, Fávero, entre outros. De acordo com a referida teoria, não se pode observar um objeto (neste caso, uma obra literária), sem levar em consideração o contexto e o autor, uma vez que as idéias não se fazem sem sujeitos que vivenciam determinadas situações, em algum lugar e em determinada época. Ou, nas palavras de Orlandi (1996: 17): “o estudo da linguagem não pode estar apartado da sociedade que a produz, pois os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais”.

Isso justifica o fato de, durante todo o tempo em que examinamos a obra barretiana e o que ela fala sobre língua, realizarmos também uma análise do Rio de Janeiro e suas transformações como Capital da República e, aliada a isso, uma descrição do literato e de suas condições de vida, bem como dos preconceitos que enfrentou. De outro modo, pode-se dizer que se pretende mostrar como Lima Barreto *dizia a língua*. Em Mendonça (2006:14), observamos que

dizer a língua não significa simplesmente falar sobre a língua, como *qualquer falante* faz, mas lançar seu discurso sobre a língua em meio aos outros com poder de dizer. Ou seja, dizer a língua pressupõe reconhecimento social para fazê-lo, significa entrar na luta em que o discurso é publicizado e ganha poder.

Lima Barreto, entretanto, tinha o status social de ‘um *qualquer falante*’ ou, melhor dizendo, de ‘um falante qualquer’, pois possuía todos os atributos que a elite dominante desvalorizava. Seu discurso sobre a língua, portanto, não seria ouvido. Mesmo assim,

busca um espaço (seu espaço) na imprensa e no meio literário e, principalmente por meio de suas crônicas, consegue que seu discurso seja publicizado.

Diante disso, pode-se afirmar que analisar sua obra permite-nos descrever como se configura a língua portuguesa naquela época, revelando a luta de Lima Barreto por uma sociedade igualitária. Para tal, observamos sua abordagem ao purismo lingüístico, à educação elitista, ao mandarinato literário, ao poderio do doutor. Tudo isso criticando o modelo lingüístico que privilegia a elite dominante. Este trabalho, então, é uma pesquisa histórico-lingüística que procura mostrar, por meio do estudo da língua, os sentimentos, as sensibilidades e as paixões dos sujeitos, tendo como centro das preocupações as relações de poder que se podem fazer por meio de jogos políticos e lingüísticos.

Em relação ao jogo político, é importante observar sua presença nas relações travadas pelo Estado e nos diferentes âmbitos da vivência social, uma vez que não constitui um setor separado mas, para Silveira (2006:117), “uma modalidade da prática social que se concretiza no cotidiano e é reelaborada de acordo com as expectativas e experiências pessoais”.

Se nossa pretensão é trabalhar com a constituição do ideário de língua, identidade e cidadania no período de transição Império/República, devemos refletir sobre o que nos leva a lançar mão da literatura e, especificamente, de Lima Barreto. Em relação ao texto literário como objeto de análise, sua utilização justifica-se pelo fato de uma produção literária estar sempre associada a um tempo e a um sujeito inserido numa sociedade e, portanto, refletir as angústias e sonhos de agentes sociais a ele contemporâneos. Para isso, mescla elementos da ficção e das possíveis realidades existentes no momento da criação.

A obra literária como parte do mundo e das criações humanas transforma-se em relato de um determinado contato sócio-histórico. Portanto, como afirma Silveira

(2006:119), “qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada, isto é, situada no processo histórico”.

A outra parte da reflexão diz respeito à escolha de Lima Barreto. Ao pretender trabalhar com o discurso literário no período aqui apresentado, encetamos uma busca do autor (ou dos autores) que nos serviriam especificamente como objeto, uma vez que não seria viável uma análise que se detivesse em todos os literatos do referido período. Deparamo-nos, então, com dois representantes que nos interessavam: João do Rio e Lima Barreto.

Aparentemente, os dois poderiam ter sido marginalizados, os dois tinham vivido no e falavam do Rio de Janeiro (nossa intenção, de antemão, já era trabalhar com o discurso do marginalizado na sociedade carioca, uma vez que não era o ideal da elite que pretendíamos analisar, nem era a esta classe que pretendíamos dar voz). Diante disso, iniciamos nossas leituras a respeito dos dois literatos. Em pouco tempo, a intimidade com Lima Barreto estabeleceu-se e decidimos que seria este e apenas este o literato analisado.

Toda a obra e história barretianas aproximavam-nos mais dele, pois consideramos de extrema importância trabalhar com um nome que, à sua época, ocupava um não-lugar na sociedade brasileira aristocrática, devido a preconceitos que, ainda hoje, têm corpo e espaço na sociedade brasileira.

Para atingir tal intento, pretendemos alcançar os seguintes objetivos específicos:

- 1- examinar o significado de literatura militante e o papel social da mesma, uma vez que ser social e militante são as principais características da obra limana;
- 2- examinar os conceitos de purismo lingüístico e a crítica de Lima Barreto contra tal fenômeno, em especial no romance Recordações do Escrivão Isaías Caminha;
- 3- analisar a manifestação crítica em relação à língua, educação e preconceitos nas crônicas jornalísticas e/ou ficcionais do referido literato.

Em busca do alcance desses objetivos, no capítulo 1 deste trabalho, aborda-se o que é realizar um estudo amparado pela História das Idéias Lingüísticas, demonstrando que, para se discutir uma idéia lingüística, é necessário considerar os instrumentos tecnológicos a ela ligados e a história do povo que fala a língua sob análise.

No capítulo 2, procura-se mostrar a época a que se reporta a pesquisa e a cidade onde os fatos narrados se desenvolveram. Nossa intenção é construir o contexto em que se inseria o literato Lima Barreto, pois melhor entenderemos sua crítica se soubermos sua origem. Ainda nessa parte, abordam-se o significado de literatura militante e o papel da literatura no Brasil, uma vez que o “escritor maldito”, um militante, defendia uma literatura que tratasse questões relativas aos problemas da nação.

No capítulo 3, examinam-se alguns conceitos de purismo e se observa a crítica limana em relação a esse fenômeno. Para isso, analisa-se o romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, que inaugura a carreira literária de Lima Barreto, em 1909. É principalmente em *Isaías Caminha* que procuramos evidenciar a denúncia antipurista que perpassa praticamente toda a obra barretiana.

No capítulo 4, trata-se da imprensa na *belle époque* e o gênero literário nela mais recorrente – a crônica. Procura-se evidenciar como funcionava o sistema jornalístico e o papel exercido por essa instituição como agente disseminador de idéias bem como do modelo de língua que deveria ser empregado e valorizado. Em relação à crônica, estabelece-se uma discussão sobre a configuração desse gênero, mostrando que nele há um misto de jornalismo e literatura, que possibilita o emprego de características das modalidades escrita e oral da língua. Importa-nos trabalhar com o referido gênero porque a obra de Lima Barreto, de acordo com Bosi (1994), tem muito de crônica, mesmo nos textos que se pretendem crítica, sátira ou romance.

Em seguida, são analisadas as crônicas jornalísticas do autor, descrevendo de que maneira, nelas, ele critica a língua elitizante e discriminadora, a educação e os preconceitos advindos da extraordinária importância atribuída a quem possuísse o título de doutor. Por último, faz-se um levantamento lexicográfico nas crônicas barretianas. Nossa intenção é demonstrar que a seleção lexical realizada pelo literato reforça sua idéia de despojamento da língua nacional (brasileira), que mais se aproxima do povo.

No capítulo 5, realiza-se o exame da obra satírica *Os Bruzundangas*, que, como mostra Vasconcellos (2001), são crônicas ficcionais (mas também críticas). Nela, há um narrador brasileiro, que morou por algum tempo na Bruzundanga, um país muito distante do Brasil e completamente diferente daqui. No prefácio, Lima Barreto explica que a importância de se ler sobre a Bruzundanga é de nos livrar dos males lá existentes, de forma que eles não assolem o Brasil. Obviamente, trata-se de uma visão debochada do Brasil do início do século XX, como o próprio nome Bruzundanga já diz, um país de *palavrório que não leva a nada*.

Com *Os Bruzundangas*, publicado em 1919, o literato suburbano critica a língua preciosista, a literatura empolada e fútil, as instituições de ensino que só servem para dar títulos à aristocracia, o ensino público, destinado a formar as pessoas da elite, a reforma urbana que desabriga as pessoas em nome de um retrato afrancesado do país, a República que deseja mostrar um Rio de Janeiro sem negros e sem pobres.

1- HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS

(...) a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestações da ideologia. (Brandão, Helena. N. *Introdução à Análise do Discurso*)

1.1- O QUE É HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS?

De acordo com Guimarães e Orlandi (1996:9), “tratar as idéias lingüísticas é tratar a questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e sua relação com a história do povo que a fala”. Assim, pode-se afirmar que não é possível tratar de idéias sem tratar de história e, de certa forma, sem tratar da língua, pois é ela que (representa) significa essa história.

A esse respeito, Cyrino e Joanilho (2006:58) afirmam que a língua é e tem história, por isso “encontramos na base da constituição do saber lingüístico um caráter empírico e técnico, desenvolvido de um ponto de vista histórico”. Desse modo, quando se pretende estudar a história das idéias lingüísticas no Brasil, deve-se trabalhar com a contribuição de um saber metalingüístico, pois é esse saber que constituirá a história ou a gramatização da língua do povo brasileiro.

Por gramatização, de acordo com Aurox (1992:65), “deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua”. Em princípio, essa descrição utiliza como instrumentos tecnológicos o dicionário e a gramática. Entretanto, observa-se que outras tecnologias também podem ser destinadas a esse fim, como as instituições onde os saberes foram adquiridos, discutidos e consolidados, conforme afirmam Fávero e Molina (2006:25), quando dizem:

História das Idéias Lingüísticas contempla o estudo das Instituições onde, por exemplo, no século XIX, tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam, pois o historiador deve projetar os fatos num hiper-espaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas.

O valor das instituições como instrumentos que veiculam idéias lingüísticas está alicerçado no fato de que não há produção de idéias (lingüísticas) sem história e sem sociedade e, por isso, como afirmam Nunes e Petter (2002), o saber lingüístico não pode ser considerado de maneira separada das formações sociais e das instituições com as quais se relaciona.

Para Guimarães e Orlandi (1996:9):

a produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente. E a produção tecnológica relacionada como linguagem é, não há dúvida, lugar privilegiado de observação do modo como uma sociedade produz seu conhecimento relativamente à sua realidade.

A necessidade de conhecimento de sua realidade lingüística ascende no Brasil, nos séculos XIX e XX. Nesse período surge o questionamento a respeito de uma língua que fosse brasileira. Nesse momento era reivindicada

uma língua e sua escrita, uma literatura e sua escritura, instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos, sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. (Orlandi, 2001:8)

Em outras palavras, é exatamente nessa época que floresce a necessidade de uma identidade nacional, algo que diferenciase a terra colonizada de seu colonizador. Essa necessidade, conforme afirmam Fávero e Molina (2004), propiciou questionamentos sobre a Língua Portuguesa, que fornecem subsídios para a compreensão de nosso saber lingüístico.

Como a imprensa escrita e as obras literárias devem ser consideradas objetos/espços que colaboram para o estudo da constituição da identidade de um povo,

uma vez que veiculam ideologias e representam o uso lingüístico vigente à época estudada, a observação de textos literários do Brasil pode nos levar ao exame de como se constituiu parte desse país.

São tarefas como essa que nos levam a conhecer a língua e o saber que se constrói sobre ela ao mesmo tempo em que pensamos a formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem. Nesse sentido, História das Idéias Lingüísticas significa um olhar diferente sobre a história ou ainda, como afirmam Fávero e Molina (2006:24),

todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalingüística, quer de uma atividade metalingüística não explícita (...). A História das Idéias Lingüísticas permite, então, estudarem-se não somente as antigas gramáticas [de determinada língua] (...), como as primeiras escritas por brasileiros (...) e também qualquer outro saber fundado na ciência lingüística.

Fazer História das Idéias Lingüísticas, em relação ao Brasil, por exemplo, é mostrar que um estudo sobre a história da língua portuguesa no Brasil e de seu conhecimento pode nos levar ao estudo da formação da sociedade brasileira. Isso se deve ao fato de que é no processo de construção da história da língua que surgem as idéias, a história do povo e da nação.

Sobre isso, Orlandi (2002:15-16) diz:

pensando o trabalho do historiador, creio que a diferença de um trabalho como o que proponho está em uma inversão: ao invés de fazer a história da sociedade brasileira aí incluindo a língua, procuro mostrar como o estudo sobre a história da língua e de seu conhecimento pode nos ‘falar’ da sociedade e da história política da época, assim como do que resulta como idéias que se constituem e que nos acompanham ao longo dessa história.

Parafraseando Auroux (1992:11), realiza-se um trabalho que, mesmo falando do passado, possa justificar uma prática do presente, uma vez que “todo conhecimento é uma realidade histórica” e que “o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção, assim como um horizonte de projeção”. Para compreender a

constituição lingüística de um país, portanto, é necessário trabalhar essa espessura do saber lingüístico, organizando e reconstruindo o passado, uma vez que sem memória não há saber.

O texto literário deve ser considerado um espaço/objeto que permite trabalhar esse viés, já que constitui um espaço de reflexão, compreensão e interpretação dos sentidos sobre a língua e possibilita o exame desse espaço no passado de um povo.

Segundo Corrêa (2006), a literatura brasileira configura um discurso a respeito de outros discursos, a partir do qual se pode observar a identidade lingüística do brasileiro, ou seja, a observação dos usos lexicais de determinada época mostra-nos as unidades memorizadas e cristalizadas que fazem parte da memória social do povo.

Sendo assim, diversamente do pensamento saussureano, que prega ser a língua um sistema homogêneo, abstrato e autônomo, ao se observar sua configuração no Brasil, nos séculos XIX e XX, deve-se pensar a língua como uma forma material básica para o funcionamento do discurso que, no momento em que rompe com os modelos vigentes, vai demonstrando a formação da identidade nacional. Isso pode ser melhor observado no discurso literário.

Entretanto, óbvio é que, ao defender a mudança no uso lingüístico, ou melhor, um uso lingüístico que realmente represente o brasileiro, os literatos ainda conservam relações com o passado, uma vez que, conforme mostra Corrêa (2006:8),

o indivíduo é um ser que transforma e que, ao mesmo tempo, cultiva ou conserva, no fluxo dessa transformação; as formas de agir e interagir na/pela linguagem são sustentadas por mudanças que implicam permanências, [por isso] as transformações, no campo da linguagem, arrastam consigo as matrizes do passado.

Sendo assim, uma análise da linguagem expressa em Lima Barreto na passagem do século XIX para o XX, pode explicar o passado lingüístico e, de certa forma, relacioná-lo ao presente. Ou seja, a memória constante na literatura desse período colabora para a

construção do saber atual sobre a língua. Portanto, analisar como esse escritor significa as discussões em relação ao uso da língua, é considerar a história das idéias e das mentalidades do próprio Brasil.

1.2 –IDÉIAS LINGÜÍSTICAS NO SÉCULO XIX E A IDENTIDADE BRASILEIRA

De acordo com Bisinoto (2006:82), “a associação da identidade lingüística à noção de nacionalidade não foi historicamente pacífica”, já que a relação entre língua e nação/nacionalidade é mais complexa do que simplesmente ser falante nativo. Na verdade, essa consideração envolve questões políticas, econômicas, administrativas e até tecnológicas.

No Brasil, apesar da construção da identidade nacional sofrer influências da ideologia européia, a constituição da língua impunha diferenças. Como aqui não havia tradição cultural, um dos problemas na formação da identidade era a necessidade de eliminar a idéia de que a língua do Brasil não passava de um dialeto da língua de Portugal, uma vez que a nacionalidade passava pela construção de uma língua nacional¹. Sendo assim, pode-se afirmar que a constituição de uma língua brasileira estava diretamente relacionada à formação do Estado brasileiro.

Nessa tentativa de reconhecimento, o século XIX, no Brasil, foi marcado por uma intensa produção intelectual que visava a demonstrar que a língua, falada e escrita aqui,

¹ (...) língua da nação, que pretensamente une a todos sob uma mesma cultura. MARIUZZO, Patrícia. Uma língua, múltiplos falares. In *Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN*. Disponível em www.revista.iphan.gov.br.

Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. GUIMARÃES, Eduardo. O multilingüismo e o funcionamento das línguas. In *Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN*. Disponível em www.revista.iphan.gov.br.

era diferente daquela de Portugal, apesar de ainda não ser considerada a língua nacional, ou seja, de uso oficial e da administração pública – a institucionalizada.

Para Mariani (2004:10), a não institucionalização da língua do Brasil é consequência da constituição do sujeito (brasileiro) em relação com a própria língua. Esse sujeito esbarra no eurocentrismo do colonizador que se impõe “pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo a memória do colonizador sobre sua própria história e sobre sua própria língua”. Ocorre, assim, uma tentativa de aprisionamento do português brasileiro nas grades modelizantes da língua imaginária, vinculada a uma memória de língua de conquistas e de correção gramatical.

Se seguirmos os estudos de Faraco (2002:23), veremos que o problema ainda é mais extenso. Segundo o autor, a constituição da língua portuguesa do Brasil deu-se sobre uma enorme distância entre a modalidade culta e a cultuada, ou “entre o que os letrados usam em sua fala formal e o que se codificou como correto na escrita”. Por isso, mesmo no século XIX, quando o Brasil se torna independente, a língua caminha em direção a um padrão lusitano em vez de ir em direção à construção de uma identidade nacional que privilegie as características diferenciadoras da nação.

De acordo com Pagotto (1998), essa aproximação com Portugal faz parte do projeto político da elite brasileira da época, que pretendia construir uma nação branca e europeizada. Na verdade, pregava-se que, apesar de independente, o Brasil não deveria deixar de ser europeu, por isso a necessidade de cultuar e manter o que representava a superioridade cultural e o índice de civilização, em resumo, a língua do colonizador. Para os puristas, representantes da elite conservadora, deveria ser preservada a pureza da língua dada pelos portugueses.

Note-se, então, que a grande discussão girava em torno da norma culta. Para Pagotto (1998:50 e 51), uma norma “impressa de sentidos que se ligam tanto à ancestralidade de uma cultura superior quanto à inscrição social do sujeito no domínio simbólico das diferenças”. Dessa forma, a constituição de uma norma culta no/do Brasil seria fruto de um trabalho discursivo executado por gramáticos, jornalistas e escritores que construiriam os significados que hoje atribuímos às formas escritas. Em outras palavras, tratava-se de um processo histórico de modelação de uma sociedade em que a elite implantaria e procuraria manter sua estrutura de dominação.

Na constituição desse novo modelo, embora tenha havido a substituição de muitas formas estranhas ao modo de falar brasileiro, as normas também não representavam a oralidade aqui encontrada. Por isso, Biderman (2002), diz que, em princípio, o literato José de Alencar pleiteava o direito dos literatos brasileiros escreverem conforme a norma brasileira, adotando o uso comum desta nação, como se observa no *Poscrito de Diva* (*Perfil de Mulher*), de 1865:

(...) sendo a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. (...)

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada.

Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim fazendo que acompanhe o progresso das idéias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se. (...)

Quanto à frase ou estilo, também se não pode imobilizar quando o espírito, de que é ela a expressão, varia com os séculos de aspirações e de hábitos. Sem o arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe dos idiotismos estrangeiros, devem as línguas aceitar algumas novas maneiras de dizer, graciosas e elegantes, que não repugnem ao seu gênio e organismo.²

Isso nos leva à suposição de que uma tentativa de aproximação do texto literário do Brasil com a língua do povo brasileiro ocorreu no século XIX, quando o referido escritor

²ALENCAR, José de. *POSCRITO* (1865). *Diva* (*Perfil de mulher*),. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1891. pp. 193-215. In PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil – Textos Críticos e Teóricos*. São Paulo: EDUSP, 1978. p. 55-67.

tentou dar uma feição própria à gramática no seu texto, com elementos dos falares brasileiros, buscando, inclusive, a inserção de uma estruturação textual típica da oralidade, a qual, segundo Lajolo (1996), está relacionada com a formação do leitor que precisava ser conquistado.

Por outro lado, entretanto, Nunes e Petter (2002) afirmam que o referido literato pretendia muito mais alcançar a liberdade do artista do que uma real independência da variante brasileira. É necessário ressaltar que essa posição, a mais adotada entre os críticos literários em relação a José de Alencar, encontra-se embasada na continuidade do mesmo texto do literato:

A linguagem literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem se diga e comum que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece. (...)

O erro grave da escola clássica está em exagerar a influência dos escritores sobre o público. Entende ela que os bons livros são capazes de conter o espírito público e sujeitá-lo pelo exemplo às sãs lições dos clássicos. É um engano: os bons livros corrigem os defeitos da língua, realçam suas belezas e dão curso a muitos vocábulos e frases ou esquecidos, ou ainda não usados. (...)

Não há contestar: é o direito da inspiração e do gosto, exerça-se ele sobre a idéia ou sobre a palavra. Ao público cabe a sanção: ele desprezará o autor que abuse da língua e a trucidar, como despreza aquele que é arrastado às monstruosidades e aleijões do pensamento. Da mesma forma aplaudirá as ousadias felizes da linguagem, como aplaude as harmonias e aos arrojos do pincel inspirado. (...)

Concluindo, chamo sua atenção para a nota junta, em que eu justifico algumas inovações de que me tornei réu, nos dois volumes referidos. Não quero que me sejam elas reveladas a pretexto de erros ortográficos: cometi-as muito intencionalmente.³

Apesar das inovações, ainda tínhamos uma norma culta distante do português brasileiro e, extremamente próxima do português europeu. Isso ocorria porque, para uma grande mudança, era necessário romper politicamente com a Europa e constituir uma elite à imagem e semelhança da nação brasileira. Entretanto não era esse o desejo. O próprio

³ (*ibidem*)

Alencar valia-se de dicionários que retratavam o português europeu e das gramáticas tradicionais a fim de defender-se de incorreções em sua obra:

Quem quer que percorra ligeiramente o dicionário português mais castiço, o de Morais, achará nele cópia de palavras de origem francesa, que se aclimataram bem em nossa língua e passaram à categoria de clássicas, somente pela razão de as reconhecerem necessárias e bonitas os autores quinhentistas. Pois nós os modernos escritores, como eles artistas da palavra e do discurso, não teremos o mesmo direito?⁴

Pagotto (1998:55), entretanto, argumenta que, “num país em que se estrutura o Estado, uma dada nação começa a ser construída a partir da busca de identidades. Nessa busca, a literatura desempenha um papel fundamental, pois é o que pode materializar uma identidade cultural que as elites almejam”. Sendo assim, a afirmação de uma literatura brasileira independente, no século XIX, seria fundamental para a constituição do Brasil como nação, pois seria a afirmação da autonomia e uma conseqüente identidade cultural própria.

Contrariamente, conforme expõe Pagotto (2001), admitir a existência de uma língua literária brasileira significava admitir, como língua, o que era a fala de ignorantes, uma vez que aqui não havia tradição cultural, mas um baixo índice de pessoas alfabetizadas e cultas.

Diante dessas questões, o século termina ainda com uma grande corrente purista⁵, que considerava afirmar o português do Brasil o mesmo que nivelar por baixo. Desse modo, perdurou a norma culta portuguesa, ensinada apenas a quem tinha rigorosa educação, garantindo o processo de exclusão, que não se deu somente a partir de uma relação subjetiva e natural das formas lingüísticas com determinados grupos dominantes, nem só pela promoção de determinadas formas pelo aparelho ideológico do estado. No dizer de Pagotto (1998:67), “a exclusão contou com um laborioso trabalho discursivo em que uma identidade com o português de Portugal foi cuidadosamente construída”.

⁴ (*id. ibidem*)

⁵ O conceito de purismo será estudado no capítulo 3.

Como se viu, a discussão sobre o papel da língua no Brasil teve seu início no primeiro quartel do século XIX, não configurando, entretanto, um problema lingüístico de grande interesse. Mais tarde, ainda nesse mesmo século, as discussões avolumaram-se e o emprego de neologismos tornou-se a questão central a respeito da existência de uma língua brasileira.

Na metade do século XIX, o problema da língua ganhou status de interesse nacional, uma vez que principiaram as afirmações de que o Português do Brasil era uma língua diferenciada, principalmente na modalidade falada. Nesse momento, ascende uma força conservadora que defende a pureza de estilo como manejo de formas vernáculas legítimas que sejam de uso corrente, e também sancionadas pelos clássicos e pelo consenso dos literatos. O problema, entretanto, dizia respeito apenas à linguagem literária, uma vez que, como afirmara José de Alencar, “uma coisa é a linguagem literária e outra a fala comum”.

Já no final do século, a discussão é ampliada, alcançando o patamar da língua nacional em todas as instâncias, não somente a literária. A esse respeito, Nabuco (1875, *apud* Pimentel Pinto, 1978:XXXI), salienta que “a identidade de língua não implica a dependência literária do Brasil”.

A discussão perdura e, somente no início do século XX, ocorre a superação da polêmica noção de hierarquia das variantes brasileira e portuguesa e, secundariamente, a consciência do caráter social de algumas variantes lingüísticas, conforme afirma Pimentel Pinto (1978).

Como se objetiva analisar de que maneira essas questões eram significadas na literatura de Lima Barreto e partindo-se do princípio de que as idéias não se constroem sem história, passa-se, a seguir, a descrever o que acontecia no palco de toda essa discussão: a cidade do Rio de Janeiro. Reconstruir essa história justifica-se também nas palavras de

Silva Neto (1986:18): “o estudo lingüístico de uma grande cidade pressupõe o estabelecimento de sua estrutura social e o levantamento de suas áreas, já que elas refletem-se no uso lingüístico”.

2- LITERATURA E MILITÂNCIA NA *BELLE ÉPOQUE* – O CASO DE LIMA BARRETO

A vida de cada um de nós, que é feita e guiada mais pelos outros do que por nós mesmos, mais pelos acontecimentos fortuitos do que por qualquer plano traçado de antemão, arrasta-nos, às vezes, nos seus pontapés e repelões, até onde nunca julgaríamos chegar. (*A Matemática não falha*. Lima Barreto)

2.1 – A *BELLE ÉPOQUE* NO RIO DE JANEIRO

A obra de Lima Barreto contém e sintetiza a realidade de sua época. Entretanto, para que essa realidade seja compreendida, é necessário seu exame junto com os aspectos constitutivos da história dessa época, uma vez que, de acordo com Cury (1981:50),

a produção humana indica que nada é isolado. A compreensão isolada de um fenômeno priva-o de sentido, porque sua inteligibilidade apenas referida a ele próprio, sem perceber a totalidade de relações que contém. Para analisá-lo, é necessário buscar suas relações com as demais formas de produção humana. Concretamente isso só é possível através da historicização. E é essa historicização que permite a não petrificação do fenômeno, porque o pensar referido ao real se integra no movimento do próprio real.

Vista assim, como totalidade, a obra limana, ao mesmo tempo em que apreende, promove mudanças ainda em gestação no germe social. Para possibilitar a melhor compreensão desse fenômeno, enfoca-se, aqui, o que ocorria no Brasil durante a *belle époque*, retratando o panorama sócio-político-econômico-cultural do país, especificamente do Rio de Janeiro, lugar que exerceu papel preponderante como capital cultural do Brasil, além de ser o centro das decisões políticas e administrativas.

Já que “dar conta da história lingüística de uma língua implica necessariamente dar conta de sua história social”, no dizer de Callou (2002:281), esse enfoque proporciona material que permite analisar as influências do movimento *bellepoqueano* no uso da língua

portuguesa do Brasil. Ou, ainda, proporciona a observação de como o uso dessa língua refletia o momento histórico evidenciado, pois, como afirma Sevcenko (2003:27),

houve, no século XX, um reconhecimento categórico de que a linguagem está no centro de toda atividade humana. (...) Sendo ela produzida pelo complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si e com a realidade, passou a ser um elemento modelador desse mesmo conjunto. A linguagem se torna, dessa forma, um elemento praticamente invisível de sobredeterminação da experiência humana.

Esse período assinala uma fase única na história cultural brasileira. Nessa época, os conceitos e valores surgiam da crescente necessidade de modernização pela qual o Rio de Janeiro passava, pois era uma cidade formada por uma sociedade “dividida entre senhores e escravos, fazendas e portos”, conforme afirma Needell (1993:23).

Dessa forma, de um lado, havia uma população poderosa e rica e, de outro, um grande número de negros, mulatos, escravos e libertos, que sobreviviam como trabalhadores rurais, empregados domésticos, artesãos, ao lado de meeiros empobrecidos e sitiantes. Entre essas duas classes, viviam pressionados os profissionais liberais, os burocratas subalternos, os empregados dos escritórios e os pequenos lojistas, uma vez que não eram nem ricos nem exatamente pobres.

Nesse cenário, crescia, a partir de 1860, o movimento abolicionista, o que era uma ameaça à ordem do império português. Esse movimento atraiu elementos urbanos de todos os estratos, sobretudo do médio, pois afetava os fundamentos da centenária estrutura rural dominada pelas antigas e novas elites latifundiárias. Assim, mesmo contra a vontade de alguns, em 1888, a abolição foi conquistada, o que significou o triunfo do movimento urbano sobre as elites agrárias.

Outro movimento que despontava com grande força era o pró-República. Entretanto, ao ser proclamada, a população não se viu livre dos problemas. Ao contrário,

foram criados outros, uma vez que o novo regime dividiu ainda mais as forças políticas e o povo viu-se obrigado a sobreviver ao Encilhamento.⁶

Como consequência da proclamação, no Rio de Janeiro, a população aumentou exageradamente, pois as pessoas buscavam aquela cidade a fim de obter uma vida melhor; acreditavam que ali encontrariam novas oportunidades de emprego já que se tratava da Capital Federal. Havia, então, uma grande diversificação étnica e os negros engrossavam o número de desempregados. Esse aumento populacional obviamente gerou problemas diversos, os quais diziam respeito, principalmente, a emprego e moradia. Sobre esse último, Lima Barreto assim se manifestou:

Atualmente, nada mais mete medo a um pobre-diabo que a tal história de aluguel de casa. Não há quem não esteja pagando, por trapeiras, exorbitantes locações dignas da bolsa de ricos e altos *escrocs* internacionais. (...) Para melhorar um tão doloroso estado de coisas, a prefeitura põe abaixo o Castelo e adjacências, demolindo alguns milhares de prédios, cujos moradores vão aumentar a procura e encarecer, portanto, ainda mais, as rendas das habitações mercenárias. (*Variações*)

Como a população aumentou, mas a oferta de emprego não acompanhou essa mudança, havia muitas pessoas mal remuneradas ou sem trabalho, o que, por consequência, aumentou o número de menores abandonados e da população perigosa, formada por ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e de navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, pivetes, capoeiras. Em *O caso do mendigo*, Lima Barreto explica por que havia tanto desemprego:

Quem seria este cego antes de ser mendigo? Certamente um operário, um homem humilde, vivendo de pequenos vencimentos, tendo às vezes falta de trabalho; (...) Os operários nem sempre têm serviço constante. A não ser os de grande fábricas do Estado ou de particulares, os outros contam que, mais dias, menos dias, estarão sem trabalhar, portanto sem dinheiro; daí lhes vem a necessidade de economizar, para atender a essas épocas de crise. (*O caso do mendigo*)

⁶ Encilhamento – trata-se de um período de inflação, investimento e especulação que ficou conhecido pela elite e pelo povo como “uma época de desenvolvimento quimérico e especulação frenética em empresas de integridade duvidosa, dirigida por charlatões” (Needell, 1993:32)

Na política, os conflitos também existiam, pois grandes eram as expectativas de que as pessoas, outrora alijadas do jogo político, agora pudessem participar das decisões sobre o futuro do país. Entretanto, isso não aconteceu, apesar de o Rio ser “a arena em que os destinos nacionais se decidiriam” (Carvalho, 1997:22). Os operários, organizados em partidos políticos, deflagravam as primeiras greves em defesa do poder aquisitivo corroído pela inflação; os pequenos proprietários, empregados e funcionários públicos organizavam-se em clubes jacobinos e batalhões patrióticos; os capoeiras, tidos como marginais, eram presos.

A chegada da República também trouxe conseqüências para o mundo das idéias:

houve um abrir de janelas, por onde circulavam mais livremente idéias que se continham no recatado mundo imperial. Criou-se um ambiente de porre ideológico ou de maxixe do republicano doido (...); misturavam-se vertentes do pensamento europeu, como o liberalismo e o positivismo, além do socialismo e do anarquismo. (Carvalho, 1997:24)

Algumas pessoas tinham uma visão do pacto social mais popular e centralizador, outros pensavam ser a hora de exercerem a tutela intelectual sobre a nação. Os intelectuais da classe média e os gráficos pensavam ser a possibilidade de intervirem na política através de propostas de natureza socialista. Para isso, lançavam jornais de propaganda e formavam organizações que pudessem traduzir em ação concreta seus princípios. Tudo porque acreditavam na possibilidade de democratizar a República. Somente mais tarde, quando já se desencantavam com o governo republicano, surgiam propostas anarquistas radicais, com intelectuais da classe média, líderes operários, estrangeiros e brasileiros.

Entretanto, como a República não era para todos, ela também não foi acolhida por todos:

a simpatia dos negros pela Monarquia refletia-se na conhecida ojeriza que Lima Barreto, o mais popular romancista do Rio, alimentava pela República. Neto de escravos, filho de um protegido do Visconde de Ouro Preto, o romancista assistira seu pai ser demitido pela política republicana. Irritava-o, particularmente, a postura do Barão do Rio Branco, a quem acusava de renegar a parcela negra da população brasileira. (Carvalho, 1997:30)

O próprio Lima Barreto pronunciou-se a respeito do governo republicano e de sua relação com a política:

Não gosto, nem trato de política. Não há assunto que mais me repugne do que aquilo que se chama habitualmente política. (...) No Império, apesar de tudo, ela tinha alguma grandeza e beleza. As fórmulas eram mais ou menos respeitadas; os homens tinham elevação moral e mesmo, em alguns, havia desinteresse. (...) a República, porém, trazendo à tona dos poderes públicos, a borra do Brasil, transformou completamente os nossos costumes administrativos e todos os “arrivistas” se fizeram políticos para enriquecer. (...) a República no Brasil é o regime da corrupção. Todas as opiniões devem, por esta ou aquela paga, ser estabelecidas pelos poderosos do dia. Ninguém admite que se divirja deles e, para que não haja divergências, há a “verba secreta”, os reservados deste ou daquele Ministério e os empreguinhos que os mediocres não sabem conquistar por si e com independência. (...) Vem disto a nossa esterilidade mental, a nossa falta de originalidade intelectual, a pobreza da nossa paisagem moral e a desgraça que se nota no geral da nossa população. (...) proclamada que foi a República, ali, no Campo de Santana, por três batalhões, o Brasil perdeu a vergonha e os seus filhos ficaram capachos, para sugar os cofres públicos, desta ou daquela forma. (...) Viva a República! (*A política republicana*)

Com a crescente frustração com a República, as pessoas buscavam novas formas de inserção no sistema. Assim, os intelectuais concentraram-se na literatura e alguns aceitaram postos burocráticos no Itamaraty; os operários dividiram-se entre a vertente anarquista, que rejeitava os que rejeitavam, e a vertente daqueles que integraram mecanismos de cooptação do Estado. A população mesmo não era ouvida, a não ser por algum segmento da imprensa.

Com a população pobre marginalizada e excluída, era possível fazer do Rio o cartão-postal da República. Na primeira década do novo século, então, efervesceu o espírito *belle époque*, As fórmulas européias, em especial a parisiense, tornaram-se o modelo a ser seguido. No governo Campos Sales, o centro do Rio de Janeiro foi modificado às pressas, abrindo-se avenidas, criando-se e reformando-se jardins; os bondes ganharam tração elétrica e o novo porto foi construído. Tudo isso seguindo o molde de Paris. Observando as modificações ocorridas na aparência do Rio de Janeiro, Lima Barreto, mais uma vez criticando o regime republicano, escreveu:

Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral? (*A política republicana*)

Tais reformas deslocaram a população pobre para os morros, para a Cidade Nova ou para os subúrbios da Central. Abria-se, assim, mais espaço para o mundo elegante que se restringia a Botafogo e à Rua do Ouvidor. O mundo *belle époque* circulava no Rio reformado que tentava mostrar um Brasil branco, europeizado e civilizado. De acordo com Sevcenko (2003:43), “assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca e ninguém poderia se opor a ela”. Certamente, essas mudanças firmavam-se em 4 (quatro) princípios básicos:

- a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional;
- a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que maculasse a imagem civilizada da sociedade;
- uma política de expulsão dos grupos populares da área central;
- cosmopolitismo agressivo, identificado com a vida parisiense.

Entretanto, conforme afirma Carvalho (1997:41),

se o novo Rio aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas do Rio, vindas do Império, continuavam a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e mais brasileiras que os versos parnasianos e simbolistas.

Isso ocorria na festa Portuguesa da Penha, tomada por negros e pela população dos subúrbios, e na Pequena África da Saúde, onde a cultura negra fertilizava-se, criando ranchos carnavalescos e inventando o samba. Mais tarde, o futebol também foi incorporado por esse grupo e, exatamente por isso, transformou-se em esporte de massa. Toda essa marginalização, na verdade, contribuiu para que surgisse a primeira identidade brasileira, ou seja, era efetivamente a primeira identidade coletiva da cidade, aquela que se identificava com o samba e o esporte de massa.

Lima Barreto via no Carnaval a única chance da população sofrida libertar-se das tristezas:

O Carnaval é a expressão da nossa alegria. O ruído, o barulho, o tantã espancam a tristeza que há nas nossas almas, atordoam-nos e nos enchem de prazer.

Todos nós vivemos para o carnaval. Criadas, patroas, doutores, soldados, todos pensamos o ano inteiro na folia carnavalesca.

O zabumba é que nos tira do espírito as graves preocupações da nossa árdua vida. (...) Essa nossa triste vida, em país tão triste, precisa desses videntes de satisfação e de prazer; e a irreverência da sua alegria, a energia e atividade que põem em realiza-la, fazem vibrar as massas panurgianas dos respeitadores dos preconceitos. (*O morcego*)

Entretanto, até o Carnaval foi proibido. O governo desejava um Carnaval à moda européia, com arlequins, pierrôs e colombinas comportadas. Por isso, proibiam-se os batuques e as fantasias populares.

Sevcenko (*op.cit*) alerta que reverberava o desejo de ser estrangeiro, por isso, também nos navios europeus, chegavam figurinos, mobiliários e roupas, bem como notícias sobre as peças e livros que faziam sucesso, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento que se deveria ter; tudo para que a sociedade carioca fosse considerada urbanizada e prestigiosa.

Como tudo, o movimento literário brasileiro também estava profundamente associado ao Rio de Janeiro. Assim, de acordo com Needell (1993:211), “ser aceito como homem de letras significava viver ou pelo menos ser publicado no Rio”. Para isso, era necessário que se seguissem os modelos franceses, pois tanto a tradição cultural quanto os franceses que residiam no Rio impulsionaram a primeira geração de literatos brasileiros a se voltar para a França.

O estilo de vida e a produção literária da época eram mais importantes que a própria literatura, ou seja, o que importava mesmo era o que o escritor retratava em seus modos de vida e seu papel na alta sociedade. Tais características eram os fatores que, muitas vezes, determinavam seu sucesso junto ao público. Com a intenção de alcançar esse

sucesso, alguns escritores versavam sobre intrigas amorosas, ironias, decadências e exotismo, o que significava o francesismo cultivado pela elite que se interessava por textos divertidos, leves e excitantes. Para Bosi (1994:307), “coube a Lima Barreto mover as águas estagnadas da *belle époque*, revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional”.

Como se observa, então, a relação entre literatos e elite não era terna. Primeiramente, quase não era possível viver de literatura. Assim, os escritores, comumente, eram de classe média ou da elite e possuíam uma outra profissão estabelecida, advinda de uma educação de qualidade e de contatos, o que lhes possibilitava publicar o que escreviam. Por outro lado, havia também aqueles mal nascidos (pobres), que encaravam a literatura como forma de ascensão social. Para esses que, de outra forma, seriam desprezados pela sociedade preconceituosa do final do século XIX e do início do XX, a literatura significava consagração, aceitação, reconhecimento e, sobretudo, uma saída, não apenas um prazer.

O Rio de Janeiro, de acordo com Antonio Dimas (1983), era espacialmente restrito e personalizado demais, pois se concentrava na Rua do Ouvidor, o salão ao ar livre. Esse era o mesmo local elegante onde, durante o Encilhamento, eram consumidos os importados produtos de luxo. O movimento literário ali se concentrava, a fim de se aproximar das redações das revistas e dos grandes jornais, como o *Jornal do Commercio*, o *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio de Janeiro*, bem como das poucas livrarias existentes à época. Tanto jornais quanto livrarias e revistas eram dominados por franceses, o que reforçava o modelo parisiense.

Os jornais publicavam, com relativa facilidade, os textos dos homens de letras, mesmo se não pertencessem à elite. Entretanto, não proporcionavam condição de sobrevivência. Somente a partir do surgimento de jornais populares, como *Gazeta de*

Notícias, Gazeta da Tarde, Diário de Notícias, Cidade do Rio e O Paiz, é que isso se tornou possível e viabilizou a formação da verdadeira boêmia: um grupo de escritores com vida independente e completamente dedicada às letras e à reforma política. Conforme afirma Needell (1993:221):

eles viviam a fantasia da Paris com que todos sonhavam, nos limites da estreita artéria pulsante que era a Rua do Ouvidor. Viam-se como uma minoria combatente de rebeldes altruístas, lutando pela regeneração nacional através do ataque às instituições decadentes e escrevendo romances naturalistas escandalosos e versos parnasianos puros e burilados.

A forma que os literatos encontraram para manter suas identidades de criadores de cultura foi a inauguração da Academia Brasileira de Letras, em 1897, cuja presidência coube a Machado de Assis, então no ápice de sua carreira literária. Tal instituição inspirava-se na *Académie Française de Lettres* e reafirmava o gosto francófilo dos brasileiros. Tratava-se de uma instituição que fortaleceria a tradição literária, preservaria a pureza da língua, promoveria o respeito pelos feitos literários e o encorajamento de uma literatura verdadeiramente nacional.

Durante a inauguração da Academia, Machado de Assis discursou reportando-se à necessidade de padronização da língua portuguesa naquela nova era política. Os acadêmicos possuíam uma paixão romântica pela tradição literária nacional e por um instrumental lingüístico puro. Além disso, objetivavam respeito, reconhecimento e, principalmente, recursos, pois se consideravam produtores de cultura, embora contribuíssem fortemente para a reprodução da eurofilia e do fetichismo de consumo.

Nessa época, faziam sucesso nos jornais e revistas, reportagens sensacionalistas, entrevistas e perfis, que se fixavam como os novos gêneros e, juntamente com ilustrações, fotografias e vinhetas *art-nouveau*, tornavam-se abundantes e atraíam um público fiel, composto por mulheres da elite e dos setores médios que imitavam a elite, e um contingente masculino de estudantes, literatos e aspirantes a literatos, as únicas pessoas

com tempo livre, dinheiro e interesse em obter cultura superior. Cabe ressaltar que esses novos gêneros vieram agregar-se à poesia, à crônica, ao conto e ao folhetim, gêneros já bastante lidos.

Observa-se, assim, que os literatos viam-se obrigados a ceder às limitações impostas pela elite, que praticamente ditava o que se devia escrever. Alguns deles até faziam-no em francês, pois, além dos costumes, o idioma de Paris também era valorizado. Os livreiros também dirigiam o estilo dos autores; eram imigrantes da França e, por isso, também estimulavam o emprego do modelo francês nos periódicos cariocas. Tudo isso só fazia crescer, no Brasil, o gosto pelos francesismos.

Nesse período, a literatura francesa voltava-se para o ego narcisista; era descompromissada, escapista, sensual, refinada e aristocrática; significava uma reação ao período conturbado que a cultura francesa enfrentava. Portanto, refletia a desilusão e a incerteza dos escritores franceses, preocupados com o futuro problemático. No Brasil, esse modelo foi assimilado, sobreviveu ao longo de toda a *belle époque* e teve como maior defensor Olavo Bilac, poeta conservador e prosador mundano.

Bilac era, de acordo com Needell (1993:235):

um representante da civilização e crítico do atraso urbano carioca, um perfeito porta-voz da *belle époque* carioca (...) Sua ironia e piedade estavam reservadas para seus compatriotas e serviam, em grande parte, para mascarar a vergonha e a raiva (...); ele se identificava desesperadamente com o Rio civilizado, uma metamorfose da cidade e do cidadão que ele só podia imaginar em termos de cultura francesa.

Em sua prosa, observam-se o racismo e o eurocentrismo, cultivados em Paris e típicos da *belle époque*; isso mostra sua insatisfação frente à civilização brasileira que não se conseguia moldar aos padrões franceses.

Outro importante representante dessa época foi Coelho Neto. De acordo com Sevcenko (2003), Neto aceitou nomeações, cargos políticos, colocações acadêmicas e burocráticas a fim de sustentar sua família, já que não era ainda possível viver de literatura.

Fez parte do grupo dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, devido ao respeito que já havia conquistado, e comandou um famoso salão no Flamengo, freqüentado pela elite.

Sua obra retratava o gosto do público da época, com excesso de superficialidade ornamentada, sensual, fantástica e refinada, o que se comprova pela técnica verbal e a associação com preocupações formais, imagens e mitos clássicos – era um parnasiano. Devido a esse estilo, também recebeu a crítica de Lima Barreto:

Em um século de crítica social, de renovação latente, das bases das nossas instituições; em um século que levou a sua análise até os fundamentos da geometria, que viu pouco a pouco desmontar-se o mecanismo do Estado, da legislação, da Pátria, para chegar aos seus elementos primordiais de superstições grosseiras e coações sem justificações nos dias de hoje; em um século deste, o sr. Coelho Neto ficou sendo unicamente plástico, um contemplativo, magnetizado pelo Flaubert da Mme. Bovary, com as suas chinesices de estilo, querendo como os Goncouts, pintar com a palavra escrita (...). Se ele estivesse ao par dos males do seu tempo, com o talento que tem, e o prestígio do seu nome, poderia ter apresentado muita medida útil e original. (...) nada fez; manteve-se mudo (...). o deputado ficou sendo o romancista que só se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem, mas que não fez do seu instrumento artístico um veículo de difusão das grandes idéias do tempo, em quem não repercutiram as ânsias de infinita justiça dos seus dias; em quem não encontrou eco nem revolta o clamor das vítimas da nossa brutalidade burguesa, feita de avidez de ganho, com a mais sinistra amoralidade para também edificar, por sua vez, uma utopia ou ajudar a solapar a construção social que já encontrou balançando. (...) a literatura do Sr. Coelho Neto ficou sendo puramente contemplativa, estilizante, sem cogitações outras que não as de arte poética, consagrada no círculo dos grandes burgueses embotados pelo dinheiro. (*Literatura e Política*)

Paulo Barreto (João do Rio), mais que os outros, parecia estar completamente à vontade naquele ambiente, pois sua produção exacerbava o gosto pelos francesismos, a atração pelo decadente, pela ostentação e a ironia desiludida. Com tanta extravagância, tornou-se o jornalista mais famoso da época.

João do Rio revolucionou o jornalismo carioca e rompeu com as tradicionais reflexões de gabinete até então comuns. Saiu em busca das histórias que aconteciam nas ruas da Cidade Velha, nas favelas da Cidade Nova e nos morros. Com isso, o cronista

floreou o estilo já exuberante da época e explorou crítica e ironicamente cada aspecto da vida mundana carioca. Com o sucesso que fez, aos 29 anos de idade, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras, sendo assediado pela sociedade que desejava ler seus textos.

Tal sucesso, entretanto, transformou-o. O jornalista/literato deixou de explorar e criticar os aspectos miseráveis da sociedade carioca para louvar as altas rodas. A partir daí, dedicou-se a mexericos, reflexões elegantes, comentários de moda e a textos picantes. Passou a assinar uma coluna social chique e a escrever pequenas ficções. Em suma, pode-se afirmar que João do Rio colaborou para promoção e cultivo das modas literárias francesas, inclusive difundindo preconceitos da sociedade européia. Embora durante algum tempo tenha escrito sobre a elite carioca, criticando-a, também contribuiu para legitimá-la.

Alguns escritores, como Euclides da Cunha e Lima Barreto, distanciavam-se dos modismos, pois acreditavam que algo deveria ser feito para que o povo brasileiro pudesse sair da condição de miséria e ignorância em que se encontrava. Por isso, não aceitavam facilmente os modelos franceses. Para eles, um literato não deveria se apegar somente ao belo, mas, necessariamente, deveria realizar uma crítica de base política ou social.

Euclides da Cunha, como mostra Needell (2003:253),

acreditava em uma literatura crítica e empenhada, voltada para a regeneração social. Sua militância republicana inicial transformou-se em uma fé passiva em uma elite de grandes homens, que poderiam ser levados a agir por uma literatura comprometida com a realidade social e elaborada com ciência, paciência e habilidade.

Segundo Sevcenko (2003:155), a transparência de seus textos com relação à realidade dos fatos que animavam a ação social do período é quase total, sendo o realismo intoxicado e presente uma das características mais típicas da literatura euclidiana. Em sua obra encontram-se críticas relativas a “relações sociais e raciais, transformações

econômicas e políticas, ideais sociais, políticos e econômicos, discussões filosóficas e científicas, crítica social, moral e cultural”.

O emprego de uma linguagem elevada, selecionada, elaborada, metafórica e praticamente sem variação sociolingüística justifica o fato de Bosi (1995:348) afirmar que esse literato se tratava de “um manipulador do verbo, um leitor intemperante do dicionário à cata do termo técnico ou precioso”, mas, por outro lado, um escritor comprometido com a natureza, com o homem e com a sociedade.

Em relação a Lima Barreto, como já se disse, o literato era mulato e pobre, o que muito colaborou para seu fracasso na escola Politécnica do Rio, de onde saiu sem conseguir diplomar-se. A esse respeito, ao comparar a capital do Brasil com Buenos Aires, capital da Argentina e idealizada também ao modelo parisiense, dizia que o Rio de Janeiro queria ser visto como terra de brancos, por isso um mulato pobre ali não venceria com facilidade.

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital Argentina tem longas ruas retas; a capital Argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.
(*A volta*)

Obrigado a trabalhar como burocrata para sustentar a família, tornou-se um obcecado pelo reconhecimento literário, pois acreditava que isso seria sua redenção, sua vingança da sociedade eurófila e preconceituosa que o rejeitava. De certa forma, pretendia vingar-se dos burgueses tornando-se um deles. Apesar de também ter sido influenciado pelas obras francesas, possuía a capacidade de selecionar e adaptar o que achava interessante, ou seja, não se tratava de um mero reprodutor da ideologia e da cultura francesas. Por isso não foi capaz de se render aos dogmas racistas do evolucionismo europeu contemporâneo, mas encarou-os com ira, acuidade e desprezo.

Acabou por desprezar também os literatos brasileiros que incorporavam a cultura preconceituosa, o que colaborou para que não obtivesse grande sucesso com os romances que escrevia. Seus textos, além de curtos, autobiográficos e simples, apresentavam uma visão crítica da sociedade, por isso não eram lidos. Acrescente-se a isso o fato de se reportarem diretamente a grupos e indivíduos da elite, que eram, por ele, atacados.

Criticava os sistemas literário e jornalístico; como consequência era boicotado e sentia reforçadas a discriminação e a marginalização. Sendo assim, pode-se afirmar que Lima Barreto compreendeu exatamente o que era a *belle époque*: um modo ilusório, fantasioso de ver a vida, o qual não permitiria vencer os obstáculos àqueles que não pretendessem se dobrar.

Nesse contexto, avilta-se uma das condições indissociáveis a todo este processo de democratização e urbanização anunciado pela primeira República: a questão da cidadania, amplamente abordada em Lima Barreto. Como demonstra Resende (1993), inicialmente deve-se observar que esse tema é recorrente na obra barretiana, articulando-se com os demais, por exemplo, com as diversas formas de poder, com os instrumentos sociais de segregação, com a ditadura bacharelesca, entre outras.

É a própria autora quem observa que, nos primeiros tempos da República, “a discussão sobre o exercício da cidadania na sociedade brasileira permanece sendo a investigação de seu cerceamento e antes os diversos aspectos da não-cidadania” (Resende, 1993:42). Por isso, em diversos momentos da história brasileira, o governo atua com desrespeito aos cidadãos, obrigando a desocupação das moradias populares para as reformas urbanas, reagindo violentamente frente à revolta popular contra a vacinação compulsória; massacrando marinheiros amotinados sob a liderança de João Cândido. Conclui-se, assim, que ser cidadão nesse período corresponde a encaixar-se na hierarquia que lhe é determinada, diferentemente de sentir-se livre e igual aos outros. Tudo isso

justifica a crítica barretiana à República, ou melhor dizendo, seu desencanto com o regime republicano.

No dizer de Freire (2005: 103), entretanto, Lima Barreto “deixa claro que não tem nada contra o regime em si mas, sim, contra os homens que o representam”, uma vez que estabelece uma relação direta entre república e luxo desmedido, ostentação e dissipação da verba pública.

2.2 – O PAPEL SOCIAL DA LITERATURA EM LIMA BARRETO

Entre as manifestações artísticas, aquela que mais fortemente traduz a vida social, sem dúvida, é a literatura. Por isso, não se pode pensar em literatura divorciada das condições do meio e do tempo. Assim, torna-se mister analisar uma obra literária vislumbrando o meio social e a época a que ela pertence e representa. Uma análise desse tipo revela os costumes, as crenças, os valores de determinada sociedade e, mais, mostra a intenção de consolidá-los ou refutá-los.

Lima Barreto acreditava numa arte literária que unisse as pessoas, em palestra que faria em Rio Preto, caso não tivesse se embebedado, assim se manifestaria:

A arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e idéias, sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie; assim trabalhando, concorre, portanto, para o seu acréscimo de inteligência e de felicidade. (...) ela explicou e explica a dor dos humildes aos poderosos e as angustiosas dúvidas destes, àqueles; ela faz compreender, uma às outras, as almas dos homens dos mais desencontrados nascimentos, das mais diversas épocas, das mais divergentes raças; ela se apieda tanto do criminoso, do vagabundo, quanto de Napoleão prisioneiro ou de Maria Antonieta subindo à guilhotina; ela, não cansada de ligar nossas almas, uma às outras, ainda nos liga à árvore, à flor, ao cão, ao rio, ao mar e à estrela inacessível; ela nos faz compreender o Universo, a Terra, Deus e o Mistério que nos cerca e para o qual abre perspectivas infinitas de sonhos e de altos desejos. (...) Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos. (*O Destino da Literatura.*)

Entretanto, como se sabe, a literatura não era acessível a todos. Na verdade, ela contribuía para separar as pessoas entre os que a compreendiam e os que nem a liam. Nas palavras de Sodré (1964:450), “a ignorância se tornou um traço de classe, de um lado, como o saber se tornou um traço de classe, de outro lado. Claro está que seria, num quadro tal, impossível o entendimento artístico e o entendimento literário, por parte da maioria da população”.

Sendo assim, a literatura pode ser considerada um dos espaços no qual se travam lutas pelo poder. Ela não é a linguagem, mas a usa como seu instrumento. É através da linguagem que a literatura se desenvolve e atinge os que dela se aproveitam. Contudo, a linguagem não pode ser sua prioridade, apesar de ter extrema importância:

quando o esforço do escritor se concentra na linguagem, de tal sorte que o conteúdo fique em segundo plano, estamos diante de um trabalho artesanal, cuja perfeição não o isenta da transitoriedade, porque cada época tem uma forma própria que traduz o que lhe é peculiar. (Sodré, 1964:451).

A posição de Lima Barreto sobre a importância da linguagem e sua função na literatura é encontrada em vários momentos de sua carreira, assunto que o literato sempre abordou de maneira bastante crítica:

Os homens só dominam os outros animais e conseguem em seu proveito ir captando as forças naturais porque são inteligentes. A sua verdadeira força é a inteligência; e o progresso e o desenvolvimento desta decorrem do fato de sermos nós animais sociáveis, dispondo de um meio quase perfeito de comunicação, que é a linguagem, com a qual nos é permitido somar e multiplicar a força de pensamento do indivíduo, da família, das nações e das raças, e, até mesmo, das gerações passadas, graças à escrita e à tradição oral que guardam as cogitações e conquistas mentais delas e as ligam às subseqüentes. (*O Destino da Literatura*)

Assim, pode-se afirmar que no início da República existia, de certa forma, uma aliança entre as letras (literatura) e a classe dominante. Alguns literatos, entretanto, não aceitavam o poder constituído nessa aliança e tentavam lutar contra isso. O resultado certamente seria o fracasso como escritor, o desconhecimento e o desprezo, uma vez que a

classe dominante era quem ditava o que deveria ser lido. Importa lembrar que vivíamos numa nação de analfabetos; poucos eram os que tinham direito à escola e esses faziam parte da classe dominante que não leria o que a afrontasse.

De acordo com Lajolo (1996:107), tratava-se de

um país onde leitura e escrita jamais foram acessíveis a todos e, mais ainda, numa sociedade periférica, onde valores estéticos e categorias literárias vêm de fora, produzidos nos mesmos centros hegemônicos de onde vêm as políticas financeiras.

Como a língua é o instrumento de comunicação da arte literária, importava que o escritor dominasse essa ferramenta com maestria, cuidando, entretanto, para que não se levasse ao isolamento devido à estilização do uso lingüístico. Para Sodré (*op.cit.*),

só na medida em que as criações deixam de ser objeto da atenção dos pares, para o serem de camadas mais numerosas, é que existe uma pressão natural para equilibrar o manejo do instrumento, de sorte a torná-lo flexível, mais fácil.

Entretanto, a luta se mantinha. No que tange a Lima Barreto, um pré-modernista⁷ sabe-se que seu principal ideal era o de que a literatura também se voltasse para o povo. Acreditava que, para isso, a modalidade lingüística empregada na criação literária deveria ser aquela falada pelo povo, a língua do povo, que o povo entende. Considerando que, histórica e culturalmente, a literatura é também o direito à voz, o que defendia Lima Barreto era a voz da população menos favorecida que deveria ser considerada cidadão como qualquer outro. Isso se reforça na afirmação de Lajolo (1996:108) de que:

a literatura é um dos fatores que formata vivências emocionais, alegrias e tristezas, esperanças e medos. É também na literatura que natureza e humanidade ganham sentido: em resumo, a literatura foi (e ainda é) uma das linguagens através das quais diferentes comunidades constroem, reforçam ou reformatam sua identidade, desdobram e renovam poderes da linguagem verbal.

⁷ De acordo com Bosi (1994:306), “pode-se chamar pré-modernista tudo o que, nas primeiras décadas do século XX, problematiza a nossa realidade social e cultural”.

Ou, ainda, como mostra Machado (2002:91), Lima Barreto estava preocupado com o desenvolvimento de uma literatura com uma linguagem mais adequada ao seu tempo, uma vez que compreendia “a literatura como um instrumento de comunhão e união entre os homens, desejava uma linguagem que denunciasses os entraves sociais ao conagraamento humano”. Por isso, o literato escreveu:

Sendo assim, a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida. (*O Destino da Literatura*)

Além dessa busca pela identidade da população brasileira e o ideal de união entre as pessoas, é necessário considerar que, como eram poucos os leitores (alfabetizados), esses precisariam ser seduzidos pela leitura, uma vez que saber ler não implica hábito de leitura. Nada melhor para isso do que o emprego de uma linguagem que lhes falasse de perto, uma linguagem que lhes atendesse à alma e ao corpo da modernidade. Sendo assim, havia de existir um traço de oralidade nos textos literários, algo que causasse ao leitor comum a sensação de proximidade. Exemplificando, pode-se observar essa suposta oralidade na crônica *Uma outra*, na qual Lima Barreto reproduz a fala de camponeses que conversam com um engenheiro. Vê-se, nesse uso, a tentativa de vislumbrar a citada unidade na variedade:

Reconheci a voz dos meus trabalhadores, saltei, da rede, acendi o candeeiro e abri a porta. “Que há?” “Seu douto! É u Feliço qui ta co us óios arrivados pra riba. Acode qui vai morre...” Contaram-me então todo o caso. O Felício, um trabalhador da turma, tinha tido um ataque, ou acesso, uma súbita moléstia qualquer e eles vinham pedir-me que acudisse o companheiro. “Mas”, disse eu, “não sou médico, meus filhos. Não sei receitar”. “Quá, seu douto! Quá! Quem é douto sabe um pouco de tudo”. (*Uma outra*)

De um lado, aqueles que seguiam os mandarinatos da elite vislumbravam uma falsa oralidade burguesa, pois acreditavam que, assim, consolidariam, através da literatura, uma ideologia nacional também burguesa. De outro lado, Lima Barreto pregava uma oralidade que serviria ao povo como passaporte de cidadania, uma vez que o representaria, ou seja, a população comum ver-se-ia retratada na literatura por meio de sua fala, de sua linguagem. É por isso que nosso literato escreve simulando a fala; escreve com a língua daqueles desprezados pela sociedade, dos alijados devido aos preconceitos sociais, raciais e (por que não?) culturais.

Surge, nesse ponto, sua crítica recorrente a respeito da forma usada na literatura brasileira. Sua preocupação é mostrar que, por trás dessa atitude, está o falseamento da realidade, que é preciso denunciar. A linguagem falseia a realidade, porque seu único compromisso opera no nível das imagens elaboradas. Para Lima Barreto, uma espécie de Mal do Pensamento, mal de ter conhecido a imagem da realidade antes da realidade, a imagem das sensações e dos sentimentos antes deles próprios, conforme aborda Prado (1976).

2.2.1 - Os significados de Literatura Militante em Lima Barreto

Uma literatura embasada pela solidariedade e pelo humanismo desemboca num projeto literário que se caracteriza pelo forte desejo de intervenção social, assumindo o escritor a função de denunciar e combater as mazelas sociais. Por outro lado, esse projeto também implica uma tentativa de esclarecer e orientar o leitor sobre o modo como confrontar as forças de opressão e estagnação, representadas pelos donos do poder. A literatura militante impõe uma tomada de posição entre os agentes em ação (escritor, intelectual, político etc.), definido-se estes a favor ou contra determinada situação. Além

disso, pressupõe a condição indisfarçável de confronto que move esses agentes nos diversos campos existentes.

Bourdieu (2002:244) evidencia que os campos econômicos, políticos e literários ocupam uma posição dominada em relação ao campo de poder, sendo este o “espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos”. Como resultado dessa intervenção social, que reconhece a vida pública como espaço de tomada de posição e de confronto de opiniões e visões de mundo por parte de indivíduos e grupos, os papéis do escritor e do leitor, por vezes, modificam-se, uma vez que se exige deles uma consciência cidadã. Verifica-se, então, a conformação da categoria de escritor-cidadão e leitor-cidadão, configurando um processo de transformação.

Para Prado (1976), o processo literário organiza-se em torno da escolha do tema e de sua elaboração, sendo que essa escolha depende da aceitação do leitor, cuja imagem está sempre presente na consciência do escritor. Em Lima Barreto essa preocupação é claramente manifestada quando o autor diz que a arte e, por extensão, a literatura salutar tem o poder de transformar a idéia, o preceito, a regra, em sentimento e torná-lo assimilável à memória, incorporá-lo ao leitor, com auxílio dos seus recursos próprios, com auxílio de sua técnica, objetivando, com isso, operar uma transformação nesse leitor-cidadão. Nas palavras do literato:

(...) o homem, por intermédio da Arte, não fica adstrito aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça.
(*O Destino da Literatura*)

Confirma-se, assim, que, na elaboração da obra, o leitor faz-se presente como horizonte expectado pelo autor. Pode-se afirmar, então, que o escritor-cidadão, por meio da literatura, tem a chance de convocar o leitor a se tornar leitor-cidadão, atento aos problemas de sua época, de sua sociedade.

Uma obra literária que se destine a isso deve ser considerada de literatura militante ou, nas palavras de Lima Barreto,

literatura ativa, em que o palco e o livro são tribunais para as discussões mais amplas de tudo o que interessa ao destino da humanidade. (*O Destino da Literatura*)

De acordo com Aiex (1990:42), ao citar Ferdinand Brunetière, a arte tem a função social de mostrar sua relação com a moral; ela é social, por isso

a literatura, por exemplo, procura tornar em patrimônio comum do espírito humano tudo o que tem interesse para o exercício da vida, para a orientação da conduta e o destino da Humanidade.

Sendo militante, ela idealiza o papel educativo e descortina, ao homem, meios para que ele chegue a uma resolução, para alcançar o controle de sua própria vontade e modificar sua opinião sobre a sociedade. Enfim, “a literatura tendo o poder de educar a vontade humana, pode, por conseguinte, modificar o destino da própria sociedade”. (Aiex, 1990:43).

Para Lima Barreto, militante é a literatura que tem um escopo sociológico e sua função não se limita à diversão; ao contrário, visa despertar no leitor a consciência para os problemas sociais, políticos e morais que o circundam, dando-lhe uma melhor compreensão de si mesmo e de sua sociedade. Nosso escritor vê na literatura a capacidade de estabelecer a concórdia social e a solidariedade humana, como se observa nos dois trechos que seguem, destacados de *Literatura Militante*:

Eu chamo e tenho chamado de militantes às obras que têm o escopo de revelar umas almas às outras, de restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento dos homens.

(...) devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum de todos nós.

3 - O PURISMO LINGÜÍSTICO EM LIMA BARRETO

De admirar, porém, é que num país como o Brasil, em que se impõe a adoção de uma pedagogia verdadeiramente democrática para que todos os seus filhos possam responder ao desafio da construção de uma identidade nacional, que incorpore as particularidades, haja professores – e até lingüistas – que defendam a posição elitista de uma aristocracia do discurso, na qual obviamente não tem acesso a imensa maioria dos locutores. (CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*)

3.1 – PURISMO NOS SÉCULOS XIX E XX – UM CONCEITO DA *BELLE ÉPOQUE*

Embora a *belle époque* tenha sido uma época de cópia de modelos de tudo o que se julgava sucesso europeu, inclusive no uso da língua e na escrita literária, exatamente nela reascendeu o movimento purista, que já havia tomado corpo no século XVIII, ditado pelo preciosismo e pela preocupação com a perfeição lingüística. De acordo com Leite (1999), esse movimento define-se como a escolha de um modelo específico de falar e escrever, no qual se traduz o cuidado excessivo no trato da língua.

No mesmo sentido, se tomarmos o dicionário de lingüística de Jean Dubois *et al* (1997: 495), podemos afirmar que purismo diz respeito ao “comportamento de certos falantes para com sua língua, caracterizado pelo desejo de fixá-la num estado de sua evolução, considerado como norma ideal e intangível, à qual devem ser reduzidos todos os desvios”.

Também podemos encontrar em Câmara Jr. (1996: 202) que purismo significa uma

atitude de extremado respeito às formas lingüísticas consagradas pela tradição do idioma (v.), que muitas vezes se assume na língua literária... Daí a hostilidade aos estrangeirismos (v.), aos neologismos (v.) e a todas as formas lingüísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional.

Ainda seguindo as palavras de Câmara Jr. (*ibidem*), verifica-se que uma atitude purista, se “adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva”, o que leva a ciência lingüística a considerá-la, em alguns momentos, como perturbadora do manuseio espontâneo da língua.

Diante de tais afirmações, pode-se dizer que o purismo lingüístico tem origem no fato de, dentre vários usos de uma língua, um deles ser eleito como a melhor forma de falar e escrever, tornando-se modelo a ser seguido. Tal modelo comumente é estabelecido com base num padrão lingüístico escrito, uma vez que a língua escrita costuma ser tomada como a boa linguagem.

O movimento purista, que ressurgiu no Brasil quando a metalinguagem que registra esse tipo de atitude veio a lume com o *Glossário das Palavras e Frases da Língua Francesa, que por Descuido, Ignorância ou Necessidade se Tem Introduzido na Locução Portuguesa Moderna*, do Cardeal Saraiva, publicado em 1816, nasceu do desejo das classes dominantes de distinguirem-se das classes pobres, inclusive pela linguagem. Ou seja, com uma visão preconceituosa e elitizante, ascendia

o culto ao formal, levando à proliferação dos gramáticos e invadindo até o campo da crítica, exercida de um pretenso purismo que se apresenta como padrão para as aferições de valor; (...) não se conseguia, assim, equilibrar a força conservadora da arte com a receptividade ao novo. (Santos, 2004:54)

Dessa forma, entende-se que a opulência verbal era o parâmetro a que se submetiam os escritores. Além disso, a crítica literária também fazia todo um esforço em torno do purismo lingüístico; a oratória parlamentar aferrava-se a modelos distantes e as formas desinteressadas e unilaterais de erudição alcançavam a valorização máxima.

Na literatura, o Romantismo, por exemplo, pregava o nacionalismo que se caracterizava pelo combate aos estrangeirismos, a valorização do vernáculo e a utilização de regionalismos. Nesse cenário viram-se polêmicas, como aquelas em torno da linguagem

“descuidada” de José de Alencar, que usava muitos neologismos e galicismos. As discussões diziam respeito à utilização de termos não autorizados, entretanto presentes na fala e na escrita de pessoas cultas.

José de Alencar sofreu dura crítica de Pinheiro Chagas a respeito da língua empregada na obra *Iracema*. Chagas disse que Alencar era ótimo literato, mas não era bom escritor, pois havia incorreções de linguagem no seu texto. Ao criticar o literato, Pinheiro Chagas estendeu a crítica a todos os escritores brasileiros, como se vê no trecho em destaque:

O defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes, a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais que (tenham cautela) chegarão risíveis se se quiserem tomar as proporções de uma insurreição em regra contra a tirania de Lobato.⁸

José de Alencar não suportou a crítica injusta e decidiu responder. Assim, encontram-se no *Pós Escrito à 2ª edição de Iracema*, as seguintes palavras:

Minhas opiniões em matéria de gramática têm-me valido a reputação de inovador, quando não é a pecha de escritor incorreto e descuidado. Entretanto, poucos darão mais, se não tanta importância à forma do que eu; pois entendo que o estilo é também uma arte plástica, por ventura muito superior das outras destinadas à revelação do belo. Como se explica portanto essa contradição?
(...) cumpre-me dizer que *recolher* na significação neutra por mim empregada encontra-se nos bons clássicos e especialmente em J. de Barros – *Clarimundo*.⁹

E, ao justificar sua colocação pronominal, Alencar disse:

Em latim coloca-se ao gosto do escritor e segundo aquela regra. Eis o que a respeito diz mui judiciosamente o Senhor Leoni em sua erudita obra *Gênio da Língua Portuguesa*: “As variações dos pronomes eu, tu e ele admitem uma colocação que debalde pretenderá imitar a língua francesa, sendo tal colocação quase a mesma da língua de Cícero. Assim podemos dizer com os latinismos – *juvat me*, ou *me juvat*; te rogo ou rogo te.”

⁸ In: PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil*. Textos Críticos e teóricos. 1820/1920. pp. 67-86.

⁹ *ibidem*

Finalmente, explicou que estava ali para se defender da acusação de cometer supostas incorreções, o que a ele não cabia.

Defendi as inovações que me ocorreram de momento; outras porventura terão escapado, de que me ocuparei quando a crítica as apontar, como deve. Nada há mais fácil do que censurar a esmo, declarando peremptoriamente que um livro está cheio de incorreções. Invertem-se os papéis: o ônus da prova e da análise recai sobre o autor argüido que deseja arredar de si a pecha.

No entanto, ao defender o emprego de uma língua portuguesa modificada pelo povo que a fala (“Só o povo tem a força de transformar uma língua, modificar sua índole, criar novas formas de dizer.”), apoiou-se nos clássicos, como comenta Melo (1971:28): “É importante notar que o grande romântico teve o cuidado de se defender das acusações com o uso clássico e não com o uso popular brasileiro”, o que não deixa de ser estranho. Por isso, de acordo com Pimentel Pinto (1978: XXVII), esse recurso (o apoio nos clássicos) torna confusa e lacuniosa a concepção alencariana a respeito da língua do Brasil, o que se deve às “suas escassas luzes lingüísticas”.

De acordo com Veríssimo (1954: 161-162), nessa época, acreditava-se que a literatura tinha o papel de conservação da expressão lingüística:

sem oferecer resistência caprichosa e desarrazoada à natural evolução da língua que lhe serve de instrumento, cumpre-lhe não se lhe submeter enquanto os resultados não tiverem a generalidade de fatos lingüísticos indisputáveis.

Sua defesa não se amparava na língua em si mesma, mas no prestígio sócio-cultural e político-econômico das pessoas que a utilizavam. Isso se deve ao fato de, ainda hoje, não haver usos lingüísticos que possam ser considerados melhores ou piores que outros. Portanto, não cabem julgamentos de valor forjados no fundo lingüístico para que se tome um destes como melhor ou mais puro.

Na prática, então, o purismo deve ser considerado em relação ao discurso, ao idioma e à ideologia da classe dominante. Sobre isso, Cunha (1986:45), ao discutir a questão da norma culta brasileira, diz:

De admirar, porém, é que num país como o Brasil, em que se impõe a adoção de uma pedagogia verdadeiramente democrática para que todos os seus filhos possam responder ao desafio da construção de uma identidade nacional, que incorpore as particularidades, haja professores – e até lingüistas – que defendam a posição elitista de uma aristocracia do discurso, na qual obviamente não tem acesso a imensa maioria dos locutores.

Os puristas preocupavam-se com os desvios da norma, com as inadequações e ajustamentos corretivos na linguagem, considerando que o leitor fazia uma avaliação negativa daquilo que lia. Dedicavam-se à condenação do emprego de estrangeirismos e neologismos. Dessa forma, abordavam aquilo que ocorria no discurso e o que se falava sobre o discurso. Ideologicamente, lutavam pela preservação da língua, fosse por natureza política, econômica ou cultural.

Sendo assim, pode-se afirmar que o purismo é uma atitude de preservação de norma e não apenas de correção, uma vez que a língua é por natureza ideológica e o purismo é um fato decorrente do uso da língua. A norma é imposta ao indivíduo, limitando sua liberdade de expressão e restringindo as possibilidades de realização do sistema.

Norma lingüística, para Dubois *et al* (1997: 435), significa “um sistema de instruções que definem o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um certo ideal estético ou sociocultural”. E, mais especificamente, em Câmara Jr. (1996:177), significa “conjunto de hábitos lingüísticos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa no país”.

Considerando o purismo como tentativa de preservação da norma, observa-se a existência de três diferentes fenômenos puristas, conforme Leite (1999):

1- ortodoxo – busca da preservação da norma prescritiva, demonstrando a crença de que “somente no passado reside a cultura e a pureza da língua” (Leite, 1999:50);

2- nacionalista – busca da preservação da norma objetiva praticada e rejeição do passado que não está diretamente relacionado à sociedade;

3- heterodoxo – embate entre as normas prescritiva e objetiva.

Veja-se o que diz, Leite (1999: 242) em relação ao purismo ortodoxo no começo do século XX:

as polêmicas lingüísticas revelam ter vigorado naquela fase a certeza de que a língua portuguesa devia ficar fixada no período clássico, tido como o de maior esplendor e beleza. (...) não se admitiam interferências de palavras estrangeiras, nem de palavras novas ou velhas. As palavras estrangeiras, especialmente francesas, representavam o perigo de transformar a língua, descaracterizá-la. As novas, desprestigiadas, eram negadas por desviarem a língua do caminho da perfeição. As velhas eram rechaçadas por fazerem parte de uma fase mais pobre da formação da língua. Enfim, tudo, no fundo, levava a um só caminho: preservar a tradição clássica do português. O purismo ortodoxo foi praticado para se alcançar esse objetivo.

Quanto ao nacionalista, de acordo com Mendonça (2006:43), é fundamental observar que “o nacionalismo se reflete na negação da presença portuguesa na linguagem e na tentativa de levar à escrita uma linguagem mais próxima da que se usava no Brasil” na época aqui enfocada, o que ocorre, por exemplo, na metalinguagem de Mário de Andrade. Nesse período, portanto, viu-se solidificar um movimento que trabalhava pela preservação do uso brasileiro. Tratava-se de um caso de preservação da norma objetiva.

Ainda seguindo o pensamento de Mendonça, tal fenômeno também deve ser visto como “um mecanismo que ajuda a sustentar a atitude nacionalista de exaltação do sentimento nacional, atitude de preferência pelo que é próprio da nação à qual se pertence” (p.43). Nesse sentido, a autora coloca que os românticos brasileiros lutavam pela produção de sua identidade como nação, o que justifica a tentativa de preservar ou produzir uma norma nacional, ou seja, do português do Brasil.

Esse culto purista não poderia funcionar num país como o Brasil, que até então era considerado um país de analfabetos, um lugar sem núcleos de difusão cultural, com um

número mínimo de escolas, com a população vivendo espalhada pelas fazendas, nas quais a língua (oral) seguia sem controle normativo.

Há que se considerar também que a língua está em constante modificação e, nas palavras de Cunha (1986), petrificar a língua é matar o idioma. Nesse sentido, era necessário que se observasse que o país estava mudando, assim como os valores, hábitos e costumes. Portanto, a língua também deveria mudar. Diante disso, nas primeiras décadas do século XX, esse movimento começa a perder sua força:

aquele rigorismo formal, a tendência ao apuro e à limpeza no uso do idioma, a obediência disciplinada ao modelo que a tradição proporcionava, acabando por transferir ao instrumento um caráter finalista, com uma exigência artesanal levada ao desconhecimento vai moldando seu fim. (Sodré, 1964:432).

O que se justifica nas palavras de Cunha (1985:85), ao refletir sobre as mudanças lingüísticas:

a língua que utilizamos hoje reflete a civilização atual, rápida no enunciado, em virtude da própria rapidez vertiginosa do desenvolvimento material, científico e técnico: processos acrossêmicos, reduções às iniciais de longos títulos, interferências de vocabulários técnicos e científicos, intercomunicação de linguagens especiais, tudo vulgarizado imediatamente pelo jornal, pelo rádio, pela tevê. E, ainda, **a petrificação lingüística é a morte letárgica do idioma. A linguagem é, por excelência, uma atividade do espírito, e a vida espiritual consiste em um progresso constante.**¹⁰

Como se observa, pode-se falar de movimento purista em épocas diversas. Talvez pelo fato de purista ser uma atitude lingüística histórica e socialmente condicionada e, portanto, considerada de natureza funcional da linguagem.

Voltando nosso olhar para as primeiras décadas do período republicano, finalmente, pode-se considerar que nesse período ainda vigorava uma força contrária à evolução lingüística. Isso só começou realmente a mudar com a chegada do Modernismo, que rompeu com o passado e propôs a valorização da língua praticada no Brasil.

¹⁰ grifos nossos

3.2 – PURISMO LINGÜÍSTICO E IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL DA VIRADA DO SÉCULO

Como se observou em 3.1, a discussão sobre a língua que deveria ser valorizada no Brasil (a portuguesa do Brasil ou a portuguesa de Portugal) configurou-se como tópico essencial no processo de constituição da nacionalidade brasileira. De acordo com Luca (1999), em detrimento dessa nacionalidade, havia o triunfo da língua do conquistador, que era o idioma ensinado nas escolas, utilizado nos assuntos do Estado, exigido dos funcionários do poder, grafado nos logradouros públicos, estampado nos jornais. Isso tendia a fazer coincidir os limites políticos com os lingüísticos, uma vez que tal uso implicitamente difundia valores, tradições, aspirações e ideais que deveriam ser compartilhados por todos os falantes/cidadãos.

Por outro termo, a luta por uma identidade realmente brasileira acirrava-se na transição entre os séculos XIX e XX e, obviamente, transpunha-se para um uso lingüístico que representasse o Brasil, uma vez que a língua constitui um importante fator de coesão nacional.

De acordo Amadeu Amaral (1921) citado por Luca (1999):

a língua é a manifestação mais extensa e mais profunda da alma multiforme da nacionalidade, porque obra anônima, coletiva e inconsciente de inumeráveis gerações... Esse caráter de formação coletiva, obra de todos para o uso de todos, na qual todos colaboram e da qual ninguém é autor, implica necessariamente um liame em que se entrelaçam todos os indivíduos de uma nação, desde os mais altos até os mais humildes. O linguajar do analfabeto mais bronco, tão distanciado da prosa repolida e rebrilhante de um Rui Barbosa, é essencialmente a mesma coisa que ela. Com esse mesmo instrumento, o homem douto e o ignorante podem entender-se um com o outro à vontade. Essa constante troca é possível porque há um fundo psicológico nacional; mas essa própria psicologia nacional é ainda um produto da língua.

Os puristas ortodoxos, entretanto, desde o início do século XIX, defendiam uma língua vernácula, vinda de Portugal. Havia, assim, duas correntes que se opunham em relação ao idioma falado no Brasil:

de um lado, os puristas ou legitimistas, defensores da aplicação estrita dos cânones gramaticais e avessos a tudo o que se afastasse da língua culta; e de outro, aqueles que, enfatizando o distanciamento – em termos dialetais ou separatistas – do português da América, combatiam o apego ao formalismo e academicismo, advogando a legitimidade dos brasileiros e das construções populares. (Luca, 1999:243 e 244).

Entre os puristas legitimistas, estava o parnasiano Olavo Bilac, conceituado crítico da corrupção do idioma. Apesar de defender o purismo ou a unidade lingüística entre Brasil e Portugal, o poeta não se considerava um purista extremado, pois acreditava na necessidade política de se preservar e proteger o português, ameaçado pelos imigrantes que afluíam ao país. Para Bilac, preservar o português significava protegê-lo e livrá-lo dos efeitos perturbadores provocados pela presença de estrangeiros no corpo da nação. Para proteger o país, em sua opinião, primeiramente era necessário defender a língua.

A morte de uma nação começa pelo apodrecimento de sua língua.
(...)

Ora sabeis que o futuro do Brasil depende da importação de homens estranhos ao país, que venham amá-lo e servi-lo. Todas as sobras, toda a pletera da população da Europa, todos os homens sem trabalho e sem ventura, que se acogulam no âmbito já escasso do velho mundo podem achar aqui espaço e felicidade. Mas cada uma dessas levas de imigrantes traz consigo, como a mais preciosa bagagem, sua língua natal, os seus deuses lares, porque traz com ela os versos dos seus poetas, as suas expressões de carinho ou de ira, a letra das suas canções populares, o seu “folk lore” que é o repositório do seu lirismo e da sua saudade, e o amor do céu, da terra, das águas, da família, da religião, da história... Assim os idiomas estranhos tendem a fixar-se, a desenvolver-se, a prosperar no seio da nossa terra. **Que será do nosso idioma, se o não protegermos, na luta desigual?** ¹¹

Do outro lado, havia o grupo que considerava um absurdo o fato de o Brasil ainda dever compromisso lingüístico a Portugal. Considerava que a auto-affirmação da nação brasileira deveria passar pela negação da herança portuguesa.

¹¹ In PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil*. Textos Críticos e teóricos. 1820/1920. pp365-366.

Em outras palavras, Portugal não poderia continuar ditando as regras do campo intelectual. Os separatistas defendiam que existisse uma língua definitivamente brasileira. Entre eles, entretanto, havia um grupo que, apesar de a quererem, afirmava a necessidade do direito à diversidade.

A defesa da língua, num termo ou noutro, obviamente possuía uma conotação política. Nesse sentido, ascendia um discurso que pretendia ressaltar as dimensões gigantescas do Brasil em relação à extensão do território, à população que ele poderia abrigar e às potencialidades econômicas.

Tudo isso em busca de demonstrar que a posse de uma língua própria, capaz de dar vazão à expressividade nativa, desempenhava papel estratégico e deveria ser encarada como sinal de afirmação racial. Em outras palavras, ressaltava-se a importância da afirmação da identidade brasileira para o crescimento político da nação.

A aceitação desse caminho peculiar tomado pelo português do Brasil, dotado de ritmo, cadência, pronúncia e regras de sintaxe próprias, inauguraria uma nova fronteira lingüística e delimitaria o território do nosso idioma em oposição ao português falado na Europa. Tal diferenciação daria ao brasileiro o direito a um sentir próprio, diferenciado, ou seja, à expressão de sua brasilidade, o que ficaria claro na linguagem literária. Por isso afirma-se que

a literatura, força criadora capaz de instituir mitos de origem, determinar relações com o passado e apresentar-se como guardião da memória nacional, foi tomada como padrão adequado para indicar o quanto já nos havíamos distanciado de Portugal e para justificar as aspirações a uma língua nossa, entendendo-se por isso quer a separação absoluta, quer o direito a uma utilização livre de tutelas, comprometida apenas com os ditames locais. (Luca, 1999:257)

3.3 - LIMA BARRETO E A DENÚNCIA CONTRA O PURISMO LINGÜÍSTICO

Para os puristas, os escritores deveriam considerar-se os guardiões da vernaculidade e, portanto, cabia a eles o expurgamento de características da fala popular, sinônimo de ignorância da língua. Tal posicionamento deveria estender-se também aos textos dos jornais, pois, segundo Pimentel Pinto (1978: XLIII), ao citar Veríssimo, “o papel do escritor em face da língua consiste justamente em estabelecer o meio termo, pela seleção de formas tradicionais e de formas novas em uso por todo o país e não desviadas da índole da língua”. Ou, no dizer de Veríssimo¹²:

Desde que um povo na sua maioria ou totalidade, doutos e indoutos, diz uma coisa de uma maneira, pronuncia-a e escreve de certo modo, chama-se esse fato um fato de língua e esse modo em que pese a gramática e eruditos, é o modo certo de dizer a cousa, embora se ache em desacordo com as regras e normas até então em vigor.

Posicionando-se contra os vernaculistas e também contra os separatistas, Lima Barreto demonstrou que os escritores que ainda empregavam a genuína norma portuguesa, na verdade, estavam presos a uma característica lingüística da época imperial. Em *Impressões de Leitura*, diz:

Por toda a parte tenho mostrado a minha insurreição contra o clichê grego e sempre que posso desanco a cacetada os clássicos portugueses que os médicos literatos nos querem impingir como modelos de bela linguagem.

Discordava da crença de que o bom escritor era aquele que prezava o vernáculo, preservando-o, para conservá-lo tal como os grandes escritores do passado o usavam. Por isso, não seguia as normas, era acusado de desleixo e, em consequência, suas obras não eram bem aceitas, como se observa no comentário que José Veríssimo¹³ faz do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*:

¹² In: Pimentel Pinto, Edith. (*op.cit*)

¹³ Cf. Correspondência, Ativa e Passiva. Tomo II; organizada por Francisco Assis Barbosa.

Sincera e cordialmente felicito pelo seu livro. Há nele o elemento principal para o fazer superior, talento. **Tem muitas imperfeições de composição, de linguagem, de estilo, e outras mesmo, estou certo, será o primeiro a reconhecer-lhe**, mas com todos os seus senões é um livro distinto, revelador, sem engano possível, de talento real.

Silva (1995), ao dissertar sobre o “suposto” desleixo gramatical do literato, faz a seguinte consideração:

...o célebre desleixo limabarretiano é objeto de inúmeras interpretações, sendo a mais aceita aquela que vê neste seu desapego à gramática uma atuação deliberada, no sentido de combater os cânones gramaticais da época e se destacar pela diferença e, não, pela similitude lingüística. Nesse sentido, ao empregar uma linguagem marcada pelo desleixo intencional, Lima Barreto estaria indo contra não apenas a tudo aquilo que a estética oficial representava, mas também contra o próprio poder político-social que a retórica oficial acabava detendo. (...) [portanto] o autor carioca demonstrou que o domínio de certos homens sobre seus semelhantes se processa através da diferenciação lingüística e da lei gramatical. (Silva, 1995: 45)

E, nas palavras de Lima Barreto em correspondência a um amigo, Lucilo Varejão, assim se justificavam seus “desacordos gramaticais”:

Eu temo tanto esses tais clássicos e sabedores de gramática como a qualquer toco de pau podre por aí (...). Meus livros saem errado devido à minha negligência e ao meu relaxamento, à minha letra (...). Isso explica os erros vulgares, mas quanto aos outros da transcendente gramática dos importantes, eu nunca me incomodei com eles. (*Correspondência*)

O literato explicou ainda por que, apesar de conhecer os cânones, não os seguia: desejava atingir o maior número possível de leitores:

Seria melhor que me dirigisse ao maior número possível, com auxílio de livros singelos, ao alcance das inteligências médias, com uma instrução geral, de que gastar tempo com obras só capazes de serem entendidas por sabichões enfatuados na sua inteligência, pelas tradições de escolas e academias e por preconceitos livrescos e de autoridade. (...)

Tratei de ler os autores, com cuidado de observar como dispunham a matéria, como desenvolviam, procurar teorias de estilo e isto, como principiante, fui buscar no enfado dos clássicos, mas bem depressa abandonei esse sestro e o meu escopo foi unicamente vazar o melhor possível o pensamento que queria viajar no papel. Tinha um grande medo da gramática, dos galicismos, da regência, dos complementos, das concordâncias especiais. (*Impressões de Leitura*)

Com isso, em seus textos, falava contra o poder do dinheiro, da posição social e daquele poder advindo do emprego da palavra rebuscada, da sintaxe preciosista desligada da simplicidade da vida, presa a regras rígidas ou em desacordo com o uso. E não estava errado. Isso se comprova na fala de Sodré (1964:353), ao comentar o modelo purista (e preciosista) vigente no Brasil:

Opulência verbal, sonoridade vocabular, demasias de sinônimos, artifícios sintáticos concorrem, assim como as sutilezas mandarinescas das questões gramaticais. (...) De tudo isso não poderia resultar outra coisa senão o distanciamento entre o escritor e o público.

Como era o início de um novo regime político, deve-se considerar que era uma sociedade em fase de mudança, o que deveria refletir-se também na língua, pois, como afirma Cunha (1986:31), “revolucionar a língua é a mais profunda revolução que se pode fazer; sem ela a revolução das idéias é apenas aparente”. Se revolucionar a língua é revolucionar idéias, Lima Barreto estava correto ao dizer que aquela modalidade purista não representava mais a sociedade brasileira, que havia de se significar de maneira diferente.

A maneira como escrevia, o enredo que criava em torno de seus personagens mostravam que o escritor discordava do fato de que os brasileiros tinham de dominar passivamente duas normas lingüísticas, a do Brasil e a de Portugal, pressionados por escritores, gramáticos e usuários cultos da língua que estavam sempre prontos a criticar aqueles que se desviassem da norma portuguesa.

Em suas críticas, portanto, não poupou o purista ortodoxo Rui Barbosa nem os gramáticos atuantes. Com isso, mesmo sem saber, mostrou a adequação do critério de correção gramatical de Adolf Noreen, descrito por Cunha (1986:37):

o critério racional de correção é aquele que atende à seguinte fórmula: o melhor é o que pode ser apreendido mais exata e rapidamente pela audiência presente e pode ser produzido mais facilmente por aquele que fala; ou melhor, é a forma de falar que reúne a maior simplicidade possível com a necessária inteligibilidade.

No tocante a essa ‘simplicidade’, ao publicar uma crítica sobre o livro *À Margem do Coivara*, Lima Barreto diz:

O Sr. Gastão Cruls é médico, mas graças a Deus, não escreve no calão pedante de seus colegas. Escreve como toda a gente (...) sem o Elucidário de Viterbo e o Bluteau, nas mãos, e – que concubinato! – sem ter diante dos olhos o redundante padre Vieira e o enfático Herculano. (*À margem do “Coivara”, de Gastão Cruls*)¹⁴:

Seu posicionamento pode ser observado no suposto “desleixo gramatical” de sua obra, que demonstra seu desapego à gramática e sua luta contra os cânones, o que o caracteriza como defensor exaltado da liberdade gramatical relativa. Foi dessa forma que Lima Barreto demonstrou desprezo por aqueles que ditavam as regras do bom uso preciosista da linguagem e confessou que o que lhe importava ao escrever era a exposição dos fatos e de temas ligados à realidade social circundante, sendo o modo como isso se realizaria, apenas um detalhe.

No trecho em destaque, do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, deixa transparecer esse desapego às normas gramaticais, uma vez que não pontua corretamente (não separa por vírgulas duas orações com sujeitos diferentes e uma conjunção intercalada) e comete, também duas vezes, um lapso de regência verbal (com o verbo assistir).

Tinha havido missa e o trovador assistiu a saída (...) Era médico do lugar, morava, porém, fora, na sua fazenda, e viera de ‘aranha com sua filha, Nair, assistir o ofício religioso (...) Gozava, portanto a fulminante vitória de Ricardo. (pág. 93)

Para ele, como demonstra Silva (1999), a língua deveria “cumprir sua função comunicativa, independentemente de fatores gramaticais, os quais considerava somenos”. Nesse sentido, travou uma luta insana contra os gramáticos e sua linguagem pacientemente trabalhada. Tanto que, mais de uma vez, referiu-se à ineficiência daqueles que pretendiam prender a expressão lingüística nos moldes nem sempre justos da gramática:

¹⁴ In Impressões de Leitura

Já houve, entre nós, o pedantismo dos gramáticos que andou esterilizando a inteligência nacional com as transcendentais questões de saber se era ‘necrotério’ ou ‘necroteca’, ‘telefone’ ou ‘teléfono’. Não me preocupo com essas cousas transcendentais de gramática e deixo a minha atividade mental vagabundear pelas ninharias do destino da Arte e das categorias do pensamento. (*Impressões de Leitura*)

Cidadão brasileiro, preocupava-se muito com a adequação da maneira de escrever conforme a realidade brasileira e, para tal, utilizava-se com frequência, de imagens, vocábulos, metáforas, exemplos e paisagens retiradas do Brasil.

Feitas com uma linguagem simples, suas descrições captam a simplicidade e as qualidades naturais do cenário, mostrando, ao leitor, uma atmosfera pessoal, permitindo, portanto, a plena compreensão do que estava escrito. Como faz em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, ao descrever o lugar onde o rapaz Isaías morava:

Durante todo esse tempo, residi em uma casa de cômodos na altura do Rio Comprido (...) O jardim de que ainda restavam algumas gramadas amareladas, servia de coradouro (...) Guardavam o portão duas esguias palmeiras que marcavam o ritmo do canto de saudades que a velha casa suspirava...

Essa era a intenção limabarretiana: linguagem simples para ser compreendida por todos, o que também afirma Silva (1995:68), ao dizer que

não é raro percebermos no autor carioca uma tentativa deliberada de tornar seu estilo o mais simples possível, no intuito de tornar suas idéias perceptíveis ao mais comum dos leitores, dando, portanto, aos seus romances um feitiço claramente popular.

Tudo isso faz de Lima Barreto uma das mais importantes vozes de resistência ao purismo vigente nas primeiras décadas da República. Inicialmente, sua angústia e sua crítica foram plenamente manifestadas na obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, sua pioneira, publicada em 1909. Nela, Lima Barreto também retrata sua crítica à sociedade preconceituosa que obriga as classes populares ao silêncio, a não terem direito à voz.

3.3.1 – A obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*

No romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto enfoca o espaço urbano, signo da modernidade no período de transição dos séculos XIX e XX, procurando abordar questões que reconstruam a sociedade brasileira. Para isso, o literato figurativiza como a cidade foi pensada e representada. Para ele, o Rio de Janeiro é uma cidade segregada, sendo o Centro, o espaço remodelado para o estrangeiro ver e para a elite burguesa se exhibir; Botafogo e Flamengo são os bairros de moradia da elite; e o subúrbio, o lugar destinado aos ignorados, os pobres, os operários, os imigrantes, enfim, o povo excluído pelo sistema republicano.

A cidade, portanto, é construída com o ponto de vista do excluído, do mulato que idealiza o espaço urbano como local do conhecimento e do saber. Trata-se de uma forte crítica à sociedade hipócrita e preconceituosa e à imprensa, o que se justifica, uma vez que, no dizer de Lajolo e Zilberman (2003:82), no período representado, “os jornais, em vez de expressarem uma consciência, um pensamento bem decidido, preocupavam-se com escândalos e intrigas, ou então em fazer elogio dos mortos, os epitáfios, em prosa e verso, hinos aos ministros”.

Quanto ao enredo, *Recordações* narra a experiência de Isaías Caminha, um jovem do interior que vai à capital em busca de sucesso, acreditando que os estudos e a boa formação lhe abririam as portas para o reconhecimento e uma vida mais digna, pois se tornaria doutor. Convicto de que alcançaria esse objetivo, o personagem Isaías (segundo Barbosa, 2002), o próprio Lima Barreto, confessa que

Ouvia uma tentadora sibila falar-me, a toda hora e a todo o instante, na minha glória futura. Agia desordenadamente e sentia incoerência dos meus atos, mas esperava que o preenchimento final do meu destino me explicasse cabalmente. (pág. 40)

Isaías fora bom aluno desde pequeno; sempre tirara boas notas, o que aumentava sua vontade de diplomar-se. Além disso, era um admirador da inteligência do pai, da facilidade como falava sobre as coisas, da capacidade de ler e entender idiomas diferentes, da forma como dominava as questões de linguagem. Isaías, também queria ser assim, pois via nisso também um passaporte para a cidadania:

Pareceu-me então aquela sua faculdade de explicar tudo, aquele seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas diversas e compreendê-las, constituíam, não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente. (pág. 39)

De certa forma, Isaías já questionava, mesmo antes de chegar ao Rio, os valores da sociedade, os quais, de acordo com Assis (2004:168), “configuravam instrumento de classe e de repressão que ajudava a impedir que os homens vivessem em harmonia”. Por isso, ele queria o diploma de “doutor”. Enxergava nele a possibilidade de ser respeitado, o direito à voz:

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor. (...) Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se contorciam no meu cérebro (...) Ah! Doutor! Doutor! Andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, doutor? Era sobre-humano. (pág. 45 e 46)

Ainda em viagem para o Rio de Janeiro, passa pela primeira experiência de segregação racial, o que se tornaria constante. Numa parada, é tratado com rispidez e desprezo por um caixeiro e observa a diferença do tratamento respeitoso que recebera um “rapazola alourado”. Ao relatar o episódio, ele se descreve, anunciando-se como mulato:

Os meus dezenove anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. (...) As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem

repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada. (pág. 49 e 50)

Ao chegar no Rio de Janeiro, primeiramente Isaías se maravilha com a beleza, mas, ao desembarcar, o cenário desaponta-o:

Aquela praça inesperadamente feia (...) ofendeu-me como se levasse uma bofetada. Enganaram-me os que me representavam a cidade bela e majestosa. Nas ruas, havia muito pouca gente e, do bonde em que as ia atravessando, pareciam-me feias, estreitas, lamacentas, marginadas de casas sujas e sem beleza alguma. (pág. 51)

Hospedado no Hotel Jenikalé, na Praça da República, conhece Lajes da Silva, um padeiro endinheirado de Itaporanga. Mais tarde, verá que se trata de um aventureiro envolvido em atos ilícitos, que lucra com a exploração de casas de prostituição e jogos de azar. A lição sobre as falsas aparências será aplicada a tudo e a todos, despertando no personagem o princípio da consciência crítica, mais questionadora e inconformada.

Em busca do Deputado Castro, a pessoa que o ajudaria a se estabelecer na cidade, Isaías vai à Câmara. Não o encontra, mas decide assistir a uma sessão para ver os venerados políticos que tanto admirava:

(...) fui assistir à sessão para encher o tempo e para travar conhecimento com o misterioso trabalho de fazer leis para um país. De fato, subi pensando no ofício de legislar que ia ver exercer pela primeira vez, em plena Câmara dos Senhores Deputados – augustos e digníssimos representantes da nação Brasileira. Não foi sem espanto que descobri em mim um grande respeito por esse alto e venerável ofício. (...) Imaginava-os com uma tresdobrada força de sentidos e inteligência, podendo prever, cada um dos milhões de entes que sofriam e viviam, que pensavam e amavam pela vasta extensão da pátria. (...) Pensando, subia a escada da Câmara dos Deputados da República dos Estados Unidos do Brasil. (pág. 60)

Entretanto, constata a frivolidade e o desinteresse dos membros do legislativo pela sessão e pelos assuntos ali tratados. Sai decepcionado com o espetáculo que é a política.

Quando finalmente consegue falar ao Doutor Castro, visitando a sua residência particular, é recebido friamente, e ouve que seria muito difícil arranjar-lhe uma colocação.

Combinam, então, de se encontrar no dia seguinte. Caminha, depois, descobre que o deputado estava de viagem marcada e é tomado por um acesso de raiva:

Patife! Patife! A minha indignação veio encontrar os palestradores no máximo de entusiasmo. O meu ódio, brotando naquele meio de satisfação, ganhou mais força [...] Gente miserável que dá sanção aos deputados, que os respeita e prestigia! Porque não lhes examinam as ações, o que fazem e para que servem? Se o fizessem... Ah! Se o fizessem! (pág.82)

O menino percebe, então, que, definitivamente, não pode contar com a ajuda do Deputado. Sente-se humilhado, sozinho, empobrecido.

Sentia-me só, sem parentes, sem amigos, sem conhecidos (...). Os meus únicos amigos eram aquelas notas sujas, encardidas; eram elas o meu único apoio; eram elas que me evitavam as humilhações, os sofrimentos, os insultos de toda a sorte (...) Eu nunca compreendi tanto a avareza como naqueles dias que dei alma ao dinheiro, e o senti tão forte para os elementos da nossa felicidade externa ou interna. (pág. 85)

Além desse sofrimento todo, recebe uma intimação para comparecer à delegacia, já que o hotel onde se hospedava havia sido roubado e os hóspedes prestavam depoimentos. Ao ouvir as palavras do Capitão Viveiros: “E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal mulatinho?”, Isaías reflete:

(...) quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo [...] Hoje, agora, depois não sei de quantos pontapés destes e outros mais brutais, sou outro, insensível e cínico, mais forte talvez; aos meus olhos, porém, muito diminuído de mim próprio, do meu primitivo ideal [...] Entretanto, isso tudo é uma questão de semântica: amanhã, dentro de um século, não terá mais significação injuriosa. Essa reflexão, porém, não me confortava naquele tempo, porque sentia na baixeza de tratamento, todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e examinar. (pág. 88)

Levado à presença do delegado, começa o interrogatório:

- Qual é a sua profissão?
- Estudante?
- Estudante?!
- Sim, senhor, estudante, repeti com firmeza.
- Qual estudante, qual nada!

A sua surpresa deixara-me atônito. Que havia nisso de extraordinário, de impossível? Se havia tanta gente besta e bronca que o era, porque não o podia seu eu? Onde lhe vinha a admiração duvidosa? Quis-lhe dar uma

resposta, mas as interrogações a mim mesmo me enleavam. Ele por sua vez, tomou o meu embaraço como prova de que mentia.

Com ar de escarninho perguntou:

- Então você é estudante?

Dessa vez tinha-o compreendido, cheio de ódio, cheio de um santo ódio que nunca mais vi chegar em mim. Era mais uma variante daquelas tolas humilhações que eu já sofrera; era o sentimento geral da minha inferioridade, decretada a priori, que eu adivinhei na sua pergunta. (pág. 92 e 93)

O delegado chama Caminha de *malandro* e *gatuno*; o menino, sentindo reforçadas todas as injustiças que vinha sofrendo, chama o delegado de imbecil e acaba preso.

A obra barretiana é pródiga no registro dos espaços da cidade e da cidadania e as temáticas sempre estão em torno do poder e suas múltiplas manifestações. Assim, a cadeia simboliza as confluências do binômio poder-cidadania. A delegacia é o local encarregado da resolução das dissensões sociais, mecanismo imediato de controle dos agentes da desordem, o qual age com a parcialidade necessária aos interesses de um pequeno grupo dominante, revelando a Isaías mais uma mazela oculta sob a fachada da legalidade institucionalizada.

Ali ele testemunha o senador que vai em busca de um protegido, Chico Nove-Dedos, ressaltando o vínculo entre esferas distintivas da sociedade fluminense: o respeitado político e o capanga violento. Isso, de acordo com Sevcenko (2003:170) era comum na política local, pois “a ordem pública ficava nas mãos dos jagunços, capangas, capoeiras e mandriões”.

Quando sai, Caminha decide mudar-se do hotel e procurar emprego, mas na primeira negação percebe que, devido à sua cor, seria muito difícil se ajustar na vida. Passa dias perambulando pelas ruas do Rio, passando fome, vendendo o que tinha para comer algo. Diante de toda essa humilhação e do sofrimento, desabafa:

Não conhecia ninguém, não tinha a mínima relação que me pudesse socorrer, dar-me qualquer coisa, casa ao menos, até que me arranjasse. (...) Vinham-me então os terrores sombrios da falta de dinheiro, da falta absoluta. (...) Sentia-me só, sem parentes, sem amigos, sem conhecidos que uma desgraça pudesse fazer amigos. (pág.100)

Durante uma de suas perambulações, descobre a Biblioteca Nacional, para onde muitas vezes vai, cheio de fome, ler *Maupassant e Daudet*. Nessa mesma época, conhece Abelardo Leiva e Agostinho Marques, amigos que o ajudam a compreender melhor a cidade, as peculiaridades de seus habitantes, as histórias ocultas por trás das máscaras sociais: o jornalista Gusmão e suas aventuras com os fuzileiros navais; o redator Florêncio e os furtos nas livrarias, aspectos que põem em dúvida a moralidade aparente.

Finalmente, encontra Rostóloff Gregoróvitch, que o convida para dar uma passada na redação de *O Globo*. Lá consegue um emprego subalterno, num cargo distante de suas aspirações - contínuo. Isaías, porém, sente até algum orgulho, afinal passara a pertencer à imprensa e, por isso, seria motivo de admiração entre os seus. Apesar dessa aparente satisfação, faz questão de mostrar os defeitos desse meio e, durante algum tempo, mantém-se crítico em relação à roda de vaidades e corrupção que presenciar nas engrenagens de funcionamento do jornal. Sendo assim, descreve minuciosamente os funcionamentos da imprensa carioca.

Na figura do jornal em que o personagem trabalha, Lima Barreto pretende desmascarar a grande imprensa que fomenta a falsa ideologia igualitária e denunciar sua podridão. Para isso, todas as características dos grandes jornalistas, desde o diretor de *O Globo*, Ricardo Loberant, aos demais redatores e jornalistas, são explicitadas de maneira cruel e mordaz.

O referido diretor, é retratado como ditador, temido por todos, com apetite de mulheres e prazer, visando somente ao aumento das vendas do seu jornal. Trata-se de um empreendedor ganancioso; seus empregados são ameaçados constantemente por demissões aleatórias e pelo ambiente insalubre. O aumento na venda do jornal é perseguido por ele a qualquer custo, se necessário, até com a exploração de escândalos.

Aires d'Avila, redator-chefe, “*um homem gordo que se movia pela sala com a dificuldade de um boi que arrasta a relha enterrada da charrua*”, é um editor malandro; Leporace, advogado desempregado, foi admitido no jornal e, aos poucos, alcançou o cargo de secretário; Gregorovitch, jornalista desleixado e dono de um estilo oportunista; Lobo, revisor do jornal, um vernaculista, perseguidor ferrenho dos erros gramaticais, motivo pelo qual recebeu a alcunha “o gramática”; e Floc, o crítico literário do jornal, possuidor de uma grande limitação intelectual. Isaías se admira com a falta de conhecimento e dificuldade desses homens para escrever, os quais, nas ruas, são tratados como semideuses e defensores do povo.

É notável o que diz do crítico literário Floc (Frederico Lourenço do Couto) e do *gramática* Lobo - os dois mais altos ápices da intelectualidade d’*O Globo*. Lobo é defensor do purismo, de um código tirânico, de uma língua sagrada.

Floc confundia arte, literatura, pensamento com distrações de salão; não lhes sentia o grande fundo natural, o que pode haver de grandioso na função da Arte. Para ele, arte era recitar versos nas salas, requestrar atrizes e pintar umas aquarelas lambidas, falsamente melancólicas. [...] as suas regras estéticas eram as suas relações com o autor, as recomendações recebidas, os títulos universitários, o nascimento e a condição social. (pág. 110)

Certa noite, entusiasmado com uma apresentação de música a que acabara de assistir, Floc vai escrever a crônica para o dia seguinte, mas seu poder criativo é nulo, sua capacidade é fraca. Desesperado, mata-se com um tiro na cabeça. O redator de plantão chama Isaías e pede que se dirija ao local onde se encontra Ricardo Loberant e o avise sobre o ocorrido. O contínuo, então, surpreende-o, juntamente com Aires d'Avila, numa sessão de orgia. A partir desse episódio, Loberant passa a olhar Isaías com mais atenção, promove-o a repórter, divide confidências e farras com ele, que ganha dinheiro e sua proteção. Entretanto, depois da euforia inicial, Isaías que, nesse momento, parece ter-se corrompido, ressentido-se do fato.

Lembrava-me de que deixara toda a minha vida ao acaso e que a não pusera ao estudo e ao trabalho com a força de que era capaz. Sentia-me repelente, repelente de fraqueza, de falta de decisão e mais amolecido agora com o álcool e com os prazeres... Sentia-me parasita, adulando o diretor para obter dinheiro... (pág. 125)

Em *Breve Notícia*, nota introdutória da segunda edição do livro, Lima Barreto revela toda a contradição existente na vida de Isaías. O rapaz propusera-se a escrever sua biografia para denunciar o que passou durante a experiência na cidade. No entanto, anos depois, no interior do Espírito Santo, ingressa na política local, passa a fazer parte da esfera do poder e, por consequência, volta a freqüentar as altas rodas da burguesia do Rio de Janeiro. Assim Lima Barreto diz:

...após dez anos, tantos são os que vão da composição das Recordações aos dias que correm, o meu amigo perdeu muito de sua amargura, tem passeado pelo Rio com belas fatiotas, já foi ao municipal, freqüenta as casas de chá; e, segundo me escreveu, vai deixar de ser representante do Espírito Santo, na Assembléia Estadual, para ser, na próxima legislatura, deputado federal. Ele não se incomoda mais com o livro; tomou outro rumo. Hei de vê-lo em breve entre as encantadoras, fazendo o tal footing domingueiro, no Flamengo, e figurando nas notícias elegantes de jornais. (pág. 10)

Ao ler o livro, observa-se que metade dele é dedicada à descrição dos bastidores do jornal *O Globo*, evidenciando uma crítica impiedosa e ferina. Isso se deve também ao fato de que, no início do século XX, os laços entre imprensa e literatura eram muito estreitos, sendo ambos elementos fundamentais para a constituição de sua hierarquia.

Imprensa e literatura são formações discursivas diferentes, emanadas de lugares sociais igualmente distintos; mas ambas integram o mesmo sistema da escrita. Não se confundem, posto que sejam intercomunicantes. E o fato de a imprensa, durante um certo tempo e em certos casos, financiar a literatura é, talvez, a manifestação mais visível desta intercomunicabilidade. (Lajolo e Zilberman, 2003:87).

Fica claro, então, que a escolha dessas instituições, como alvo, não tenha sido uma atitude cautelosa e impensada. Como consequência da composição caricaturada dos personagens e o fato de a narrativa compor-se por uma metade impressionista e outra

panfletária, renderam à obra uma crítica negativa, já antevista pelo autor, conforme se comprova na carta enviada, por ele, a Gonzaga Duque:

Mandei as *Recordações do escrivo Isaías Caminha*, um livro desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre. Espero muito nele para escandalizar e desagradar (...). Espero que esse primeiro movimento, muito natural, seja seguido de um outro de reflexão em que vocês considerem bem que não foi só o escândalo, o egotismo e a charge que pus ali. (...) Hás de ver que a tela que manchei tenciona dizer aquilo que o simples fatos não dizem, segundo o nosso Taine, de modo a esclarecê-los melhor, dar-lhes importância, em virtude do poder da forma literária. (*Correspondência Ativa e Passiva*)¹⁵

Esse romance, entretanto, inaugura, na literatura brasileira, *uma linhagem de escritos dos excluídos*. De acordo com Santos (2004:89), são dessa linhagem

as obras que trazem para o cenário literário o universo dos marginalizados, tratados nessas obras, não como meros figurantes de um painel social heterogêneo, mas alçados a personagens centrais. Esses textos, em sua maioria, caracterizam-se também pelo registro da linguagem própria desses grupos e pelo tratamento menos judicioso de seus narradores em relação aos valores desses grupos.

Em Lima Barreto, isso é identificado tanto nas transgressões de forma quanto no modo peculiar de utilizar personagens pouco usuais na ficção nacional da época e, ainda, pela maneira particular de se articular no campo literário. Essa escolha reflete a posição ideológica do literato, que é manifestada constantemente em seu discurso. Cabe, aqui, ressaltar que

O poder do discurso crítico articula-se em vários níveis. Ele tem o poder de policiar a língua, de determinar que certos enunciados devem ser excluídos por não se conformarem ao que é considerado um estilo aceitável. O poder de policiar a própria escrita, de classificá-la de literária e de não-literária, de perenemente grandiosa e de efemeramente popular. É o poder de autoridade diante dos outros; são relações de poder entre os que definem e preservam o discurso, e os que a ele são admitidos seletivamente. (Eagleton, 2001: 279)

¹⁵ In: Vasconcellos, Eliane. *Lima Barreto: Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 2001.

Em relação ao uso lingüístico, é exatamente contra o poder do discurso purista que Lima Barreto se levanta. Assim, para mostrar sua posição ideológica, o romance desenvolve-se tendo o jornal *O Globo* como fio condutor, mostrando o constante confronto entre o jornal e a administração pública, o que deve conduzir a uma análise da política brasileira do período, e o poder persuasivo da linguagem, o qual é demonstrado na fragilidade intelectual de Floc e no policiamento insensato da língua praticado pelo “gramática” Lobo.

3.3.2 – O antipurismo em Isaías Caminha

Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, a própria linguagem quase pueril, com uma ingenuidade na colocação das imagens, uma adjetivação escassa e repetitiva, apresenta-se como uma crítica à linguagem, empolada, rebuscada, de difícil compreensão. Observe-se a simplicidade na descrição de um dia de sol:

O sol coava-se com dificuldade por entre grossos novelos de nuvens erradias, distribuindo sobre as cousas que eu ia vendo, uma luz amarelada e desigual (...) Sob aquele sol muito forte, à rebrilhante luz daquela manhã de verão, por entre tanta gente rica e forte, aquele seu instrumento infantil, a puerilidade da música, o seu aspecto de sombra, juntavam-se para dar um relevo cortante à sua miséria e à sua fragilidade... Ele, com a sua resignação e miséria, e o sol, com a sua força e indiferença, tinham um certo acordo oculto, uma relação entre si quase perfeita. (pág. 49)

Nesse romance, os personagens figurativizam a crítica às normas artificiais do emprego da língua e sua ineficiência. Nela, o purismo é defendido pelo “gramática” Lobo, que tratava a língua como uma entidade divina que deveria ser cultuada. No trecho que segue, observa-se um diálogo entre Lobo e o Doutor Loberant. Este, nervoso com a constante concorrência com *O Jornal do Brasil*, atribui a culpa da menor vendagem à modalidade lingüística empregada em seu jornal. Segundo Loberant, *O Globo* usava uma

linguagem muito rebuscada, que não atingia o povo. Daquele momento em diante, ele exigiria que se usasse uma língua mais acessível, ou melhor, que vendesse mais.

- Não quero mais gramática, nem literatura aqui!... Nada! Nada! De lado essas porcarias todas... Coisa para o povo, é que eu quero!
 - Mas doutor, a língua é uma coisa sagrada. O culto da língua é um pouco o culto da pátria. Então o senhor quer que o seu jornal contribua para a corrupção deste lindo idioma de Barros e Vieira...
 - Qual Barros, qual Vieira! Isto é brasileiro - coisa muito diversa!
 - Brasileiro, doutor! Falou mansamente o gramática. Isto que se fala aqui não é língua, não é nada: é um vazadouro de imundície. Se Frei Luís de Sousa ressuscitasse, não reconheceria a sua bela língua nessa amálgama, nessa mistura diabólica de galicismos, africanismos, indianismos, anglicismos, cacofonias, cacoténias, hiatos, colisões... Um inferno! Ah, doutor! Não se esqueça disto: os romanos desapareceram, mas a sua língua ainda é estudada... (pág. 150)

Como se vê, *Lobo*, purista por convicção, defende o emprego da língua vernacular, mesmo que este contraste com a linguagem que o povo fala, que o povo entende, que o povo compra. Não há nele a intenção de ser comunicativo e compreensível; ao contrário, interessa-lhe o uso que demonstre intelectualidade. Considera, assim, que, de outra maneira, a língua estará sendo corrompida.

É importante ressaltar, quanto ao Dr. Loberant, que sua posição em relação à linguagem empregada em seu jornal nem sempre fora aquela. Ele, apesar de pouco entender das regras da língua, antes desse episódio, louvava a correção e não permitia que nada passasse em seu jornal sem que fosse preciosamente revisado. Isaías revela-nos que:

Loberant julgava-se um purista; ademais ele sempre tivera culto pelo dicionário, pelo purismo. Era um gosto ver surgir nos seus artigos-descomposturas, termos, catados ao Moraes e ao Domingos Vieira. E essa sua crença de purista e cultor da língua, juntara-se com o tempo, à de ser um grande homem, um messias, um homem providencial. (pág. 143)

Já Lobo, durante toda a história, é caracterizado como alguém muito preocupado com a correção da linguagem, com os preciosismos gramaticais. Por isso, são comuns passagens em que tal personagem esclarece alguma questão normativa ou reclama um mau emprego, conforme se observa nos destaques que seguem:

-Doutor Lobo, como é certo: um copo d'água ou um copo com água?

O gramática descansou a pena, tirou o pince-nez de aros de ouro, cruzou os braços em cima da mesa e disse com pachorra e solenidade:
 -Conforme: se se tratar de um copo cheio, é um copo d'água; se não estiver perfeitamente cheio, um copo com água. (pág. 134)

Ou ainda em:

-Quem é este Sanches que escreveu este artigo “Bancos emissores”?
 -Não sei bem, disse Floc (...)
 Que ignorante! Pois esta besta não escreveu – um dos que foram – isso se admite? Qual! Como é que saem batatas destas? Estou desmoralizado... todos sabem que tenho aqui a responsabilidade da língua ... Que dirá o João Ribeiro? O Said Ali? O Fausto? E o Rui, que dirá? (pág. 178)

Como já dissemos e de acordo com Silva (1995:56), “o começo do século foi uma época de efervescência gramatical, quando a expressão lingüística sofria intensa pressão dos guardiões da língua portuguesa”. Por isso, o tempo todo havia alguém pronto a apontar incorreções gramaticais, erros de grafia e a colocação incorreta de pronomes. A Academia Brasileira de Letras interessava-se muito por essas questões e ditava as normas do bom uso, uma vez que era a sede do cultivo da língua nacional. Lima Barreto, que jamais conseguiu ser eleito membro dela, critica-a também no comentário de Caminha sobre a autonomia de Floc para escrever seus artigos:

Floc, entretanto, gaba-se de ter autonomia nos seus artigos. Eram puramente literários, ou tinham esse propósito, e à luz da inteligência de Loberant, era-lhe perfeitamente indiferente que o naturalismo fosse elogiado e o nefelibatismo detratado; que a Academia de Letras tivesse referências elogiosas ou recebesse epigramas acerados. Floc era contra a Academia, contra os novos, contra os poetas, contra os prosadores. (pág. 143)

Para Lima Barreto, a língua deveria cumprir sua função comunicativa, independentemente de fatores gramaticais, os quais considerava de menor importância. Nesse sentido, lutou insanamente contra os gramáticos e a linguagem pacientemente trabalhada por eles. Assim, tanto nesta como também em outras obras, mais de uma vez referiu-se à ineficácia de quem pretendia encerrar a expressão lingüística nos moldes da gramática.

Já houve, entre nós, o pedantismo dos gramáticos que andou esterilizando a inteligência nacional com as transcendentais questões de saber se era “necrotério” ou “necroteca”, “telefone” ou “teléfono” (...) Não me preocupo com essas cousas transcendentais de gramática e deixo minha atividade mental vagabundear pelas ninharias do destino da Arte e das categorias do pensamento. (pág.167)

Essa posição justifica a impressão que Isaías Caminha revela do “gramática” Lobo:

A gramática do velho professor era de miopia exagerada. Não admitia equivalências, variantes; era um código tirânico, uma espécie de colete de força em que vestira as suas pobres idéias e queria vestir as dos outros. (pág. 179)

Justifica também o fim reservado a ele, que enlouquece e não fala nem escuta por medo de desaprender a língua vernacular.

Lobo enlouqueceu e estava recolhido ao hospício. A sua mania era não falar nem ouvir. Tapava os ouvidos e mantinha-se calado semana inteira, pedindo tudo por acenos. Ao médico que lhe perguntou por que assim procedia, explicou, a muito custo:

-Isto não é língua... Não posso ouvir... tudo errado... que vai ser disto!
-E por que não fala?

Os erros são tantos, e estão em tantas bocas, que temo que eles me tenham invadido e eu fale esse calão indecente. (pág. 217)

Note-se que a posição barretiana não se devia ao fato de não saber gramática. Tanto sabia que, certa vez, faz o seguinte comentário a respeito de uma frase de Gilberto Amado:

Desagradar é verbo intransitivo. Pede, portanto, objeto indireto. E o mais grave erro do artigo, pois o pronome devia ser “lhe” e não “o”. Que clássico! Todos são assim. Quanto mais falam em gramática, mais erram por conta própria. (*Diário Íntimo*)

É justo, então, que se avalie o famoso “estilo gramatical desleixado” de Lima Barreto, como uma atuação deliberada, uma intenção de combater os cânones gramaticais da época e de se destacar pela diferença lingüística. De acordo com Silva (1995:57),

empregando uma linguagem marcada pelo desleixo intencional, Lima Barreto estaria indo contra não apenas a tudo aquilo que a estética oficial representava, mas também contra o próprio poder político-social que a retórica oficial acabava detendo.

Finalmente, isso reforça a idéia de que o pensamento lingüístico está diretamente relacionado à cultura e à história de um país, uma vez que língua e Estado configuram-se conjuntamente, constituindo a identidade de uma nação. Sendo assim, compreender a crítica de Lima Barreto ao uso vernacular, purista, essencialmente gramatical da língua é também compreender a história da formação da nação brasileira.

4- O CRONISTA LIMA BARRETO (IMPRENSA, DENÚNCIAS, LINGUAGEM)

É impossível traduzir fielmente o pensamento e as sensações de um ser fora da sua linguagem própria. (FRANCE, Anatole)

4.1 – O PAPEL DA IMPRENSA

Já que a língua é e tem história e a imprensa é um dos meios de comunicação que mais a disseminam, colaborando para a ascensão da modalidade lingüística que deve ser considerada de prestígio, importa-nos analisar o que representava a imprensa no período de transição dos séculos XIX e XX.

De acordo com Cyrino e Joasilho (2006), o jornal constituía um espaço de reflexão/compreensão/interpretação dos sentidos sobre a língua nesse período, quando houve uma grande preocupação em demonstrar que a língua do Brasil era diferente da de Portugal. Para Machado (2004), compreender o papel da imprensa na virada do século XIX para o XX, quando se iniciava a construção de uma identidade para a nação que surgia no Brasil, é fundamental para a compreensão de como a imprensa participou na construção dessa nova proposta de nação.

É relevante observar que, na transição Império-República, a imprensa unificava o discurso dominante, tornando-o legível. Sendo assim, criava-se, no Rio de Janeiro entre 1880 e 1890, um novo modelo de jornalismo, com uma linha editorial “supostamente” mais neutra e imparcial.

Os jornais tinham a intenção de informar os letrados e, de certa forma, influenciar os não letrados, ou seja, os excluídos, uma vez que a palavra escrita já possuía uma enorme capacidade de se inserir em diversos meios sociais, direta ou indiretamente, tornando-se um elemento de normatização da própria sociedade.

Observa-se, assim, que, à medida que o jornal adquiria credibilidade, passava a ocupar um grande espaço social. Dessa forma, constituía-se num dos principais *locus* onde se realizavam as representações das idéias de nacionalidade e de identidade nacional. Ressalte-se que essa identidade nacional brasileira ganha seu espaço principalmente na imprensa, devido à forma como esses meios de comunicação realizavam o trabalho sobre as representações sociais. Portanto, o jornal, um veículo de comunicação de massa, tornava-se, naquele momento, a única possibilidade de defesa do suposto cidadão. Era nele que as pessoas verbalizavam seus desabafos, discussões e até a reivindicação de alguns direitos.

Como uma nova força que absorvia grande parte da atividade intelectual brasileira do referido período, o jornal alcançou novos territórios e os jornalistas tornaram-se ditadores da nova moda e dos novos hábitos, desafiando, inclusive, a Igreja no controle da consciência do cidadão brasileiro.

Na segunda metade do século XIX, a imprensa ocupou um papel maior na sociedade brasileira. Foi nessa época que jornalismo político e literatura fundiram-se num mesmo veículo e os literatos passaram a se empregar nos jornais, para que pudessem publicar suas criações literárias. Nas palavras de Sodré (1999:192),

os homens de letras faziam imprensa e faziam teatro. Naquela, encontravam liberdade relativa para as suas criações literárias, não para os impulsos políticos; nesse, porém, nem tudo era favorável. Para qualquer peça a ser levada à cena, devia passar pela censura do Conservadorismo e receber o visto da polícia.

Nas décadas de 60 e 70, enquanto em São Paulo surgiam periódicos a toda hora, engajados em alguma causa, o combate à escravidão, por exemplo, na corte (Rio de Janeiro), predominava a oratória vazia. O público leitor era formado por moças e estudantes, o que definia, via de regra, os temas abordados pela imprensa:

Se a parte mais numerosa do público era constituída pelas moças casadouras e pelos estudantes, o tema literário por excelência devia ser,

por isso mesmo, o do casamento, misturado um pouco ao velho motivo do amor. A imprensa e a literatura, casadas estreitamente então, seriam levadas a atender a essa solicitação premente (Sodré, 1999: 198)

Machado de Assis seguia essa tendência e colaborava assídua e sistematicamente no *Jornal das Famílias*, dedicado às mulheres. Nele publicava literatura amena e sem fundamento na realidade.

Pode-se afirmar que, no Brasil, a literatura conduzia ao jornalismo e este à política. Por isso era comum que um literato fosse jornalista, orador e político ao mesmo tempo. Tanto que a história do *Jornal do Comércio* confunde-se com a do reinado. “Evocá-la é evocar a série de vultos que brilham na nossa política, nas nossas letras, nas nossas artes.” (Sodré, *ibidem*)

No fim da segunda década da última metade do século XIX, as alterações na fisionomia do país começaram a se avultar e, no ano de 1869, surge o jornal *A Reforma*, que defendia um programa liberal: reformas eleitorais e judiciárias e abolição da escravatura. Nesse jornal, em 1872, trabalhou João Henriques de Lima Barreto, pai de Lima Barreto.

Em 1870, começou a circular o jornal *A República*, o qual reunia os melhores elementos de literatura e imprensa do país. Segundo Sodré (1999:212), esse jornal tinha uma alta vendagem e, para seduzir seus leitores, fazia sorteio de prêmios, o que não era comum à época. Nele defendia-se a separação entre Igreja e Estado e combatia-se o castigo corporal nas forças armadas.

Logo após, em 1872, surgiram mais de 20 jornais republicanos. Portanto, no final do século, a idéia republicana ganhava a camada culta do país, estudantes, intelectuais, militares e padres. Junte-se a isso a circulação de revistas. Em 1873, havia a *Mosquito* e O *Mequetrefe*, nas quais havia caricaturas e gravuras ligadas à realidade nacional. De acordo com Sodré (1999: 222):

era fundamental que elas estivessem ligadas à realidade nacional, que o público se revisse nelas, encontrasse aquilo que desejava e que o interessava. Numa fase de agitação crescente, surgindo as grandes questões que abalariam o regime, discutindo-se problemas essenciais ou importantes, era preciso estender a influência e não limitá-la ao elemento culto, intelectualizado, afortunado.

O país vivia uma fase de mudança e a imprensa deveria acolher a inquietação da população, discutir as reformas, influir no andamento e, com isso, ampliaria sua influência. Em 1874 (para alguns 1875), surge a *Gazeta de Notícias*, jornal que amplia o espaço da literatura. Tratava-se de um jornal de formato modesto, com colunas estreitas, barato, popular e liberal, com jornalistas e não homens de letras; tentava mostrar que a imprensa brasileira, lentamente, conquistava características definitivas. Em 1883, surgem alguns pasquins, como o *Corsário*, que circulava livremente, pois não havia censura.

Se considerarmos esse veículo (o jornal) como um bem simbólico, torna-se necessário analisar como se estabelece a relação entre a imprensa e a literatura, uma vez que é na imprensa que se concretizam as possibilidades de publicação dos literatos. Nesse sentido, Machado (2004:27) afirma que

a produção em larga escala de obras como folhetins, divulgados por um impresso mais rápido e capaz de ser produzido mais agilmente e em maior quantidade do que os livros, coincide com o aumento do público, em função da generalização do ensino elementar.

Essa foi também uma grande época literária. A cultura aprendida nos livros encontra espaço na vida brasileira. O público ia lentamente sendo conquistado para a literatura, principalmente pelo folhetim, que se conjugou com a imprensa, tornando-se o melhor atrativo do jornal. Ler folhetim chegou a ser um hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo na Corte. A leitura era realizada em voz alta e, portanto, atingia também os analfabetos, que eram a maioria da população. Diante de tanto sucesso, até a *Gazeta de Notícias* rendeu-se ao gênero e mandou traduzir os melhores autores franceses.

O sucesso explica também o fato de quase todos os autores brasileiros de ficção terem participado do folhetim: Machado de Assis, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo.

A imprensa era definitivamente do que viviam os homens de letras; o meio que lhes divulgava os trabalhos e lhes possibilitava o contato com o público. Entretanto, nas palavras de Sodré (1999:248), essa foi uma fase em que “imprensa e literatura se confundiam tanto que isso mostra como a imprensa engatinhava, não tendo criado ainda a sua própria linguagem e definido seu papel específico” ou ainda, de acordo com Carvalho (1996), a imprensa periódica desenvolvia-se lentamente e os jornais irmanavam-se na difusão da ideologia voltada para o progresso.

Os jornais essencialmente opinativos propunham modelos editoriais com ênfase na verdade. A virada do século, entretanto, acelerou o ritmo da vida cotidiana que se viu invadida pelo cinematógrafo e pela atividade editorial próspera, o que proporcionou um aumento da produção de livros e revistas, fixando os contornos da nova sociedade republicana. Nela, a imprensa influenciou o gesto literário e moldou o perfil do novo intelectual, o qual tinha como principal atividade o jornalismo.

Machado (2004:65), ressalta que

se por um lado, os literatos pretendiam aumentar o seu poder de ação social sobre as camadas urbanas, por outro lado, ao vender o produto de seu trabalho ao periódico, ganhavam notoriedade e participavam igualmente do jogo de manipulação e poder que esses jornais ofereciam.

No deflagrar da República, portanto, os escritores, elementos de uma nova classe no Brasil (a classe média), participavam na arregimentação da mudança. Isso se fazia através da imprensa, que era o órgão que lhes permitia expressar os sentimentos e reivindicar um papel respeitável na vida brasileira. Nesse sentido, diz Figueiredo (1995:13):

Preocupada em transmitir informações e iniciando-se como um instrumento de cultura consumista, a imprensa não se desenvolvia concomitantemente à politização do público. Ora, as regulamentações

vindas do poder oligárquico degradam o empreendimento jornalístico e o tornam uma empresa sujeita às interdições da política. Mesmo assim, projeta-se como uma instituição de força socialmente ativa, em especial na incipiente manipulação de consumidores, dirigindo-lhes as escolhas de vestuário, alimentação, linguagem e comportamento.

Além disso, coube também à imprensa ocupar um lugar destinado aos editores, que não se faziam muito presentes no Brasil. As publicações realizavam-se principalmente na França ou em Portugal e os escritores da classe média não possuíam recursos para isso. Muitos até cediam seus originais a portugueses apenas para vê-los publicados, como aconteceu com Lima Barreto em relação à obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Entre os poucos editores, no Brasil, destacou-se o Garnier. Ser lançado por sua editora (a *Garnier*) dava prestígio e consagração ao autor. Pela *Garnier*, publicaram José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, entre outros.

Em 1901, surgiu o *Correio da Manhã*, jornal de Edmundo Bittencourt, o qual tinha o propósito de combater o Governo Campos Sales. Como era polêmico, tudo o que nele aparecia sobre as letras alcançava projeção, sendo cerceado apenas pelas exigências de orientações formais ou informais da época.

Carvalho (1996) destaca que, nos primeiros anos da República, entretanto, a imprensa retraiu-se. Jornalistas desapareceram e as seções políticas foram eliminadas do jornal. Tudo isso graças ao decreto 295 de 29 de março de 1890, que reprimia a liberdade de imprensa. Na verdade, somente nas primeiras décadas do século XX, a imprensa tornou-se mediadora entre o público leitor e a sociedade política.

Para Machado (2004:65), nessa virada de século,

o jornal passa a ser usado como arma polêmica e também, através das novas técnicas, tentava se popularizar, o que significava valorizar o grotesco, o violento, as matérias policiais. Essa valorização, muitas vezes, levada ao extremo, fazia com que os fatos policiais, as tragédias do cotidiano, as catástrofes fossem, de fato, o assunto principal. Popularizar significava se transformar também no intermediário entre o público leitor e o poder.

Lima Barreto também escreveu na imprensa carioca e, para isso, lançou mão do gênero literário (jornalístico) crônica para manifestar suas críticas, seus descontentamentos. Foi exatamente através dela (a imprensa) que o literato realizou valiosas descrições sobre o Rio de Janeiro de seu tempo e a discriminação que começava no uso lingüístico reconhecido.

4.1.1 - A imprensa e Lima Barreto

A relação de Lima Barreto com a imprensa (jornais, revistas, principalmente cariocas), começou precocemente quando o literato ainda era um estudante de engenharia. Naquela época, ele escrevia em *A Lanterna*, jornal universitário de grande circulação, apesar de oficioso. Um pouco mais tarde, passou a escrever no *Tagarela*, jornal de pequena duração, no qual iniciou o ofício de cronista.

Depois de já ter prestado o concurso para amanuense, começou a colaborar no *Correio da Manhã*, o mais importante diário carioca da Primeira República; ali redigiu uma série sobre as escavações no Morro do Castelo. Em 1907, o literato passou rapidamente pela revista *Fon-Fon* e criou a *Revista Floreal* – “simpática e feiosinha, a bem-intencionada publicação não durou mais do que quatro números”, como informa Resende (2004).

Em 1909, foi publicado seu romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, o qual criticava o jornal *Correio da Manhã* e seu poderoso dono Edmundo Bittencourt. Devido a isso, Lima Barreto tornou-se mal visto pela imprensa de prestígio e, portanto, precisou traçar seu caminho por meio de pequenas publicações, quase sempre, na imprensa

alternativa. Ainda assim, conseguiu publicar na *Careta* e na *Revista Souza Cruz*, importante a primeira e elegante a segunda.

O literato lutou pela liberdade de imprensa com a arma mais eficaz que possuía – a escrita. Aos 30 anos, no auge de sua carreira, publicou, em folhetim, o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, no *Jornal do Comércio*. Concomitantemente, escreveu na revista *A Estação Teatral*, onde abordou questões culturais e criticou, com frequência, a europeização do Rio de Janeiro, a elitização do Teatro Municipal e a ditadura de Coelho Neto. Resende (2004:12), ressalta que

se o coelhonetismo era alvo principal de suas críticas ao pensamento e à escrita conservadores, muitos outros mandarins e acadêmicos, que praticam uma literatura contemplativa, estilizante, consagrada nos círculos dos burgueses embotados pelo dinheiro, não foram poupados.

Nos anos de 1914 e 1915, Lima Barreto colaborou no *Correio da Noite*. Ali demonstrou seu pensamento a respeito de pátria e nacionalismo, com um conceito de nação entendido como o conjunto de cidadãos unidos por um sentimento de maior solidariedade. Com esse pensamento, demonstrou recusar o ufanismo e o nacionalismo excludente. A questão do nacionalismo iria estender-se, ainda, por várias crônicas.

Ainda em 1914, publicou também no *A.B.C.* Entre 1916 e 1917, passou a escrever para periódicos (jornais e revistas) “libertários, preocupados com a questão social e o agravamento da desigualdade nas cidades mais importantes do país, especialmente na Capital Federal”, conforme afirma Resende (2004:14). Nessa fase, Lima Barreto já merecia a atenção de intelectuais críticos e da imprensa, devido à constante presença nos periódicos e à originalidade com que escrevia, unindo crítica ao humor.

Foi em 1918 que estabeleceu os primeiros contatos com Monteiro Lobato, que o convidou para escrever na *Revista do Brasil*. Em 1919, recebeu também um convite para colaborar na revista *A Época*, mas doente, não pôde aceitar.

Para Resende (*ibidem*), a década de 20 marcou uma virada na cultura brasileira, modernizando o país e a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o novo modelo de vida não significava o abrandamento dos preconceitos e das injustiças sociais, pois a elite continuava ignorante, presunçosa e fútil.

Foi aí que Lima Barreto retornou à revista *Careta*, tornando-se extremamente necessário a ela. Amadurecido, o literato passou a ser mais tolerante sem perder, no entanto, o espírito crítico. Já não se parecia mais com o “Escritor Maldito”, alcunha que ganhara tempos atrás. Observa-se que a essa altura, suas crônicas haviam se modernizado,

adequando-se aos novos modelos da imprensa; tornaram-se menores, mas ainda mais contundentes, apesar do freqüente recurso ao satírico, rascante. A escrita também se modificava, com o coloquialismo definitivamente assumido que ia se aproximando do que vai caracterizar o estilo modernista. Antecipando uma função bem posterior da crônica jornalística, seus textos vão se referir cada vez mais à própria imprensa, aos próprios jornais e seus noticiários, lidos e comentados. (Resende, 2004:20)

Finalmente, o Lima Barreto cronista saiu da imprensa (faleceu em 1922), trilhando os mesmos caminhos: criticando os poderosos, desconfiando das modificações urbanas, ressaltando uma linguagem que se aproximasse do povo, que fosse a identidade da população brasileira.

O breve relatório dos órgãos da imprensa pelos quais Lima Barreto circulou como cronista, ressalta a afirmação de Resende (1993) ao dizer que o literato foi um verdadeiro cronista e que, mesmos nos textos que se propõem romances ou contos, há muito de crônica. Para melhor compreender o que faz dos textos limabarretianos uma efetiva crônica, faz-se, a seguir, uma abordagem pormenorizada das características desse gênero literário.

4.2 - O GÊNERO LITERÁRIO DA IMPRENSA – A CRÔNICA

O gênero literário crônica, segundo Neves (1992:76), tem seu objeto “no cotidiano construído pelo cronista através da seleção que o leva a registrar alguns aspectos e eventos e abandonar outros”. Assim, é comum se dizer que se trata de um gênero híbrido porque, por um lado, oscila entre a literatura e o jornalismo, resultado da visão pessoal, subjetiva do cronista ante um fato qualquer, e, por outro lado, porque utiliza um dialogismo fala/escrita para se aproximar do seu leitor e seduzi-lo.¹⁶

De acordo com Moisés (1997:246), “a crônica é, para nós, hoje, na maioria dos casos, prosa poética, humor lírico, fantasia etc., afastando-se do sentido de história”. Existente desde a Idade Média, esse gênero passou por inúmeras modificações, deixando, primeiramente, de ser registro da História, depois de ser essencialmente jornalístico e “folhetinesco”, para atualmente figurar também em livros e coletâneas. Mesmo assim, não se desvinculou do sentido etimológico da palavra grega da qual deriva: *khronos*, que significa tempo. Bender e Laurito (1993) e também Martins (1980) afirmam que tal gênero encarrega-se da descrição de acontecimentos em ordem cronológica.

A principal mudança no gênero vem do fato de que, em seu sentido primário, a crônica significava “registro do passado e dos fatos na ordem em que se sucederam” (Martins, 1980:3) e, atualmente, seu enfoque é voltado para os fatos do dia-a-dia. Assim, tanto como registro do passado ou flagrante do presente, esse gênero trata de um resgate do tempo.

Para realizar esse resgate de forma que não canse o leitor, na crônica procura-se esconder a complexidade pressentida sob uma límpida naturalidade, por meio do disfarce numa suposta conversa sem rumo. Arrigucci (1999:6) explica que isso é feito com

¹⁶ Para uma visão mais aprofundada sobre a constituição da crônica por meio de um dialogismo fala/escrita, leia-se ASSIS, Lúcia Maria de. *Crônica: um caso de dialogismo fala/escrita*. Taubaté, 2002. (Dissertação de Mestrado).

vocabulário escolhido a dedo para o lugar exato, uma frase em geral curta, com preferência pela coordenação, sem temer, porém, curvas e enlaces dos períodos mais longos e complicados; uma sintaxe, enfim, mais leve e flexível, que toma liberdades e cadências da língua coloquial, propiciando um ritmo de uma soltura sem par na literatura brasileira contemporânea.

Nesse gênero, o autor dirige-se diretamente ao leitor, explicando-lhe seu ponto de vista. Para Martins (1980), trata-se de um trabalho de natureza ensaística, pois “parece residir na relação com a palavra falada e com a elocução oral”, possuindo um “estilo que se aproxima da marcha do pensamento no momento mesmo em que se produz, sem artifícios intermediários para a expressão do que está na alma”.

Na opinião de Resende (1993:62), a crônica brasileira nasce realmente no século XIX, no jornal, num espaço reservado ao comentário (uma cópia do modelo francês) da vida da cidade e do país – o folhetim. Trata-se de “uma criação que abre espaço para a experimentação e a investigação livres sobre a realidade”, utilizando a linguagem da cidade, a linguagem brasileira. Nela opta-se pela coloquialidade agradável e pela contradição, mais uma de suas peculiaridades.

Era, portanto, um misto de jornalismo e literatura uma vez que, a princípio, aparecia num jornal e possuía, como leitores, a classe que dava preferência àquele jornal. Na visão de Moisés (1997:247), a crônica “oscila entre a reportagem e a literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial, e a recriação do cotidiano por meio da fantasia”.

Essa característica limitava o texto, uma vez que “a ideologia do veículo corresponde ao interesse dos seus consumidores, direcionados pelos proprietários do periódico e/ou pelos editores-chefes de redação” (Sá, 2000:8); só mais tarde ela integraria uma coletânea, que seria organizada, em geral, pelo próprio cronista.

Com o tempo, a crônica (folhetim) foi ganhando um ar de quem estava escrevendo à toa, sem dar muita importância; abandonando o objetivo de informar e comentar, ficando

com o de divertir, através de uma linguagem mais leve, mais descompromissada, afastando-se, mais e mais, da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar na poesia.

Nela há a liberdade do cronista, que transmite uma aparência de superficialidade para desenvolver o seu tema, como se fosse por acaso. Assim, é o autor o próprio narrador da crônica e tudo o que ele diz parece ter acontecido de fato, como se fosse uma reportagem. O limiar entre o jornalístico e o literário é tão presente assim como a semelhança com o conto. Sobre isso, Martins (1980:10) diz que:

Muitas vezes a crônica se chega tão próximo do acontecimento que redunde em simples reportagem, perdendo sua identidade. Outras, mantém suas características, chegando-se ao conto sem nele se transformar, literatizando o acontecimento. Esse meio termo entre o acontecimento e o lirismo parece ser a postura ideal do cronista para a elaboração de sua crônica.

Observa-se, também, que a aparência de simplicidade da crônica deve-se ao seu surgimento no jornal, com sua precariedade, tendo a efemeridade de nascer no começo de uma leitura e morrer até o final do dia. É por meio dessa aparência que o cronista proporciona ao leitor uma visão abrangente, que vai além do fato, mostrando sinais de vida que diariamente deixamos escapar.

Como diz Candido (1992:16), “a linguagem ‘simplória’ faz com que haja maior proximidade entre as normas da língua escrita e da língua falada, pois o cronista elabora seu texto à semelhança de um diálogo entre ele e o leitor”. Sendo assim, na crônica, como na língua falada, não cabe a sintaxe rebuscada, o vocabulário opulento, por isso ela “opera milagres de simplificação e naturalidade”, demonstrando a busca da oralidade na escrita, isto é, de quebra de artifício e de aproximação com o que há de mais natural no modo de ser do nosso tempo.

No dizer de Sá (2000:11), tal dialogismo equilibra o coloquial e o literário, permitindo que o lado espontâneo e sensível permaneça como elemento provocador de

outras visões do tema, assim como acontece em nossas conversas diárias e em nossas reflexões. A crônica relata, então, uma circunstância, um pequeno acontecimento do dia-a-dia, transformando-o em um diálogo sobre a condição humana; isso porque o cronista com seu toque de lirismo reflexivo, capta o instante brevíssimo e lhe confere a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos. Sobre isso, leia-se Arrigucci (1999:15):

o cotidiano surge (...) como o lugar da mistura artisticamente fecunda, pois vira uma espécie de modelo de vida real para o escritor: é onde o mais alto aparece mesclado ao mais baixo; o puro ao impuro; o poético agarrado ao erótico; a cidade atravessada pelo campo; o passado pelo presente (...).

Com isso o cronista busca e julga a comunicação humana e a solidariedade social, fazendo com que o leitor redescubra a dignidade de objetos, como trabalho, dor, prazer, alegria, que se misturam a emoções esquecidas. Essa comunhão de objetos antagônicos revela certa preocupação ética e sugere a necessidade de harmonia do indivíduo com o universo e com o seu tempo. Parece correto dizer que se trata de um gênero secundário, passageiro, circunstancial, mas que se tornou muito receptivo e disponível para perceber as coisas miúdas com as quais o ser humano tende a identificar-se, o que a levou à eternidade dos livros, não só à efemeridade da página diária de um jornal.

Observa-se, porém, que isso se deve à necessária mudança de atitude do consumidor (leitor), pois, quando a crônica é transportada do jornal para o livro, as possibilidades de leitura tornam-se mais amplas e o texto passa a explorar mais sua riqueza, permitindo ao leitor novas vias interpretativas. Nesse contexto, o diálogo autor-leitor intensifica-se, fazendo com que se tornem cúmplices no ato de reinventar o mundo pelas vias da literatura. Isso confirma o que diz Candido (*op. cit.*:13):

por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural.

Finalmente, se a crônica é um gênero que se modifica quando se eterniza no livro, à medida que a sociedade se modifica, ela se transforma também. Logo, ao vislumbrar o período de transição entre os séculos XIX e XX, a modernização do Rio de Janeiro e o progresso tecno-industrial, devemos observar também que o repertório temático e/ou lingüístico utilizado nesse gênero também será alterado.

Quanto a Lima Barreto, o cronista utiliza como tema a própria imprensa e os artefatos modernos. Suas escolhas justificam o fato de, por vezes, receber a alcunha de modernista, pois, de acordo com Resende (1993:80), provoca rupturas com uma linguagem não-ornamental, como se conversasse com seu leitor, ou seja, emprega o recurso da oralidade na escrita.

Como sua crônica representa uma maior tentativa de aproximação do que seria a língua portuguesa do Brasil, ela está marcada pela fala mais descontraída do brasileiro, representada no emprego de neologismos:

Nos bondes e nos trens, quase sempre há questões com os condutores, quando estes descobrem um **mafuense**, carregando de contrabando um pato ou uma galinha. (*Feiras e mafuás*)

Ou ainda de máximas populares:

O governo não tem mais nada que se intrometer, e é entregar o teatro com o povo, com os atores e os famosos autores de revistas às pernadas (...) do **preto no branco!** O Mais é **malhar a ferro frio**, não se obtendo coisa alguma. (*A propósito*)

Cabe, ainda, ressaltar que, como informa Fávero (2005:327),

o cronista (e, portanto a crônica), está inserido num momento histórico, imprimindo em seu texto marcas de seu tempo, de sua sociedade, revelando sua ótica de ver e sentir o mundo; e ele historia não só o momento como a própria língua, instrumento do qual se vale.

Isso, de certa forma, explica o fato de que estudar as crônicas e os temas barretianos significa estudar também a norma lingüística que se consolidava nas primeiras décadas do século XX, ou, ainda nas palavras da referida lingüista (*ibidem*):

(...) proceder à análise da crônica [barretiana] é, antes de tudo, fazer uma reflexão, de um lado sobre a materialidade da língua, que apresenta regularidades passíveis de serem analisadas e, de outro, sobre a utilização dessa mesma língua pelo homem e pela sociedade. Ou seja, a observação de uma dada regularidade lingüística revela a maneira pela qual o sujeito, inserido numa sociedade, interpreta e expressa aquele momento histórico.

4.2.1 – A crônica de Lima Barreto

Apesar de este ser o gênero literário menos estudado da obra barretiana, como afirma Cury (1981), sua análise é indispensável, pois foi o que mais funcionou como instrumento direto do posicionamento explícito do autor ante a realidade. Essa explicitude deve-se principalmente a dois motivos: o gênero não sofria imposições de editores, como os livros; e atingia mais diretamente a camada popular cuja visão e defesa Lima Barreto procurou assumir.

A respeito das crônicas barretianas, Lins (1976:12) afirma que nelas emerge a “concepção da língua que, sem renegar a tradição, é aberta à enérgica contribuição popular, em harmonia com o interesse que demonstra pela gente obscura”. O crítico continua dizendo que “esses artigos e crônicas, alguns violentos, outros cheios de delicadeza e quase todos repassados de humor (...), formam decerto um arquivo de grande interesse documental e literário.” (Lins, 1976:31).

Já Resende (1993) observa que nas crônicas de Lima Barreto estão presentes o confronto entre o velho e o novo, a busca pela reprodução do específico de cada linguagem, bem como a recusa da linguagem ornamental no jornalismo e na literatura. Portanto, afirma-se que Lima Barreto fez da crônica um espaço de emissão da palavra do autor, como se o escritor se instalasse ao lado do cidadão comum, no bonde, nos cafés, nas

esquinas e, após uma troca de idéias, tornasse pública essa opinião que seria partilhada com o leitor.

Suas crônicas, normalmente, originam-se de fatos já noticiados pela imprensa. A partir deles, o literato critica a vida pública, a ética dos governantes, o comportamento popular, a educação pública, buscando a cumplicidade do público-leitor. Crítico, sua preocupação não se restringe simplesmente em informar, mas em criar e desenvolver no leitor algumas necessidades.

Para isso, escreve crônicas críticas, construídas com elementos ficcionais e recursos narrativos com diálogos dramáticos. Por outro lado, isso é quebrado pela ironia e por uma linguagem não ornamental, mais próxima à linguagem do leitor não necessariamente culto. Tudo em busca de maior cumplicidade e em defesa de um uso lingüístico que represente o real cidadão brasileiro, pois, como mostra Resende (1993:116),

numa cidade (país) onde a letra, a linguagem, funcionava (funciona ainda) como alavanca social, condição de respeitabilidade pública e de incorporação ao poder, a linguagem do intelectual precisa se fazer específica. Do ponto de vista da observação lingüística, é curioso observarmos como, neste momento de construção da modernidade, se evidenciam duas possibilidades de utilização da língua: uma de aparato – a dos doutores, a ser usada publicamente, e outra popular e cotidiana. Daí a importância da opção por uma dicção próxima do modelo popular dos folhetins nos contos e romances de Lima Barreto, dicção que se acentua nas crônicas, buscando aproximar-se dos leitores.

Assim, Lima Barreto utiliza a crônica para continuar sua militância, uma vez que, para ele:

Literatura não era apenas expressão, mas sobretudo comunicação, e comunicação militante (...) em que o autor engaja, tão ostensivamente quanto possível, com suas palavras e o que elas transportam, a mover, demover, comover, remover e promover. A escrita é para ele, antes de tudo, um instrumento. (...) o encargo que ela assume não é o de renovar a língua e sim o de retemperá-la. (Lins, 1976:81)

Esse “retemperar” parece ser definido como o emprego de uma linguagem que seria compreendida pela parte da população brasileira que, naquele momento, não conseguia enxergar sua identidade, sua cidadania.

É justamente a questão da cidadania que podemos observar invariavelmente contemplada nas crônicas barretianas. Nelas, critica o uso e abuso de poder pelos dirigentes, os processos de exclusão e a violência a que a população está submetida. Assim, como escritor e intelectual, procura resgatar a identidade de uma cidadania em processo de dilaceração, constatando que as questões cultural e lingüística são primordiais na construção da identidade.

Como pretende falar em nome de uma população que se encontra marginalizada, que não tem cidadania nem direito à voz, é comum que suas crônicas retratem o subúrbio e os suburbanos, com seus hábitos e costumes. Devido a isso, como informa Cury (1981), o literato recebeu a alcunha de “escritor dos subúrbios”.

Por outro lado, podemos considerar também que não são os suburbanos que preocupam Lima Barreto, mas o centro do Rio de Janeiro, onde surgem as modas, levantam-se as reputações e se faz política, pois ali se decidem os destinos da população carioca/brasileira e a norma lingüística considerada de prestígio realmente se consagra. A esse respeito, Resende (1993) afirma que é também o centro que a população suburbana almeja e, em torno dele, que grande parte dos pobres se aglomera:

Esse é o espaço verdadeiramente desorganizado e considerado pelos poderosos como ameaçador, até porque mais próximo do espaço da elite. O subúrbio é o espaço da desatenção (...), é a outra cidade onde devem ser mantidos os que incomodam a cidade letrada. (Resende, 1993:103)

Para concretizar sua crítica aos modelos excludentes da época e chamar a atenção dos excluídos, Lima Barreto discorre sobre temas variados, como se observa a seguir.

4.3. – OS TEMAS NA CRÔNICA BARRETIANA¹⁷

Lima Barreto deixou escapar em sua obra um pouco da realidade existente durante a República Velha, uma vez que registrou acontecimentos dos mais simples aos mais complexos, posicionando-se sobre eles tanto na imprensa, como nos textos ficcionais. Para esse registro, assumiu, por vezes, o próprio nome, outras utilizou-se de um pseudônimo: L.B., J. Caminha, Lucas Berredo, João Crispim, Puck, Flick, J. Jamegão, Jonathan.

Apesar de utilizar as notícias do jornal e os fatos ocorridos na vida carioca e brasileira para criar suas crônicas, alguns temas são-lhe mais recorrentes, pois manifestam sua crítica em relação à realidade vivida. Entre eles, pode-se citar a língua, as modificações no espaço urbano, a extremada importância do título de doutor, a qualidade e o papel da educação pública, o preconceito racial, a papel da mulher.

Na visão de Freire (2005:115),

ao se considerar os temas e preocupações voltados para o Brasil, presentes na obra do escritor, percebe-se a atualidade de suas idéias. A maior parte dos problemas apontados continua atualíssima, basta citar a situação da mulher e a discriminação racial. Para não dizer, ainda, o imperialismo econômico e a prepotência norte-americana.

A seguir, elegemos alguns temas abordados pelo literato. Esclarecemos que a escolha teve como critério a seleção daqueles que, mais diretamente, se relacionassem com a questão lingüística.

4.3.1 – O que dizer sobre a língua?

¹⁷ As crônicas analisadas neste capítulo constam em: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel. *Lima Barreto. Toda crônica*. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

De acordo com Serpa (2000), a respeito da língua portuguesa como representação de uma nação, desde o século XIX, alguns intelectuais brasileiros sentiam-se responsáveis pela tarefa de criação da nação e, para tanto, envolviam-se em discussões em torno da constituição da nacionalidade. Nesse sentido, a escrita literária assumia uma dimensão importantíssima no estabelecimento da diferença, da busca da originalidade e do desejo de autonomia que se contrapunha aos interesses da mãe-pátria.

Essa mesma escrita que pretendia dar uma feição de nação ao Brasil era fonte de marginalização entre os brasileiros, pois, monopólio de poucos, serviu para legitimar poderes, conferir primazias ou privilégios, definir posses, projetar sonhos, desclassificar saberes e formas de expressão, legitimar e divulgar a interdição.

Deve-se a isso, a constante crítica de Lima Barreto a Coelho Neto, pois a maneira como usava a língua na expressão literária afastava o povo, que não a entendia. Portanto, na visão barretiana, Coelho Neto legitimava a interdição, o silenciamento das camadas mais pobres da população. Sobre isso, o literato comenta em *Histrião ou literato?*, crônica publicada na *Revista Contemporânea* em 15/02/1918:

O Senhor Coelho Neto quer fazer constar ao público brasileiro que literatura é escrever bonito, fazer brindes de sobremesa, para satisfação dos ricos.

Ele não quer que o público brasileiro veja no movimento literário uma atividade tão forte que possa exigir o desprendimento total da pessoa humana que a ele se dedique. (...)

A missão da literatura é fazer comunicar umas almas com as outras, é dar-lhes um mais perfeito entendimento entre elas, pe liga-las mais fortemente, reforçando desse modo a solidariedade humana, tornando os homens mais capazes para conquistar o planeta e se entenderem melhor, no único intuito de sua felicidade.

Na crônica *Em literatura e política*, publicada em *A Lanterna* de 18/01/1918, além do modelo de língua literária imposto por Coelho Neto, Lima Barreto critica a Academia Brasileira de Letras, pois não demonstra preocupação com nem aproximação da modalidade falada pelo povo:

(...) em um século deste, o senhor Coelho Neto ficou sendo unicamente um plástico, um contemplativo (...) Se ele estivesse ao par dos males do seu tempo, com o talento que tem, e o prestígio do seu nome, poderia ter apresentado muita medida útil e original. O deputado ficou sendo o romancista que se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem, mas que não fez do seu instrumento artístico um veículo de difusão das grandes idéias do tempo, em quem não repercutiram as ânsias de infinita justiça dos seus dias.

Segundo Resende (2004:2),

se o coelhonetismo é alvo principal de suas críticas ao pensamento e à escrita conservadores, muitos outros, mandarins e acadêmicos, a quem acusa de praticar uma literatura ‘puramente contemplativa, estilizante’, sem cogitações outras que não as da arte poética, consagrada no círculo dos grandes burgueses embotados pelo dinheiro, não serão poupados.

Por outro lado, a língua tornava-se também objeto de luta e do poder da nação brasileira quando os intelectuais se debruçavam na busca de brasileirismos, propondo reformas gramaticais e ortográficas, e, com isso, legitimando a distinção social pela língua falada e pela língua escrita. Existia no Brasil um desejo de marcar sua diferença não só pela literatura mas também pela língua.

Em *Método Confuso*, crônica publicada na *Careta*, em 08/10/1921, Lima Barreto critica não a língua que diferencia o brasileiro do português ou de outros povos, mas aquela que marca a distinção entre as classes sociais:

A seriação natural dos pensamentos, a lucidez e a clareza não são os limites para que tendem as obras e os escritos dos nossos homens. Se começam lúcidos e claros, acabam confusos e obscuros. Há muitos exemplos práticos e teóricos. Nos seus primeiros trabalhos, entendia o Senhor Araripe Junior; mas, depois, com a idade e o renome, ele se fez obscuro, confuso e ganhou fama de profundo, de transcendente, porque ninguém o decifrava (...)

O método confuso, porém, tem outras manifestações entre nós. Às vezes, ele se reveste de intuítos deliberadamente destinados a estontear os parvos. É então usado pelos prefeitos, políticos e criminosos sagazes; mas, seja intencionalmente, seja inconscientemente, um tal método é muito generalizado no nosso país. Uma das aplicações mais conhecidas, é a do estilo clássico das nossas celebridades médicas e de seus admiradores.

É confuso por “dous carrinhos: a) porque emprega vocábulos, modismos, construções, idiotismos, etc., dos séculos diferentes dos quais nem todos são considerados clássicos; b) porque, com tais arcaísmos de léxico e de sintaxe, o leitor comum não o entende. Entretanto, é considerado uma maravilha, embora a palavra, escrita ou falada, tenha por destino comunicar o pensamento.

Em relação à linguagem popular, essa também sofria com o preconceito, pois, como mostra Serpa (*op.cit*) dizia-se que a língua com que se escreviam os monumentos artísticos da nação, com a qual se fixavam as ações e os feitos dos homens de ciência e de guerra e a história do país deveria ser estudada nos clássicos, pois essa representava um depuramento da língua popular, um esforço artístico realizado pelos escritores sem a direta intervenção do povo.

Em *Um debate acadêmico*, publicada na *Careta*, em 25/10/1919, pode-se observar a crítica a essa elitização da língua. Nela o literato fala das preocupações dos acadêmicos em justificar toda e qualquer criação que surgisse pela boca do povo.

No cenotáfio acadêmico se haviam reunido vários conspícuos imortais, para tratar do termo – “manicofa” – usado pelo baixo povo do país.

O estudo tinha sido dividido, de acordo com a pergunta do acadêmico Kalendal Patagão, em duas partes:

- a) a origem do vocábulo;
- b) a sua significação;
- c) autores de valor que o tivessem empregado.

A primeira parte do estudo já tinha sido iniciada, mas as opiniões divergiam.

O acadêmico Frânio Julius (descendente de Júlio César) era de opinião que “manicofa” vinha do idioma inca. Ele não sabia nada de inca, como, talvez, ninguém; mas, com auxílio da medicina legal, afirmava peremptoriamente que a palavra se originava do idioma falado pelos antigos habitantes do Peru.

Como todo sentimento preconceituoso não é unânime, havia intelectuais, como Lima Barreto, que acreditavam e defendiam que a linguagem literária não deveria se distanciar dos falares do povo, uma vez que, nas palavras de Serpa (2000: 21), “numa língua, o que fala, e que não cessa de falar num murmúrio que não se entende, mas donde lhe vem, no entanto, todo o fulgor, é o povo”. Portanto, era necessário ver a língua como código fundamental de expressão dessa população, pois isso contribuiria para a constituição da nação e a conseqüente afirmação da identidade nacional.

Em *Um domingo de discursos*, publicada no *A.B.C.*, de 15/11/1919, o escritor suburbano critica o fato de proliferarem os discursos de sobremesa, os quais faziam muito sucesso. Ao falar sobre isso, critica, mais uma vez, a fraseologia de Coelho Neto, muito preocupado com enfeites, com o estilo e não com a comunicabilidade:

[o discurso de sobremesa] Era de um caráter familiar, mas por isso mesmo degenerou em torneio de retórica, a que não devia faltar o rei dos retóricos – o Senhor Coelho Neto. Atualmente, não lhe escapa ensejo que ele não deite o verbo. Não tinha nada com a festa, mas (...) perorou em antíteses, apostos, vocativos e outras ferramentas da velha poética.

Na crônica *Exemplo a imitar*, publicada na revista *Careta* em 09/10/1915, observa-se que ele ironiza a resolução dos conselhos municipais de São Paulo e Belo Horizonte, em relação à obrigatoriedade de que as placas e tabuletas fossem escritas na língua vernácula¹⁸:

Os nossos jornais, os daqui, pedem que, à vista de semelhante exemplo, o nosso conselho faça o mesmo e vá até ao ponto de exigir que tais emblemas mereçam multas e outras punições. Não há dúvida que a medida merece louvores, mas a nossa língua é tão indisciplinada, que não sei bem como os agentes e guardas fiscais se vão haver para executar a postura.

Nessa mesma crônica, o literato externaliza sua opinião em relação aos gramáticos, os quais são, comumente, alvos de sua crítica, pois configuram exemplo concreto da valorização de uma língua que não representa o Brasil.

Outra cousa: um ferrador põe na placa o seguinte letreiro: ‘Ferra-se burros’. Está certo? Está errado? Para uns está, para outros não. Como se há de resolver a multa? O projeto chama uma comissão de gramáticos e esta é uma espécie de gente que não se entende.

A crítica ao modelo de língua lusitanizante pode ser observada na crônica *Duas Relíquias*, publicada no *A.B.C.*, em 28/02/1920. Lima Barreto relata que pretende doar 2 de seus livros; são dois tratados de ortografia. Oferecendo-os, escreve a Brito Galvão, seu amigo. Nessa carta (que se torna crônica), explicita sua opinião a respeito dos professores

¹⁸ Língua Vernácula, no dizer de Silvio Elia, corresponde à “língua materna de uma comunidade, mantida longe do contato com qualquer outra língua estrangeira. Na sua forma substantivada do gênero masculino, *vernáculo*, significa a feição ‘pura’ do falar materno”. (ELIA, Silvio. 2000:91)

conservadores, que teimam em exigir o uso lusitano do português, modalidade socialmente vista como de prestígio. O literato aproveita ainda para juntar a tais professores os acadêmicos que, para ele, de maneira equivocada defendem uma língua diferente daquela que realmente representa o Brasil:

(...) A outra é de um senhor José Feliciano de Castilho Barreto de Noronha. Creio que este senhor é o irmão do famoso autor português, Visconde de Castilho, e andou por aqui há anos, armado de palmatória a corrigir nos nossos autores o que lhe parecia erro de português, segundo o seu português enviesado, assim feito pelo seu orgulho de ter nascido no reino, não admitindo nenhuma modificação na linguagem lusa transplantada para aqui e modificada pelo tempo e outras fatores, embora de onde em onde, os seus próprios patrícios deixem de lado os clássicos e pseudoclássicos e escrevem com toda a liberdade, sem semelhantes cadernos de escrita de mestres-escola da roça. (...) Na Academia, há muita gente que tem também essa ingênua crença.

Ao abordar a questão da língua, os problemas da identidade brasileira também são discutidos em Lima Barreto. Por exemplo, ao escrever sobre problemas políticos que ocorriam na Bahia:

Não é preciso que se tenha o patriotismo desse nacionalismo de palavreado a presidentes; não é preciso um patriotismo agressivo e exclusivista; basta o suave e estético (...) Nenhuma terra brasileira, como a Bahia, fala tão fundo à nossa alma, até o ponto dos próprios sertanejos, esquecidos e ignorantes da vasta geografia nacional, só a conhecerem como a maior cidade de sua língua. O resto é Oropa – Bahia e Oropa. Como é que chegou a tal desordem essa Meca nacional, cujo prestígio não vem da riqueza, nem do luxo, mas da poesia e do sonho da alma nacional?" (*O negócio da Bahia*)

E ainda estabelece uma relação direta entre identidade e língua nacional:

Não se pode, creio eu, dizer que uma cidade não é brasileira quando mais de dois terços de sua população o são. Convém ainda reparar que (...), os lusitanos muito pouco influem para a modificação dos costumes e da língua. (*O que é, então?*)

Em tudo isso pensava Lima Barreto e, portanto, manifestou-se sobre a supervalorização da língua da elite e a desvalorização da forma como o povo falava. A norma lingüística por ele empregada, aliada aos temas abordados, fez com que fosse,

muitas vezes, rejeitado pelos críticos que lhe atribuíam a pecha de não saber escrever, de não dominar gramaticalmente a língua. Segundo Freire (2005:106),

no geral, constata-se que a maioria da crítica apresenta um ponto em comum na avaliação da obra de Lima Barreto: “imperfeições de linguagem”, “desleixo gramatical”, falta de “escrupulosa correção”. (...) os críticos da época, acostumados e moldados pelo esmero da forma e da perfeição gramatical, não tiveram o discernimento necessário para antever – naquele modelo atípico de tratamento lingüístico – os rumores de um processo de ruptura com os modelos tradicionais. (...) muito mais do que erro ou falha ou mesmo deficiência vocabular, o que se apresentava era a inovação, a ruptura e o futuro.

De acordo com o pensamento de Freire (2005), entretanto, pode-se afirmar que na obra barretiana o que ocorre é a manifestação do plano do conteúdo no plano da expressão, ou seja, é a crítica ao tratamento marginalizador dado à linguagem que se manifesta na linguagem por ele empregada.¹⁹ Isso pode ser observado na crônica *Quase doutor*, na qual uma modalidade lingüística bastante diversa da culta e de prestígio toma corpo:

-Caxero traz aí qualquer cosa de bebê e come. (...)
 - Não sabe canungunde: o veio ta i. (...)
 - Quá ele ta i nós não arranja nada. Quando escrevo é aquela certeza. De boca, não se cava... O veio óia, óia e dá o fora.

O exemplo não demonstra uma crítica clara do literato ao modelo de língua que deveria ser empregado, mas a manifesta discursivamente no plano da expressão, já que, no dizer de Fávero e Molina (2006:88), “a sociedade exigia que os homens cultos falassem e escrevessem rigorosamente de acordo com a norma, sob o risco de serem ferozmente atacados”. Não é o que se observa no exemplo dado.

¹⁹ Como se observou no trecho do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, destacado na página 64 deste trabalho, no qual são apontadas algumas impropriedades gramaticais. Queremos, dessa forma, dizer que quando não critica a exigência de extrema correção gramatical diretamente, Lima Barreto o faz burlando as regras nos seus escritos.

4.3.2 – A superstição do doutor

Outro tema bastante recorrente nas crônicas limanas é aquele referente ao bacharelismo. O literato dizia que o doutor não era considerado um cidadão qualquer, por isso via no título um instrumento de poder. Em *Vida Urbana*, diz:

o doutor para a nossa gente não é um profissional desta ou daquela especialidade. É um ser superior, semidivino de construtura fora do comum, cujo saber não se limita a este ou àquele campo das agitações intelectuais da humanidade (...). É onisciente, senão infalível (...) é doutor e basta.

Ainda sobre isso, ele publica em *A Folha* de 14/02/1920, *O caso da A Folha*, na qual diz:

então só os doutores ou quase doutores, ou naturalizados doutores, têm pensamento e podem exprimi-lo nos jornais?

Protesta também em *O pai da idéia*, publicada no *Careta* em 14/02/1920, onde ressalta que a língua elitizante do doutor era a modalidade que vinha merecendo o apreço da sociedade apenas pelo fato de representar a elite:

Tendo irrompido na capital de certo país uma epidemia de moléstia terrível que matava milhares de pessoas por dia, a junta do governo se viu obrigada a fazer o serviço compulsório de coveiros e requisitar palácios para hospitais. Um médico modesto, mas sábio, passado o flagelo, saiu de sua modéstia e escreveu num jornal ou numa revista de pouca importância um artigo simples, claro, sem arrebiques de péssima literatura pernóstica, sem fumaças de ciência e de clínica, lembrando a conveniência de se criarem mais hospitais públicos e situa-los em diversas zonas da cidade (...)

Pouca gente leu o artigo do honesto facultativo, mas todos os seus colegas o fizeram, sem que, entretanto, dissessem logo.

Passa-se um mês, quando já todos estavam esquecidos das palavras do bom esculápio sem trombetas (...) quando apareceu no principal jornal da cidade um artigo desmedido, escrito com o bolor de vocábulos antigos, recheado de citações e exemplos de outras terras e termos híbridos do grego e do hebraico, repetindo as sugestões do velho prático que lembrara a criação de hospitais semeados pela capital do país. (...)

Os jornais, pelos seus cronistas, gabaram muito o projeto e, nas suas crônicas e tópicos, não se amedrontaram em repetir os nomes do doutor Cavalcante e do deputado doutor Azevedo. [supostos criadores da idéia].

Sua crítica à “doutomania” também se justifica no fato desse título (de doutor) servir para discriminar negros e pobres, ou seja, servia como forma de não deixar que as pessoas rompessem com a hierarquia dos lugares previamente marcados na sociedade, como se observa em *A Instrução Pública*, publicada no *Correio da Noite* em 11/03/1915:

No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor) é um flagelo, porque se transformou em nobreza (...) O doutor se é ignorante, o é, mas sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco.

Em *Sabedoria Esverdinhada*, publicada na *Careta*, em 11/12/1920, Lima Barreto relata uma discussão entre dois cidadãos no escritório da revista *A Noite*. Um deles, literato e o outro bacharel em ciências físicas e matemáticas e engenheiro – doutor. Primeiramente o contendor é assim descrito:

Parecia não só que ele sabia tudo o que é sabedoria deste mundo e dos outros, como não tinha deixado um bocadinho dele para os outros saberem alguma coisa. Era um desses falsos sábios (...), insolentes e agressivos, cuja sabedoria máxima consiste em descompor e repetir uns chavões comtistas, cobrindo de um calculado desdém o adversário.

Ao narrar a discussão propriamente dita, o cronista destaca, no diálogo, que o “doutor” pretendia vencer pela posse dos títulos e não pelo conhecimento a respeito da questão abordada:

Sou bacharel em ciências físicas e matemáticas, engenheiro militar, civil, de minas, industrial, agrônomo, etc. pela Escola Militar do Brasil, o primeiro estabelecimento científico do mundo.

Na crônica *Uma opinião de peso*, publicada também na *Careta*, em 22/11/1921, Lima Barreto narra a conversa de um senador com um jovem que, devido ao título de doutor, acaba casado com a filha do primeiro. Vemos, então, que o título servia para a obtenção de cargos públicos e políticos, mas também para um casamento, pois toda moça queria se casar com um doutor:

Na sala familiar de sua vasta casa, (...) o venerável estadista, Senador Faltando da Consideração conversava com o seu amigo e discípulo,

Arantes Borromeu, sobre graves problemas políticos, econômicos e sociais da terra.

Sua filha Bruneilda, sentada a uma cadeira de balanço, ouvia a conversa ou melhor contemplava o bacharel Borromeu(...)

A seguir vemos a confirmação de que ser doutor valia por qualquer outra inteligência que se poderia ter. Na crônica *O poderoso doutor Matamorros*, publicada na *Careta* em 05/02/1921, Encerrabodes é um completo ignorante, mas doutor. Por isso conseguiu um bom casamento e um bom emprego político:

Apesar de engenheiro, eu não tinha atividade ou especialidade técnica ou profissional qualquer; era “doutor”. Porém, como me havia casado bem e os meus parentes fossem influentes na política, eu pleiteara e arranjava ser diretor geral das Águas Medicinais do Brasil, de que nada entendia.

Em *A prenda*, publicada também na *Careta* em 30/04/1921, vemos que o título de doutor não é muito difícil de ser alcançado, uma vez que o ensino superior não exigia muito de seus estudantes. Vemos reforçada também a superstição das moças desejarem um casamento com um doutor. Além disso, Lima Barreto mostra-nos que a importância do título é tal, que já há estudos que comprovam sua familiaridade com o título nobiliárquico espanhol “*don*”.

O nosso ensino superior que, em essência ou intenção, é um ensino técnico, tem no conceito do povo a propriedade de deitar na rua sábios e inteligências.

Um doutor, para a nossa gente de poucas letras, deve saber tudo, ser muito inteligente, etc., etc.: é até admitido que um amanuense doutor não pode deixar de ser mais hábil que um amanuense não-doutor.

Esse lado de respeitabilidade de saber e talento que circunda o canudo, o anel e portador destes, não tardou em reagir no coração das mocinhas casadoiras. Quase todas elas querem casar com um “doutor”; e, se não o fazem, ficam com uma espinha atravessada na garganta, embora se resignem mais tarde. (...)

O tratamento de “doutor” tem assim o prestígio espanhol; e já houve quem, com auxílio de uma etimologia de excelente quilate, provasse que o “doutor” se origina daquele nobiliárquico, usado nas terras do Cid.

Algumas vezes, a crítica à doutoromania junta-se à crítica da qualidade do ensino no Brasil. Isso pode ser observado em *Os exames*, publicada no *Correio da Noite* em

10/03/1915. Só o fato de relacionar exames a títulos denuncia a fragilidade das avaliações e a corrupção que neles se configura (nos exames e na posse dos títulos).

Os exames, os doutores, bacharéis, os médicos, toda essa nobreza doutoral que nos domina e apóia os negociastas, é o maior flagelo desta terra que os utopistas querem seja o paraíso terrestre.

Em *Como budistas*, publicada no *A.B.C.*, em 1/08/1918, Lima Barreto atribui a culpa do prestígio dos doutores ao povo brasileiro:

O que há nisto tudo é a combinação do nosso espírito muito brasileiro de acreditar que o “doutor” é tudo e a crença universal do dinheiro.

E, finalmente, em *A Superstição do doutor*, publicada na *Gazeta de Notícias* em 05/1918, revela abertamente sua ira contra o doutor e contra a Academia Brasileira de Letras que, ao invés de ser imparcial, coaduna com tal superstição, elegendo como imortais pessoas que não escrevem nada, mas são doutores famosos, por isso têm o direito de ali estar.

Para a massa total dos brasileiros, o doutor é mais inteligente do que outro qualquer, e só ele é inteligente; é mais sábio, embora esteja disposto a reconhecer que ele é, às vezes, analfabeto; é mais honesto, apesar de tudo; é mais bonito, conquanto seja um Quasímodo; é branco, sendo mesmo da cor da noite; e muito honesto, mesmo que conheçam muitas velhacadas dele; é mais digno, é mais leal e está, de algum modo, em comunicação com a divindade. (...)

A Academia de Letras, onde era de esperar houvesse mais independência espiritual, só elegeu o Senhor Miguel Couto, e o Senhor Aluísio de Castro, todos muito estreitamente médicos, ou cousa aparentada com a medicina, entre outros motivos, e que nada tinham com as letras, porque eram doutores. (...)

O que o governo e os costumes do Brasil estão fazendo, com essa superstição do doutor, é cercear iniciativas, é condenar inteligências inovadoras, senão à obscuridade completa, ao desânimo e ao relaxamento. (...)

É contra tais disparates que me insurjo e procuro, por todos os meios, mostrar a imbecilidade desse respeito cabalístico, esotérico pelo “doutor”, respeito e veneração que estão criando entre nós uma nobreza das mais atrozes que se pode imaginar.

Como se observa, a crítica ao “doutor” é realmente um destaque. Lima Barreto discordava do fato de que os supostos bacharéis obtinham seus diplomas apenas para terem mais poder na sociedade preconceituosa, que valorizava os diplomados. Uma vez doutores,

não se preocupavam em lutar pelos menos favorecidos e discriminados. Além disso, empregavam uma língua elitizante, muitas vezes lusitanizante, em desacordo com a maneira como o povo se significava. Afirmava, então, que os “doutores” reforçavam a discriminação que era também lingüística.

4.3.3 – A Educação Pública

Faz parte também das críticas barretianas a situação da escola pública que, como ressalta o literato, não estava preocupada em atender aos pobres e não oferecia a qualidade necessária ao ensino. Em outras palavras, Lima Barreto apresenta uma crítica clara à inadequação do ensino à realidade brasileira, pela falta de um programa que propiciasse uma efetiva formação técnica, ou pela importação de modelos que não correspondiam às necessidades nacionais. De qualquer forma, aparece, em toda sua produção, cronística ou ficcional, a idéia de desvinculação entre conteúdo escolar e realidade.

De acordo com Boto (1999), a preocupação com a instrução popular como meio de habilitação dos homens para a função de cidadania remonta, no Brasil, pelo menos às discussões da Constituinte de 1823. A abertura de oportunidade de acesso à educação – ou, em outras palavras, a igualdade de possibilidades de plena realização das diferenças individuais de aptidões, interesses e personalidade, traria consigo padrões não econômicos de distribuição dos indivíduos pelas ocupações e posições sociais.

O povo deveria ser sutilmente educado para a vida democrática; na escola eram depositadas as esperanças de preparar essa sociedade para o tempo, no qual haveria efetiva demanda do exercício dos direitos políticos. No entanto, como comenta Lopes (2002: 97):

A República Velha foi um período marcado por uma legislação educacional que não resultou, na prática, em uma democratização do ensino. Essas inúmeras reformas legislaram sobre o ensino superior em todo o país e regulamentaram o ensino primário e secundário no Distrito Federal, então Rio de Janeiro.

Além de não democratizar o ensino, a primeira Constituição da República, de 1891, evidenciava o descaso para com a educação primária, mantendo a descentralização desse grau de ensino, estabelecida desde 1834. Com isso, conservava-se a precariedade do ensino primário nas diversas regiões do país, uma vez que a maioria delas era incapaz de arcar com essas despesas.

Num país agroexportador, como o Brasil da época, não havia a necessidade concreta de universalizar a alfabetização e tampouco de incrementar um desenvolvimento técnico e científico, mas havia a necessidade de formação dos quadros burocráticos, ampliados e diversificados, tanto no setor público quanto no privado. Essa situação colaborou para o aumento da demanda pela educação secundária e superior. A escola primária, no entanto, manteve-se, durante as primeiras décadas da República, nos mesmos moldes da velha “escola de primeiras letras”.

No ensino secundário, a União tinha a responsabilidade de manter o Colégio Pedro II, e os Estados, apenas um ginásio-modelo nas suas capitais. Boa parte das escolas eram mantidas pela iniciativa privada e se proliferaram rapidamente durante o período. Lima Barreto comenta isso na crônica *Continuo*, publicada no *Correio da Noite*, em 13/03/1915, na qual critica tanto o ensino primário quanto o secundário:

Disse anteontem alguma coisa sobre a instrução e não me julgo satisfeito. O governo do Brasil, tanto imperial como republicano, tem sido madrasta a esse respeito. No que toca a instrução primária generalizada, coisa em que não tenho fê alguma, toda a gente sabe o que tem sido. No tocante à instrução secundária, limitaram-se, os governos, a criar liceus nas capitais e aqui, no Rio, o Colégio Pedro II e o Militar. Todos eles são instituições fechadas, requisitando para a matrícula de alunos nos mesmos, exigências tais, que, se fosse no tempo de Luís XV, Napoleão não se teria feito na escola Real de *Brienne*. Ambos, e, sobretudo, o Colégio Militar, custam os olhos da cara e o dinheiro gasto com eles dava para mais três ou quatro colégios de instrução secundária neste distrito.

No trecho em destaque, pode-se observar também uma crítica aos gastos exigidos para que as pessoas pudessem freqüentar a escola, “custam os olhos da cara”. Portanto,

logicamente, afastava-se o povo da escola e, mais uma vez, colaborava-se para marginalizá-lo, pois sem estudo, não se teria cidadania.

Em função dos problemas que identifica na organização do ensino primário e secundário, Lima Barreto sugere a extinção do Colégio Pedro II e dos colégios militares com alternativa para a democratização do ensino.

Se há alguma coisa a fazer em instrução que não seja a de fabricar doutores, é extinguir todos os colégios militares e o Pedro II, criando por todo o Rio de Janeiro liceus, ao jeito dos franceses, para moças e rapazes, de forma que os favores do Estado alcancem todos. Os colégios militares são sobremodo um atentado ao nosso régimen democrático; é preciso extingui-lo e aproveitar os respectivos professores e material, na instrução da maioria. Pelo menos, a República devia fazer isso.

Apesar de ser tachado de anti-feminista, na mesma crônica, Lima Barreto critica a falta de escolas para as mulheres, que ainda tinham poucas chances de cursar a instrução secundária:

Acresce ainda que o governo sempre se esqueceu o dever de dar instrução secundária às moças. Toda a instrução secundária das moças está limitada à Escola Normal, também estabelecimento fechado em que se entra com as maiores dificuldades.

Do ponto de vista da organização do ensino, as medidas que determinavam a articulação entre o secundário e o superior eram decisivas na definição do caráter seletivo e preparatório do ensino secundário. Isso se traduzia tanto na reduzida quantidade de escolas, como também no valor das taxas, selos e contribuições exigidas para a freqüência dos alunos, que acabavam por fazer dos próprios estabelecimentos públicos instituições privadas, impedindo o acesso da maior parte da população.

Se o povo já não tinha direito à voz por ser pobre, como o teria se também não tivesse acesso à educação? A esse respeito, Lima Barreto diz em *A freqüência escolar*, crônica publicada no *Careta*, em 30/10/1920:

Tudo está caro. Botas, chitas, chapéus, tamancos custam os cabelos da cabeça. A municipalidade não dá mais livros, nem lápis, nem cadernos – não dá nada! Como é que os pobres pais pobres, ganhando o que mal dá

para comer e morar, poderão arcar com as pequenas despesas da manutenção de seus filhos e filhas no colégio primário? Não podem. A municipalidade não pode ir em auxílio dos pais nesse caso que é de benefício geral; mas pode votar verbas para bobagens de festas venezianas que não interessam senão a meia dúzia de cabotinos e a outros paspalhões

Além da precariedade do ensino estar diretamente ligada à falta de investimento do Estado, a própria questão da formação de professores, que poderia ser equacionada pelo secundário, não foi resolvida durante todo o período da Primeira República. A ampliação do ensino primário exigia, evidentemente, a formação de professores. A reforma de Benjamin Constant, de 1890, reforçava a exigência do diploma do Curso Normal para o magistério do ensino primário, mas até a década de 30 nada de concreto tinha sido realizado para a ampliação dos cursos de formação de professores primários. A esse respeito, Lima Barreto assim se pronunciou na crônica *Tenho Esperança que*, publicada no *A.B.C.*, em 1918:

... penso nas mil e tantas meninas que todos os anos acodem ao concurso de admissão à Escola Normal. Tudo têm os sábios da Prefeitura imaginado no intuito de dificultar a entrada. Creio mesmo que já se exigiu Geometria Analítica e Cálculo Diferencial, para crianças de doze a quinze anos; mas nenhum deles se lembrou da medida mais simples. Se as moças residentes no Município do Rio de Janeiro mostram de tal forma vontade de aprender, de completar o seu curso primário com um secundário e profissional, o governo só deve e tem a fazer uma coisa: aumentar o número das escolas de quantas houver necessidade. Dizem, porém, que a municipalidade não tem necessidade de tantas professoras, para admitir cerca de mil candidatas a tais cargos, despesa, etc. Não há razão para tal objeção, pois o dever de todo governo é facilitar a instrução dos seus súditos. Todas as mil que se candidatassem, o prefeito não ficava na obrigação de fazer-las professoras ou adjuntas. Educá-las-ia só e estabelecesse um processo de escolha para sua nomeação, depois que completassem o curso. As que não fossem escolhidas, poderiam procurar o professorado particular e, mesmo como mães, a sua instrução seria utilíssima. Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças.

Como se pode observar, nosso “escritor maldito” critica com contundência a situação do ensino primário e secundário de sua época. No entanto, apesar das mazelas que denuncia, na crônica *As reformas e os “doutores”*, publicada no *Gazeta de Notícias*, em 16/01/1921, não deixa de reconhecer alguma utilidade concreta nesses níveis de ensino:

Do ensino primário, nós podemos aquilatar o que ele vale com muita simplicidade e rapidez. É ver uma criança entrar para o “tico-tico” e, daí a uns três ou quatro anos, encontrá-la a ler o jornal e a fazer a conta de dividir. Tiramos logo a conclusão. O ensino secundário tem provas de que vale ainda alguma coisa, nas tramóias e falsificações, sabidas ou não, de que muitos candidatos a doutor lançam mão para obter-lhes os certificados indispensáveis.

Em contrapartida, em relação ao superior, que é o nível de ensino do qual mais se ocupou, faz um julgamento extremamente desfavorável, criticando, inclusive, a criação de universidades no Brasil. Para o escritor, seria mais importante a existência de ensinos técnicos de qualidade que melhor atendessem à população brasileira. Por isso, fala em *A Universidade*, publicada em 13/03/1920:

Recordação da Idade Média, a universidade só pode ser compreendida naquele tempo de reduzida atividade técnica e científica, a ponto de, nos cursos de suas vetustas instituições de ensino, entrar no estudo de música e creio mesmo a simples aritmética.

Não é possível, hoje, aqui no Brasil, (...) criar semelhante coisa que não obedece ao espírito do nosso tempo, que quer nas profissões técnicas cada vez mais especialização. De todos os graus de nosso ensino, o pior é o superior; e toda a reforma radical que se quisesse fazer nele, devia começar por suprimi-lo completamente. O ensino primário tem inúmeros defeitos, o secundário maiores, mas o superior, sendo o menos útil e o mais aparatoso, tem o defeito essencial de criar ignorantes com privilégios marcados em lei, o que não acontece com os dois outros.

De fato, segundo Lopes (2007), o incremento da burocracia estatal e privada e a diversificação da economia, gerada pelas iniciativas de industrialização e pela aceleração da urbanização, exigiam um certo número de pessoas habilitadas pelo ensino superior. Tanto as camadas médias como as altas, por motivos distintos, pressionavam a ampliação de vagas; a elite oligárquica, para se manter no poder, e as camadas médias para obter ascensão social.

Lima Barreto reconhecia essa expansão acelerada, mas outra questão chamava-lhe a atenção. Sua crítica volta-se, então, para a falta de especialização e para o desperdício de dinheiro no ensino superior, que tem, na idéia de universidade como um centro de difusão da cultura desinteressada, seu exemplo mais acabado. Seu principal argumento era o de

que propagaria a cultura universalista, erudita, verbalista e humanista, importando pouco o desenvolvimento científico e a difusão de técnicas que, segundo ele, seriam indispensáveis para a preparação de mão-de-obra especializada. Falando desses aspectos, Lima Barreto continua na crônica citada anteriormente dizendo:

O senhor Alfredo Pinto, que, além de cuidar de Justiça, trata de tapetes, demonstrou ao chefe do Estado, a necessidade de se criar nesta cidade uma universidade.

Que fez o presidente?

Catou aqui e ali algumas escolas e faculdades; esqueceu a do Senhor Afrânio; e – bumba – decretou a existência de uma universidade nesta muito leal e heróica cidade.

A nova universidade tem, entretanto, uma coisa original. As outras têm uma faculdade de direito; a nossa tem duas. Entretanto, não possui uma de teologia.

As duas faculdades de direito, tacitamente oficializadas, amanhã, com tal duplicata, vão causar atrapalhões ao congresso para aquinhoar os respectivos lentes com os direitos e vantagens dos verdadeiros oficiais.

Tal coisa é muito de lamentar, pois, ao que se diz a criação de tal universidade visa senão isso.

As universidades clássicas não ensinam cousas de engenharia. Têm, é verdade, uma faculdade de ciências físicas e matemáticas; mas no que se refere à engenharia propriamente, o ensino é feito fora delas. Na nossa, podemos aprender até montar campainhas elétricas. Nem as famosas dos Estados Unidos!

Essa universidade está parecendo com os prédios da avenida; é só fachada, e mais nada!

Lopes (2002) esclarece que durante a Primeira República, as escolas de ensino superior especializado compreendiam o técnico-profissional (agronomia, veterinária e comercial), o artístico-liberal (arte dramática, belas-artes e música), o eclesiástico, o militar e o de higiene pública. Havia ainda escolas de natureza estritamente profissional, como as de Direito, de Medicina e de Minas, a Escola Politécnica e a de Farmácia e Odontologia. Não existiam ainda escolas de caráter filosófico, científico ou literário.

Ligada à falta de especialização no ensino e à sua desarticulação com a realidade está a crítica à sua má qualidade. Não é só a ausência de uma organização de disciplinas que de fato preparassem para o exercício profissional e para o desenvolvimento científico que Lima Barreto discute; ele também enfatiza a superficialidade teórica e prática do conteúdo escolar.

A concepção de inadequação do ensino à realidade levava o autor a questionar o currículo e a seriação do curso superior, em defesa de uma escolha espontânea do estudante a partir das imposições das ocupações profissionais, como relata em *A instrução pública*, publicada no *Correio da Noite*, 11/03/1915.

A instrução pública não devia ter seriação alguma. O governo subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios, etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico. O estudante faria mesmo a escolha das matérias que precisasse, para exercer tal ou qual profissão. Hoje, as profissões liberais se entrelaçam de tal modo e se dividem de tal forma, que, prender uma cabeça em um curso, é obrigá-la a estudar o que não precisa estudar e não aprender o que precisa aprender. No mais, a mais livre concorrência.

O literato também atribui a má qualidade do conteúdo escolar a uma espécie de “estagnação intelectual” que seria, antes de mais nada, consequência da fragilidade dos conhecimentos veiculados pela escola. Por isso, diz em *A superstição do doutor*, publicada na *Gazeta de Notícias*, em 05/1918:

Essa abusão doutoral, além de impedir a inovação, pondo todas as inteligências num mesmo molde, instilando nelas preconceitos intelectuais obsoletos; além de tudo isso, com o nosso ensino superior feito em pontos manuscritos ou impressos, em cadernos e outros bagaços, muito espremidos, das disciplinas do curso, sem professores atentos ao progresso do saber professado por eles e, por eles encerrado no dia em que recebem o decreto de nomeação – causa toda a nossa estagnação intelectual, desalenta os mais animosos, não dá vontade às inteligências livres para o esforço mental e vamos assim ficando como os chineses, parados intelectualmente, mas sempre cheios de admiração pelos grotescos exames de cantão.

Em *A freqüência escolar* (já citada), Afonso Henriques justifica ainda mais sua contrariedade em relação à implementação da universidade. Para ele, a escola superior reforça a doutoromania e o mandarinato da elite, ou seja, trata-se de mais uma forma para a marginalização do povo:

... as escolas superiores ficam cheias de uma porção de rapazes (...) que não tendo nenhuma vocação para as profissões em que simulam estar, só têm em vista fazer exame, passar nos anos, obter diplomas, seja como for, a fim de conseguirem boas colocações no mandarinato nacional e ficarem cercados do ingênuo respeito com que o povo tolo cerca o doutor.

Quando o assunto é a profissionalização feminina, Lima Barreto faz sempre referência às Escolas Normais. Sua posição, no entanto, parece contraditória em relação ao que dizia sobre a ampliação de vagas nessas escolas, como já se observou anteriormente. Em *Duas Relíquias*, publicada no *A.B.C.* em 28/02/1920, assim se pronuncia sobre a Escola Normal, ao comentar o que faria com dois livros dos quais pretendia se desfazer:

Tenho uma vizinha que é moça da Escola Normal. Pensei comigo: essas coisas meticulosas, esses trabalhos chineses de gramática, etc., cabem às mulheres ou aos frades. São trabalhos de paciência e de memória que fazem dos imaginários e dos malucos torturados em achar a substância das cousas, a verdade da existência. Vou dar essas preciosidades àquela minha vizinha que sabe de cor os nomes dos presidentes da República, de 1889 para cá, seus feitos memoráveis e datas da coroação e sagração de cada um e da sua abdicação do poder nas mãos de seus herdeiros.

Seu comentário reafirma a idéia de que nos três primeiros decênios do regime republicano, a Escola Normal teve como principal característica ser uma instituição voltada para a formação geral, em detrimento da formação profissional. Por outro lado, seu currículo também não permitia que essa escola competisse com a secundária. Dessa maneira, acabou caracterizando-se como uma escola profissional de segunda categoria. Isso também se comprova na crônica *Método Confuso*, publicada na *Revista Careta*, em 08/10/1921:

Assim, porém, não procedeu o Senhor Mendes Fradique que acaba de publicar uma sutil e profunda – História do Brasil, pelo método confuso. Não sabemos quem seja; mas, suspeitamos que seja pseudônimo do Senhor Tomás Delfino, pois Sua Excelência quando político, apreciava muito esse método, e hoje é professor de história, na Escola Normal. Duas circunstâncias que perfeitamente se combinam para justificar a suspeita.

Além de atribuir a má qualidade do ensino ao currículo desvinculado da realidade brasileira, Lima Barreto também questiona o papel dos professores e, por vezes, do aluno. Nesse sentido, diz que o quadro de docentes era de qualidade inferior, o que justificaria a má qualidade do ensino. Dizia que os lentes eram acomodados, não se atualizavam e não

estavam preocupados com o ensino que professavam, mas com a própria ascensão social.

Para alcançar tal feito, participavam, inclusive, de fraudes nos exames escolares.

Em *A superstição do doutor* (já citada), demonstra essa suposta desonestidade de alguns professores e a fragilidade do ensino:

Os lentes das nossas escolas, com raras exceções, não se contentam com os seus vencimentos oficiais. Todos eles são mundanos, querem fazer parada de luxo, teatros, bailes, com as suas mulheres e filhas. A situação oficial que têm, dá-lhes prestígio, fazem-no boas “figuras de proa” e seus nomes são procurados para apadrinhar as companhias, as empresas, mais ou menos honestas, que os especuladores de todos os matizes e nacionalidade organizam por aí. Não é possível que um lente de química orgânica, por exemplo, que, devido às relações que tem com o capitalista Joab Manasses, foi feito, com grandes honorários, presidente da companhia de docas de um porto de Mar de Espanha, consiga do seu coração a violência de reprovar-lhe o filho. O Efraim, o filho de Joab Manasses, vai assim correndo os anos; e, se encontra um lente honesto, procura uma escola outra para fazer o exame que não lhe querem dar. O que se diz do filho de Joab. Pode-se dizer de milhares de outros em toda a espécie de faculdades.

Sobre a acomodação dos professores, demonstra em *A Biblioteca*, publicada no Correio da Noite, em 13/01/1915, que eles nem sempre tinham competência para o que lecionavam. Tanto que o professor de grego não lia a referida língua. Além disso, o cronista fala como a Biblioteca Nacional, suntuosa que era, segundo sua visão, não atraía as pessoas que não fossem da elite.

A estatística dos seus leitores é sempre provocadora de interrogações. Por exemplo, hoje, diz a notícia que treze pessoas consultaram obras de ocultismo. Quem são elas? Não acredito seja o Múcio.
(...)
quero crer que sejam tristes homens desempregados, que fossem procurar no invisível, sinais certos da sua felicidade ou infelicidade, para liquidar a sua dolorosa vida.
Em grego, as obras consultadas foram unicamente duas, tal e qual como no guarani; e, **certamente, esses dois leitores não foram os nossos professores de grego, porque, desde muito, eles não lêem grego.**

Em *A Universidade* (já citada), volta ao assunto da qualidade dos professores e critica os mestres da escola superior, que não se dedicam adequadamente à profissão:

Um moço que, aos trinta anos, se faz substituto de uma nossa faculdade ou escola superior, não quer ficar adstrito às funções de seu ensino. Pára no que aprendeu, não segue o desenvolvimento da matéria que professa.

Trata de arranjar outros empregos, quando fica nisso, ou, senão – o que é pior – mete-se no mundo estridente das especulações monetárias e industriais da finança internacional.

Ninguém quer ser professor como são os da Europa, de vida modesta, escarafunchando os seus estudos, seguindo o dos outros e com eles se comunicando ou discutindo. Não, o professor brasileiro quer ser homem de luxo e representação, para isso, isto é, para ter meios de custear isso, deixa às urtigas os seus estudos especiais e empresta o seu prestígio aos *brasseus d' affaires* bem ou mal intencionados.

Para que exemplificar? Tudo isso é muito sabido e basta que se fale em geral, para que a indicação de um mal geral não venha a aparecer despeito e ataque pessoal.

Apesar de todas as críticas que faz à educação escolar, Lima Barreto atém-se na questão da má qualidade, da fragilidade e da superficialidade encontradas na escola. Assim, como ocorreria posteriormente, mais do que um caráter elitista do sistema escolar brasileiro, incomoda ao literato a péssima qualidade dessa educação de elite.

No entanto, o cronista ainda demonstra alguma esperança na educação pública. Esperança de que ela, assim como o Poder Público, volte-se para as pessoas menos favorecidas, oferecendo educação para todos. Tanto isso é verdade que, na crônica *A Universidade* (já citada), na qual critica o ensino superior, o posicionamento dos professores e o mandarinato doutoral, ele acaba por dizer:

Não há dúvida alguma que o ensino público vai melhorar e aperfeiçoar-se de tal modo que é bem possível que, em breve, desapareça de todo o analfabetismo, cousa que, no dizer de muitos, é causa do nosso atraso.

4.4 – O LÉXICO NAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO

Como já se demonstrou, um texto literário não deve ter valor apenas de distração, uma vez que também se trata de um documento historiográfico que retrata comportamentos e valores de uma época. Na obra barretiana, por exemplo, encontram-se representações de acontecimentos inerentes às práticas sociais vividas pelo povo brasileiro registradas em língua nacional. A esse respeito, Corrêa (2006:78) afirma:

manifestam-se nos registros literários, sentidos que favorecem o conhecimento e o reconhecimento mais profundo da cultura do povo brasileiro, como uma comunidade que tem sua própria identidade, inscrita em um modelo de idiomaticidade do sistema lingüístico da língua portuguesa, apontando-se as marcas de brasilidade do novo homem de que se tem registro no discurso da História-Oficial. Nele se encontra um recurso de grande importância na comunicação humana é a seleção lexical que permite, a partir de dadas escolhas lexicais, representar algo.

Nesse sentido, as escolhas lexicais devem ser consideradas como fios tecedores de idéias que representam o mundo sob a forma de texto. De outra maneira, pode-se afirmar que a seleção lexical garante que o autor (ou o texto) estabeleça uma “interação contínua entre língua, cultura, ideologia e sociedade”(ibidem).

O estudo do léxico em Lima Barreto revela como o literato usava com liberdade os processos de formação de palavras, muitas vezes fugindo/contrariando o modelo culto imposto pela elite. A ocorrência desses “desacordos gramaticais” pode evidenciar mais uma forma de crítica, ou seja, quando não se rebela explicitamente, o literato clama pela identidade do brasileiro por meio de sua seleção lexical. Trata-se, assim, da manifestação do plano do conteúdo no plano da expressão.

Para Corrêa (2006), essa escolha lexical deve ser considerada um recurso retórico argumentativo de muito valor, pois “ao se relacionar campos lexicais criam-se novos sentidos.”. Por isso, faz-se um levantamento dos usos nas crônicas do referido literato, observando que denotam crítica, liberdade e a coloquialidade própria do brasileiro e do gênero crônica, o que faz desse gênero um texto que mais se aproxima do leitor comum, tocando-o de perto, possibilitando-lhe uma reflexão a respeito de sua existência e dos valores que cultiva.

Na crônica *Quantos?*, destaca-se o emprego da palavra “caraminguaus”, no lugar de “caraminguás”, vocábulo dicionarizado:

Estou cordialmente disposto a contribuir com os meus *caraminguaus* para a salvação do país mais rico do mundo.

Na mesma crônica, observa-se o emprego do pronome possessivo “seu” no lugar do pronome de tratamento “senhor”. Essa ocorrência não é exatamente neológica, mas revela informalidade na linguagem, como num bate-papo.

Vem, porém um outro salvador e diz: *você*, *seu* Barreto, vai pagar unicamente cinco por cento.

Ainda no trecho anterior, pode-se destacar o uso de “você” e “seu” (senhor) no mesmo contexto. Ambos são pronomes de tratamento, entretanto usados em situações diferentes apesar de, na linguagem coloquial, ser comum que tenham sua oposição (intimidade/formalidade) neutralizada.

Observa-se também a ocorrência de gírias, como “ora bolas!”, “facadas” e “facadinhas”. As gírias reforçam o desapego às normas castradoras da gramática.

Ora bolas! Isto também é demais. Então eu sou holandês que paga o mal que não fez?

Se ele precisa de tanto dinheiro, nada mais razoável do que apelar para o visconde de Moraes, o Gaffrée ou mesmo para o Rocha alazão, que em tais coisas de *facadas* é mestre consumado, respeitado e admirado por todos, porquanto – confessemos aqui entre amigos – quem não deu a sua *facadinha*?

Na crônica *A propósito*, observa-se a ocorrência da palavra “urucabaca”, item lexical que não consta dos dicionários Aurélio (1996), Houaiss (2007) e Caldas Aulete (1964), exemplares adotados neste trabalho com o intuito de identificar a neologia no léxico barretiano.

Se ele só vais espontaneamente às várias *urucabacas* que se representam por aí, não irá às peças do Senhor Pinto da Rocha nem que os subdelegados, suplentes, inspetores, guarda-civis, soldados, agentes, secretas, enconstados obriguem-no.

Na mesma crônica pode ser observado o emprego de expressões populares, mais comuns na modalidade falada da língua: “malhar a ferro frio”, “pernadas” e “preto no branco”. Esse recurso é recorrente nos textos de Lima Barreto, mesmo nos contos e nos romances.

O governo não tem mais nada que se intrometer; e é entregar o teatro com o povo, com os atores e os famosos autores de revistas às **pernadas** e *couplets* do preto no branco! O mais é **malhar em ferro frio**, não se obtendo coisa alguma.

Entre os processos de formação de palavras empregados, a derivação a partir de nomes próprios é bastante fértil, como se pode observar a seguir, na crônica *São Paulo e os estrangeirismos*, na qual se encontra o termo “alibabesca”.

Seguros de que essa gruta **alibabesca** do café a quarenta mil-réis a arroba não tinha conta em tesouros, trataram de atrair para as suas lavouras imigrantes, espalhando nos países de emigração folhetos de propaganda em que o clima do estado, a facilidade de arranjar fortuna nele, as garantias legais – tudo, enfim, era excelente e excepcional.

Em *A estação*, ocorre o emprego de “ouvidorana”, como referência à Rua do Ouvidor:

Nas cercanias das estações de subsídios, parece-nos, a ilusão urbana fica completa com essas tabuletas **ouvidoranas**, onde até o francês figura.

Em *O prefeito e o povo*, destaca-se o vocábulo “pomerizado”, derivado da Poméry, marca de champanha; e “sampaínos”, derivado de Carlos Sampaio²⁰.

Não havendo dinheiro em todas as algibeiras, os furtos, os roubos, as fraudes de toda a natureza hão de se multiplicar; e, só assim, uma grande parte dos cariocas terá gimbo para custear os esmartismos **sampaínos**. Para se ir lá, regularmente, um qualquer sujeito tem que gastar, só em vestuário, dinheiro que dá para ele viver e família, durante meses; as representações que lá se dão, são em línguas que só um reduzido número de pessoas entende, entretanto, o Teatro Municipal, inclusive o seu porão **pomerizado** está concorrendo fortemente para a educação dos escriturários do Méier, dos mestres de oficina do engenho de Dentro e dos soldados e lavadeiras da Favela.

²⁰ **Carlos** César de Oliveira **Sampaio**, engenheiro brasileiro, foi prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro) nos anos de 1920 a 1922. Realizou o arrasamento do Morro do Senado e participou das obras de abertura da Avenida Central, futura Avenida Rio Branco. Cf. KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho*. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro : Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

Em relação a Carlos Sampaio, encontra-se em outra crônica, *Estupendo melhoramento*, a derivação “sampaiano”.

Vai ou não vai em marcha, a idéia **sampaiana**?

Como se observa, Lima Barreto abusava dos neologismos, o que, como já se abordou, era alvo de crítica dos puristas, cultores da língua. Esse emprego, de certa forma, endossa sua crítica à língua elitizada da época e reforça a proximidade da língua reconhecida pelo povo. Mais uma vez essa ocorrência pode ser observada na crônica *A volta*, na qual destacamos o neologismo “semicadeia”.

É assim o governo: seduz, corrompe e depois... uma **semicadeia**.

Em *O conagraçamento*, encontramos “burocratomania”, palavra possível em nossa língua, mas não registrada em dicionários da época nem atualmente.

Lembrem-se bem de que esses dois últimos corpos legislativos não são parcimoniosos em tal assunto, embora estejam sempre dispostos a censurar a **burocratomania** do executivo e do judiciário.

Na crônica *A superstição do doutor*, além da crítica ao título de doutor e o poder advindo dele, podem ser observados os neologismos “contracontestação” e “burguesetes” e as gírias “muleta” e “papa-ajudas”. No mesmo texto ainda se pode encontrar o provérbio “cada macaco no seu galho”, que demonstra a informalidade do texto.

Toda a gente conhece a nossa peculiar instituição do **muleta**. (...) O engenheiro F. é **muleta** do doutor H; o capitão X, do general F; o capitão-de-corveta Y, do almirante D; (...)

Ao ouvir a **contracontestação** do seu protetor tinha gestos de efusiva ternura, como de indignação ao ouvir o discurso do Senhor Muniz Freire. É preciso que os pobres façam-se doutores para contrabalançar a influência nefasta dos **burguesetes** felizes e precocemente guindados a alturas em que não se dispensa a idade, mesmo quando se trata de gênios; Mais direito tem um mau poeta. **Cada macaco no seu galho**.

Seria uma calamidade que esses anelados ficassem só constando de gente como o Senhor Aluísio de Castro, uma auspiciosa reencarnação do mestre Garcia de Orta, físico d’El-Rei, ou como o Senhor Hélio Lobo, vulgo “secretário da presidência” ou **papa-ajudas** de custo.

Cury (1981:161) considera o emprego de provérbios e máximas populares

uma característica a aproximar a linguagem limiana da fala popular. (...) A citação de provérbios, além da aproximação com a fala popular e de sua contraposição à fala das classes dominantes, reveste a linguagem limiana do caráter em si mesmo ambíguo do provérbio.

Em *Os percalços do budismo*, destaca-se, novamente, a crítica ao título de doutor e a denúncia a respeito dos abusos da política e do governo. Além disso, destacamos o emprego do neologismo “candoblâncias”, referente a coisas do candomblé.

Um padre que andava por lá a catar níqueis, para construir a milionésima igreja do Rio de Janeiro, acusou-me de feitiçaria, *candoblâncias*, macumbas e outras cousas feias.

Em *Feiras e mafuás*, encontra-se a expressão “mafuense”, significando oriundo do mafuá.

Nos bondes e nos trens, quase sempre há questões com os condutores, quando estes descobrem um *mafuense*, carregando de contrabando um pato ou uma galinha.

Na crônica *A onda* se pode destacar a gíria “lelê”, que significa confusão, discussão.

Há o que eles chamam o *lelê*: “Pára o bonde! Salta! Não salta! Toca esta joça!

Em *A amanuense*, em que Lima Barreto critica a entrada da mulher no trabalho de amanuense, destaca-se a palavra “falatina”.

Tanto isto é verdade que a candidata do Senhor Nilo, na *falatina* do Berlitz, foi muito bem; mas quando se tratou da simples aritmética *caiu n’água* e, em direito constitucional, nem se fala.

No citado trecho de *A amanuense*, acusa-se também, como em destaque, o emprego da expressão “caiu n’água”, que se trata de uma gíria que, no contexto, significa que a candidata não soube responder as questões.

Em *No ajuste de contas...*, encontra-se o neologismo “beatício” e a expressão gírica “torrar miolos”.

Eles torram os miolos para encontrar meios e modos de inventar novos; e, como bons burgueses que são, ou seus prepostos, sabem melhor que o imperador Vespasiano, que o dinheiro não tem cheiro.”

(...) e, sabendo-se que estes são, em geral, pessoas poderosas e em altos cargos, a gente de sotaina pretende, desse modo, influir decisivamente nos atos dos poderes políticos do país e obter a nossa completa regressão aos áureos tempos das fogueiras e do *beatício* hipócrita. Há mais.

Na crônica *Meia página de Renan*, ocorre o uso da palavra “servagem”. Entretanto é curioso observar que, na mesma crônica, Lima Barreto usa também servidão, palavra dicionarizada que, no texto, possui o mesmo valor de servagem.

Tanto mais isso é de admirar porque, tendo escapado de ser um grande doutor da Igreja, devia saber que a Humanidade deve a ela a transformação da escravidão. Antiga em *servagem*; e isto sem uma lei e sem um decreto. (...)

Dizer que os negros e os chineses estão condenados a uma *servidão* eterna é outro engano de Renan.

Em *Universidade*, crônica que tem como tema o questionamento da necessidade de educação superior, o cronista emprega o neologismo “doutomania”, o qual também oscila em “doutoromania”, porém em outra crônica.

Um estudo nesse sentido exigiria um trabalho minucioso de exame de textos de leis e regulamentos que está acima da minha paciência; mas era bom que alguém tentasse fazê-lo, para mostrar que a *doutomania* não foi criada pelo povo, nem pela avalanche de estudantes que enche as nossas escolas superiores; mas pelos dirigentes, às vezes secundários, que, a fim de satisfazer preconceitos e imposições de amizade, foram pouco a pouco ampliando os direitos exclusivos do doutor.

Realizar esse pequeno levantamento lexical nas crônicas limanas reforça a idéia de que a crítica de Lima Barreto em relação à língua culta, marginalizadora, segregadora, elitizadora vigente no Brasil não se faz apenas nos momentos em que ele aborda o assunto diretamente. Como diz Silva (1998), é sua “práxis literária norteadada pelo combate fervoroso contra toda forma de dominação lingüística” que demonstra isso. Sendo assim,

pode-se afirmar que o uso em desacordo com o que preceituavam gramáticos e cultores da língua já é uma forma de crítica.

Finalmente, afirma-se que, em suas crônicas críticas, Lima Barreto revela-se contrário ao que a elite carioca/brasileira pensa sobre educação, poder e linguagem. Para demonstrar seu posicionamento e, ao mesmo tempo, lutar contra a permanência dos modelos elitistas, o literato tanto propõe abertamente a discussão nos temas cronísticos, como também o faz por meio da minuciosa seleção lexical na elaboração de seu trabalho.

5- A REPÚBLICA DA BRUZUNDANGA E A CRÍTICA BARRETIANA

(...) foram os sonhos, mais do que as mágoas, que fizeram com que sua confiança no poder da escrita, especialmente aquela cotidianamente partilhada com o leitor, prevalecesse mesmo nos piores momentos ou condições mais adversas. (RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*)

Conforme mostra Vasconcellos (2001), ao analisar a obra barretiana, é necessário fazê-lo sob três aspectos: a) o da narrativa de ficção, b) o da narrativa do cotidiano e c) o da narrativa crítica. Como narrativa de ficção, os críticos literários normalmente consideram os livros *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Numa e a Ninfa*, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, *Clara dos Anjos*, *Histórias e Sonhos*, *Coisas do Reino de Jambom* e *Os Bruzundangas*.

Entretanto, a própria Vasconcellos diz:

Cremos não ser preciso mostrar que os textos do item b) podem ser incluídos no item a), assim como alguns do item c) podem participar do item b); tal dificuldade em separar a matéria ficcional da não-ficcional: entre o conto e uma crônica não há às vezes grande distinção, a não ser a da narração que na crônica cede lugar à simples descrição; e pelas duas narrativas pode passar o raciocínio crítico, de maneira que a intuição criadora e a reflexão crítica constituem as duas faces de uma mesma moeda – a da criação literária. (Vasconcellos, 2001:14)

Considerando-o como uma narrativa de ficção (a história de um país que não existe, com personagens imaginários), sem deixar de considerá-lo uma narrativa crítica (o país é o Brasil e os personagens, seus habitantes), examina-se a seguir *Os Bruzundangas*, um livro satírico, formado por crônicas ficcionais que descrevem um país muito distante daqui, denominado Bruzundanga.

Importa ressaltar que obras de ficção abordam realidades e criticam instituições por meio da imaginação que descreve lugares, viajantes e costumes. Com elas, captura-se a

realidade, satiriza-se a política, exprime-se o que realmente se pensa sem muitos rodeios. Além disso, é possível recusar a moral e os direitos vigentes, bem como propor um mundo novo a partir de escombros do mundo em que vivemos. Nesse sentido, Lima Barreto, mesmo nos trabalhos supostamente ficcionais, como *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Os Bruzundangas*, fala do Brasil e da época vivida.

No caso d'*Os Bruzundangas*, o livro é um diário de viagem de um brasileiro que morou uns tempos na Bruzundanga, uma jovem república que lutava num ambiente de colapso do modelo escravocrata, deposto em 1889, embora ainda persistisse o predomínio dos grupos ligados à grande lavoura. Um país onde proliferavam elites incultas que dominavam o povo, racismo, pobreza, obsessão por títulos doutorais, literatura de enfeite, empolamento lingüístico.

Desse lugar, o narrador-viajante descreve a educação, a economia confusa, a legislação, a política, o processo democrático, a ciência, o exército. Açoita a República Velha, escrutina o estilo de ensino, debocha do modelo religioso, escarnece a Academia Brasileira de Letras, menospreza o valor do bacharelismo e o título doutoral e, finalmente, denuncia a profissionalização da política. Tudo isso constitui um quadro temático crítico e inteligente também das instituições e sociedade brasileiras. No dizer de Campos (1988:24),

Mais que temas, são causas que Lima Barreto nunca se cansou de polemizar: o racismo, a política protecionista da República Velha, a artificialidade dos intelectuais, a reverência ao estrangeiro, o preconceito de classe (...) a briga por dinheiro e poder.

Para realizar a descrição detalhada da Bruzundanga, o livro encontra-se dividido em 22 capítulos, um *Prefácio* e ainda uma última parte intitulada *Outras Histórias da Bruzundanga*. Cada um desses capítulos constitui uma crônica, que privilegia determinados temas. Sobre esses temas e Lima Barreto, Campos (1988:29) afirma:

Escritos numa linguagem simples, próxima da coloquial, confirmam seu agudo poder de observação, sua disposição em encarar de frente a realidade e sua modernidade. Sempre se colocando contra os defensores de um gramatiquês que aprisionavam a linguagem no artificialismo, não permitindo que idéias e emoções fossem ditas da forma mais direta e espontânea.

De acordo com Facioli (1985:10), nesta obra não predomina a realização artística, talvez porque se proponha abertamente como obra de combate.

Por isso, apesar de seus valores estéticos próprios, vale mais um levantamento dos inúmeros temas abordados, pois parece ter sido intenção de L.B. apresentar um amplo painel dos males da sociedade da Bruzundanga, à semelhança dos da brasileira.

É a análise desses inúmeros temas que propomos a seguir. Deve-se ressaltar que, ao fazê-lo, não nos detemos à ordem dos capítulos, mas à relevância dos temas.

5.1 - O PREFÁCIO DA BRUZUNDANGA

No prefácio, Lima Barreto explica a importância de se falar sobre a Bruzundanga, um país tão estranho e diferente do Brasil, formado por 18 ou 20 províncias de acordo com a carta institucional.

A Bruzundanga fornece matéria de sobra para livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males, pois possui maiores e mais completos. Sua missão é, portanto, como a dos ‘maiores’ da Arte, livrar-nos dos outros naturalmente menores.

Observar o funcionamento da Bruzundanga pode ajudar a população brasileira.

Por isso continua, justificando:

Bem precisados estávamos nós disto quando aqui ministros de Estado que são simples caixeiros de venda, a roubar-nos muito modestamente no peso da carne-seca, enquanto a Bruzundanga os tem que se ocupam unicamente no seu ofício de ministro, de encarecer o açúcar no mercado interno, conseguindo isto com o vendê-lo abaixo do preço da usina aos estrangeiros. Lá, chama-se a isto prover necessidades públicas; aqui, não sei que nome teria...

Fecha o prefácio, mais uma vez, mostrando que pretende ressaltar os pecados da Bruzundanga para que o Brasil não os cometa:

... os seus costumes e hábitos podem servir-nos de ensinamento, pois, conforme a Arte de furtar diz: os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões. Por intermédio dos dela, dos dessa velha e ainda rica terra da Bruzundanga, livremo-nos dos nossos: é o escopo deste pequeno livro.

5.2 – OS SAMOIEDAS – CRÍTICA À LÍNGUA E À LITERATURA

A sátira tem seu início propriamente dito com um **Capítulo Especial**, intitulado *Os samoiedas*, o qual mostra como é a literatura bruzundanga: falsa, monótona e afastada da cultura, com autores fúteis e aconchavados com a classe dominante. Fala também da língua empregada e valorizada na literatura samoieda, e reconhecida pelos leitores:

Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes; mas aquela em que escreviam os literatos importantes, solenes, respeitados, nunca consegui entender, porque redigem eles suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dous séculos ou três.
Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito.

Observamos a ironia contra os literatos eruditos e oficiais, cuja linguagem pomposa e arcaizante é incompreensível para a maioria dos leitores. Nota-se também a crítica aos leitores ingênuos que admiram os escritores justamente por não compreendê-los.

Como pretende satirizar o Brasil, lá existem os mesmos problemas enfrentados pelo povo brasileiro, os quais reforçam a marginalização e o preconceito, manifestados por meio do uso lingüístico. Sendo assim, ao dizer que a língua literária daquele país ninguém entende, denuncia o apuro gramatical, que afasta ainda mais o povo da elite, já que,

segundo Facioli (1985:11), “falar de um modo e escrever de outro significa o afastamento entre o povo e seus dominadores”.

Segundo o narrador-viajante, na Bruzundanga, os grupos de escritores que nada escreveram de concreto, estimados e representativos, são oradores de festinhas de aniversário, usam um palavrório rebarbativo e expressões perdidas no tempo. Empregam estilo que não pertence aos costumes do povo daquele lugar, de difícil aplicabilidade, com excesso de formalidade. Mas são conhecidos e reconhecidos, valorizados; dignos de um casamento com o qual toda moça rica sonha.

(...) todos eles quase não têm propriamente obras escritas; a bagagem deles consta de conferências, poesias recitadas nas salas, máximas pronunciadas na intimidade de amigos, discursos em batizados ou casamentos, em banquetes de figurões ou em cerimônias escolares, cifrando-se, as mais das vezes, sua obra escrita em uma plaquette de fantasias de menino, coletâneas de ligeiros artigos de jornal ou num maçudo compêndio de aula, vendidos, na nossa moeda, à razão de quinze ou vinte mil-réis o volume.

A sátira ganha contornos mais fortes quando o literato identifica as leis criadas por um grande poeta e aceitas por todos os outros, as quais regem a Escola Samoieda (a escola literária de lá). O comentário é drástico, principalmente, por representar uma réplica da Escola Parnasiana:

1º.- Sendo a poesia o meio de transportar o nosso espírito do real para o ideal, deve ela ter como principal função provocar o sono, estado sempre profícuo ao sonho.

2º.- A monotonia deve ser sempre procurada nas obras poéticas; no mundo, tudo é monótono (Tuque-Tuque).

3º. A beleza de um trabalho, poético não deve ressaltar desse próprio trabalho, independente de qualquer explicação; ela deve ser encontrada com as explicações ou comentários fornecidos pelo autor ou por seus íntimos.

4º. A composição de um poema deve sempre ser regulada pela harmonia imitativa em geral e seus derivados.

Os literatos que seguem tais leis não são muito cultos, não sabem conversar sobre qualquer assunto, nada entendem de matemática, geografia ou conhecimento geral, mas

nem se preocupam com isso. O que importa é saber seguir o modelo para elaboração de textos “bonitos”, que não devem dizer nada em sua essência.

A instrução do grosso dos menestréis bruzundanguenses não permitia apelo à matemática e contentavam-se com umas regras simples que tinham na ponta da língua, como beatas as rezas que não lhes passam pelo coração, e outros desenvolvimentos teóricos.

Importam-se, e muito, com a palavra que enfeita, que chama a atenção:

(...) havia outras divindades: o ritmo, o estilo, a nobreza das palavras, a aristocracia dos assuntos e dos personagens, quando faziam romances, conto ou drama e a medição dos versos que exigiam fosse feita como se tratasse da base de uma triangulação geosédica.

Mais uma vez, o escritor maldito realiza sua denúncia contra o artificialismo lingüístico e temático presente na literatura brasileira parnasiana, apenas preocupada em impressionar pela forma.

(...) não pedia que se comunicasse qualquer emoção, qualquer pensamento, qualquer importante revelação de nossa alma que interessasse a outras almas; (...) enfim um julgamento, um conceito que pudesse influir no uso da vida, na nossa conduta e no problema do nosso destino.

Observa-se, então, que um literato na Bruzundanga não sabe de nada, com nada se preocupa, não pretende em nada colaborar para uma mudança dos preconceitos, inclusive lingüísticos, vigentes naquele país. Se sente emoção ou preocupação com seus semelhantes, não demonstra. Parece ser uma pessoa desprovida de inteligência.

Além de uma gramaticazinha que nós aqui chamamos de tico-tico e da arte poética de Chalat aumentada e explicada com uma lógica de gafanhotos, não possuía ele um acervo de noções gerais, de idéias, de observações, de emoções próprias e diretas do mundo, de julgamento sobre as cousas.

Sua preocupação é apenas com uma língua artificial e empolada, empregada para impressionar e diferenciá-lo das demais pessoas. Isso se explica com o que diz Callou (2002:282 e 282) a respeito da relação língua/classe social:

uma das características da classe social é exatamente a linguagem (...) que classifica socialmente os indivíduos, sendo mais evidentes nas cidades, essas diferenças sociais e culturais. (...) a língua constitui, como se sabe, uma marca de classe social e, dentre todas as instituições sociais, a que mais fortemente se impõe aos indivíduos.

5.3 – AS CLASSES SOCIAIS E POLÍTICAS NA BRUZUNDANGA

Um Grande Financeiro, o capítulo I do texto satírico, mostra como se compõe a classe política na Bruzundanga (Câmara, Senado, Deputados) e como lá também isso é uma cópia de modelos europeus. Enfatiza que, entre senadores e deputados, a única diferença existente é o tempo de duração do mandato.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tinha, como todas as repúblicas que se prezam, além do presidente e juízes de várias categorias, um Senado e uma Câmara de Deputados, ambos eleitos por sufrágio direto e temporários ambos, com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto.

Descreve um deputado, o doutor Felixhimino Bem Karpatoso, que fala sobre finanças, orçamentos, impostos diretos e indiretos, ou seja, um homem famoso e respeitado que demonstra como o país poderá obter mais dinheiro, uma vez que o Tesouro da Bruzundanga está quase vazio e precisa de mágicos financeiros para não se esvaziar totalmente.

O doutor Karpatoso tinha uma erudição sólida e própria em matéria de finanças. Não citava Leroy-Beaulieu absolutamente. Os seus autores prediletos eram o russo-polaco Ladislau Poniatwsky, o australiano Gordon O'Neill, o chinês Ma-Fi-Fu, o americano Willian Farthing e, sobretudo, o doutor Caroles y mientras, da Universidade de Caracas, capital da Venezuela, que, por ser país em bancarota, dava grande autoridade ao financista de sua principal universidade.

[...]

Para o orçamento de 1908, o doutor Karpatoso escreveu o seguinte trecho profundo: ‘Os governos não devem pedir às populações que dirigem, em matéria de impostos, mais do que elas possam dar, afirma Ladislau Poniatwsky. A nossa população é em geral pobríssima e nós não devemos sobrecarrega-la fiscalmente.’. Não impediu isto que ele propusesse o aumento da taxa sobre o bacalhau da Noruega, pretextando haver produtos similares nas costas do país.

No capítulo II, **A nobreza da Bruzundanga**, pode-se observar a composição da sociedade e o valor da educação: obtenção de poder. É o narrador-viajante que nos esclarece a existência de duas nobrezas, a doutoral e a de palpite.

A nobreza na Bruzundanga se divide em dous grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpite.

Relata ainda os cursos superiores mais valorizados e quem tem acesso a eles e, mais uma vez, o valor das pessoas que possuem o título de doutor.

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há que parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar, na Bruzundanga, não.

Lá, um cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de cousas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brâmane tem carta, diploma, dirá: tem pergaminho.

No Brasil de verdade, de acordo com Romaneli (1987:30), isso não era muito diferente. A educação também servia para ostentar títulos e promover ainda mais a elite:

No Brasil, até o final da década de 1920, as camadas dominantes, com o objetivo de servir e alimentar seus próprios interesses e valores, conseguiram organizar o ensino de forma fragmentária (...). O fato é que o toque aristocrático e o caráter de classes que essa educação conferia não só concorriam para manter o *status*, pela natural distância social que ajudava a promover, como também serviam de instrumento de ascensão social aos estratos que se achavam em condições de assumir posições mais elevadas.

Esclarece que, como no Brasil, os títulos dão aos possuidores a chance de ingressar em cargos de confiança e acumular remunerações.

A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem.

Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há, na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé, no conservatório de Música, e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios.

Quando lá estive, conheci um bacharel em direito que era consultor jurídico da principal estrada de ferro pertencente ao governo, inspetor dos serviços metalúrgicos do Estado e examinador das candidatas a irmãs de caridade.

O capítulo III, **A Outra Nobreza da Bruzundanga**, é dedicado à nobreza de palpite, anunciada no anterior. Tal nobreza reforça a importância de um título na Bruzundanga, seja de que espécie for.

A outra nobreza da Bruzundanga, porém, não tem base em coisa alguma; não é firmada em lei ou costume; não é documentada por qualquer espécie de papel, édito, código, carta, diploma, lei ou que seja. Foi por isso que eu chamei de nobreza de palpite.

Descreve como as pessoas fazem para adquirir tal nobreza, o que as torna quase tão importantes quanto àquelas que possuem o título doutoral.

Um cidadão de democrática República da Bruzundanga chamava-se, por exemplo, Ricardo Silva da Conceição. Durante a meninice e a adolescência foi conhecido assim em todos os assentamentos oficiais. Um belo dia, mete-se em especulações felizes e enriquece. Não sendo doutor, julga o seu nome muito vulgar. Cogita muda-lo de modo a parecer mais nobre. Muda o nome e passa a chamar-se Ricardo Silva de *la Concepción*. Publica o anúncio no jornal do Comércio local e está o homem satisfeito da vida. Vai para a Europa e, por lá, encontra por toda a parte príncipes, duques, condes, marqueses da Birmânia, do Afeganistão e do Tibete. Diabo! Pensa o homem. Todos são nobres e titulares e eu não sou nada disso.

Começa a pensar muito no problema e acaba lendo um romance folhetim de A. Carrillo, - nos Cavalheiros do amor, por exemplo – um título espanhol qualquer. Suponhamos que seja: Príncipe *de Luna y Ortega*. O homem diz lá consigo: ‘eu me chamo *Concepción*, esse nome é espanhol, não há dúvida que eu sou nobre’; e conclui logo que é descendente do tal príncipe de *Luna y Ortega*. Manda fazer cartões com a coroa fechada de príncipe, acaba convencido de que é mesmo príncipe, e convencendo os seus amigos da causa prosápia elevada.

Em seguida, explica por qual motivo esses nobres de palpite não têm tanto reconhecimento quanto os que possuem a nobreza doutoral. É o povo que não os reconhece plenamente.

No país, esses titulares de palpite não têm importância na massa popular. Os do povo respeitam mais o modesto doutor de farmácia pobre do que um altissonante Medina Sidonia de última hora; à elite, porém, a nata, - essa sim! - tem por eles o respeito que se devia aos antigos nobres.

Isso comprova que, na Bruzundanga, como no Brasil do século XIX e início do XX, as pessoas que detêm um título de doutor, estão habilitadas a fazer o que querem, são respeitadas e valorizadas pelo povo, que não tem possibilidade de chegar a esse patamar.

O capítulo IV, **A Política e os Políticos da Bruzundanga**, relata o que os políticos, fazem pelo povo, o prestígio que têm, seu envolvimento com as entidades religiosas e como fazem para se manter no poder.

A vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes.

[...]

Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a cousas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo.

A primeira cousa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população.

O valo de separação entre ele e a população que tem de dirigir faz-se cada vez mais profundo.

A narrativa é uma crítica à classe política brasileira, pouco preocupada com a qualidade de vida do povo, mas interessada nas reformas que fariam do Rio de Janeiro uma cidade européia. Por isso, diz:

Bossuet dizia que o verdadeiro fim da política era fazer os povos felizes; o verdadeiro fim da política dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes.

Nas palavras de Sevcenko (2003:43 e 55), podemos confirmar o que levava essa infelicidade ao povo:

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem pudesse se opor a ela. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas

aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (pág. 43)

As relações sociais passam a ser mediadas em condições de quase exclusividade pelos padrões econômicos e mercantis, compatíveis com a nova ordem da sociedade. Por todo lado ecoam testemunhos amargos sobre a extinção dos sentimentos de solidariedade social e de conduta moral, ainda vivos nos últimos anos da sociedade senhorial do Império. A nova sociedade orienta-se por padrões muito diversos daqueles e mais chocantes. (pág. 55)

O capítulo critica também as entidades religiosas. Mostra o comprometimento que a Igreja possui com a elite, cuidando, inclusive de casamentos arranjados por dinheiro.

As irmãs de caridade gozam, lá na Bruzundanga, de uma influência poderosa. Não quero negar que, como enfermeiras de hospitais, elas prestem serviços humanitários dignos de todo o nosso respeito; mas não são essas que os cínicos ambiciosos da Bruzundanga cortejam. Eles cortejam aquelas que dirigem colégios de meninas ricas.

[...]

Toda a gente sabe como o pessoal eclesiástico consegue manter a influência sobre os seus discípulos, mesmo depois de terminarem seus cursos. (...) Os padres, freiras, irmãs de caridade não abandonam os seus alunos absolutamente. Mantêm sociedades, recepções, etc., para os seus antigos educandos; seguem-lhes a vida de toda a forma, no casamento, nas carreiras, nos seus lutos, etc.

E os malandros que sabem dessa teia formada acima dos néscios, dos sinceros e dos honestos de pensamento, tratam de cavar um dote e uma menina das irmãs, o que vem a ser uma e única cousa.

Demonstrando enorme frustração, o autor fecha esse capítulo dizendo que não se deve perder tempo preocupando-se com a Bruzundanga. Parece que a luta fora em vão, que o Brasil não mudara, que seria para sempre um antro de discriminações. Por um instante, tem-se a impressão de que perdeu a esperança de um Brasil onde qualquer pessoa seja respeitada, onde a língua represente o povo que nele vive.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece. Não devemos estar a perder tempo com semelhante gente.

5.4 - LIMA BARRETO E O ENSINO NA BRUZUNDANGA

O livro é fértil quando se trata do tema “educação”, se voltarmos ao capítulo II, podemos observar uma crítica à qualidade do ensino superior, na descrição dos cursos de direito, engenharia e medicina:

Em geral, apesar de serem lentos e demorados, os cursos são medíocres e não constituem para os aspirantes senão uma vigília de armas para serem cavaleiros armados.

[...]

A formatura é dispendiosa e demorada, de modo que os pobres, inteiramente pobres, isto é, sem fortuna e relações, poucas vezes podem alcançá-la.

Já no capítulo VI, denominado **O Ensino na Bruzundanga**, vemos como se organiza o ensino naquele país.

Há diversas espécies de escolas mantidas pelo governo geral, pelos governos provinciais e por particulares. Estas últimas são chamadas livres e as outras oficiais, mas todas elas são equiparadas entre si e os seus diplomas se equivalem.

Fala também do ensino superior, mostrando como são realizados os exames admissionais ou preliminares. Retoma, com isso, tema amplamente abordado nas crônicas-críticas, ou seja, a questão das bancas de exames serem compradas pelos pais dos candidatos, normalmente pessoas importantes e influentes, que podem conseguir cargos melhores aos professores.

Os meninos ou rapazes, que se destinam a elas, não têm medo absolutamente das dificuldades que o curso de qualquer delas possa apresentar. Do que eles têm medo, é dos exames preliminares. De forma que os filhos dos poderosos fazem os pais desdobrar bancas de exames, pôr em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos saibam frações, outros em francês, sem que possam traduzir o mais fácil autor. Com tais manobras, conseguem sair-se da alhada e lá vão, cinco ou seis anos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importância de “doutor”.

Relata ainda que, quando o pai do candidato não é muito influente, mas o candidato muito ignorante, lança-se mão de outro artifício que não a manipulação dos examinadores. Nesse caso, é comum que os exames sejam realizados em outra escola, menos exigente. O que não é muito difícil naquele país.

Há outros, espertos e menos poderosos, que empregam o seguinte *truc*: Sabem, por exemplo, que, na província das Jazidas, os exames de matemática elementar são mais fáceis. Que fazem eles? Inscrevem-se nos exames de lá, partem e voltam com as certidões de aprovação.

Junte-se a isso, o relato sobre o caráter e a ética dos professores. Tudo isso para mostrar como a educação na Bruzundanga não serve para tornar as pessoas iguais, nem para lhes dar mais chances na vida.

De resto, é sabido que os lentes das escolas daquele país são todos relacionados, têm negócios com os potentados financeiros e industriais do país e quase nunca lhes reprovam os filhos.

Interessado em salvar o povo da Bruzundanga, o narrador propõe uma solução para o ensino: a extinção do ensino superior. Aliás, proposta já feita por Lima Barreto nas crônicas críticas.

Meditei muito sobre os seus problemas e creio que achei o remédio para esse mal que é o seu ensino. Vou explicar-lhes sucintamente: O estado da Bruzundanga, de acordo com a sua carta constitucional, declararia livre o exercício de qualquer profissão, extinguindo todo e qualquer privilégio de diploma. Feito isso, declararia também extintas as atuais faculdades e escolas que ele mantém.

Inclui, no entanto, uma nova modalidade, o ensino livre, no qual as pessoas estudariam o que tivessem vontade e/ou aptidão.

Substituiria o atual ensino seriado, reminiscência da Idade Média, onde no *trivium*, se misturava a gramática com a dialética e, no *quadrivium*, a astronomia e a geometria com a música, pelo ensino isolado de matérias, professadas pelos atuais lentes, com os seus preparadores e laboratórios. Quem quisesse estudar medicina, freqüentaria as cadeiras necessárias à especialidade a que se destinasse, evitando as disciplinas que julgasse inúteis.

[...]

Cada qual organizaria o programa do seu curso, de acordo com a especialidade da profissão liberal que quisesse exercer, com toda a honestidade e sem as escoras de privilégio ou diploma todo poderoso.

Essa modalidade acabaria com a superstição doutoral e faria que as pessoas se tornassem melhores e mais honestas do que costumam.

Semelhante forma de ensino, evitando o diploma e os seus privilégios, extinguiria a nobreza doutoral; e daria aos jovens da Bruzundanga mais honestidade no estudo, mais segurança nas profissões que fossem exercer, com força que vem da concorrência entre os homens de valor e inteligência nas carreiras que seguem.

[...]

A nobreza doutoral, lá está se fazendo aos poucos irritante e até sendo hereditária.

Mais uma vez, encontra-se reforçada a necessidade de se extinguir a superstição doutoral. Ao contrário da frustração demonstrada no capítulo IV, o escritor revela esperança na conscientização das pessoas, que um dia reclamariam a igualdade a que têm direito.

Em Ensino Prático, capítulo XVII, fala de uma Academia Comercial. Nela, pretende-se nacionalizar o comércio do país à moda européia. Para isso há um curso prático de comerciante, ministrado na cidade de *Bosomy*, considerado um alto estabelecimento de instrução comercial. Ao fim do curso, o aluno “sem dificuldade e hesitações, pode colocar-se à testa de uma loja e geri-la com o desembaraço e a segurança de velho negociante com vinte anos de prática”.

Era intuito dos fundadores da Academia Comercial banir do seu ensino todo o pedantismo, todo o luxo teórico; faze-lo prático, moderno, à *yankee*. De tal modo o queriam assim que, ao fim de um curso de pequena duração, o aluno pudesse, sem dificuldades e hesitações, colocar-se à testa de uma loja e geri-la com o desembaraço e a segurança de velho negociante com vinte anos de prática.

Além de negociantes propriamente, a academia visava sobretudo formar magníficos caixeiros, magnéticos, com virtudes de imã, capazes de solicitar, de empolgar, de atrair a freguesia.

De acordo com Aragão (1985), o ensino comercial firma-se, no Brasil, em 1902, quando são criadas a Academia do Comércio, no Rio de Janeiro, e a fundação da Escola Prática de Comércio, em São Paulo.

Na Bruzundanga, em relação à localização do estabelecimento de instrução comercial, vemos que

os cursos da Academia Comercial da Bruzundanga não ficarão instalados em um enorme edifício, grandioso e inútil, para os fins a que se destina, e sobretudo favorável à criação de um espírito de escola, de camaradagem, indigno da luta comercial. As aulas funcionarão em pequenas casas, situadas nas regiões da capital em que atualmente mais florescem os gêneros de comércio que os alunos pretendem aprender.

Entre os cursos ministrados pela Academia Comercial estão: venda ambulante de fósforos, jornalismo, frege²¹ (dividido em cantada da lista e encomenda de pratos à cozinha), barbeiro, botequim e compra de ferro velho. Todos eles com duração mínima de 6 meses e máxima de 2 anos.

5.5 – A CONSTITUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO NA BRUZUNDANGA – O PAPEL DO MANDACHUVA E SEUS MINISTROS

O capítulo VIII, **A Constituição**, mostra detalhadamente como se deu o processo de elaboração da Constituição Bruzundanguense.

Reuniu-se, pois, a constituinte com toda a solenidade. Vieram para ela, jovens poetas, ainda tresandando à grossa boêmia; vieram para ela, imponentes tenentes de artilharia, ainda cheirando aos “cadernos” da escola; vieram para ela, velhos possuidores de escravos, cheios de ódio ao antigo regime por haver libertado os que tinham; vieram para ela, bisonhos jornalistas da roça recheados de uma erudição à flor da pele, e também alguns dos seus colegas da capital, eivados do Lamartine.

[...]

Votado o regimento interno da grande assembléia e tomadas todas as outras disposições secundárias, a comissão dos vinte e um membros, encarregada de redigir o projeto, foi escolhida; e, em reunião, houve

²¹ De acordo com o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, a palavra frege é uma redução de frege-moscas, que significa taberna: “s.m. (1889) RJ m.q. frege-moscas”. Sendo assim, entende-se que ao dizer que a Academia Comercial ministrava o curso de frege, o cronista refere-se ao ofício de proprietário/gerente de uma taberna.

entre os seus membros caloroso debate a respeito de quem deveria ser o relator ou os relatores.

Ao falar sobre isso, o literato traça os predicados necessários a uma pessoa para que se torne ministro ou deputado. Todos eles não muito diferentes daqueles exigidos no Brasil:

Assim, por exemplo, a exigência principal para ser ministro era a de que o candidato não entendesse nada das cousas da pasta que ia gerir. Por exemplo, um ministro da Agricultura não devia entender coisa alguma de agronomia. O que se exigia dele é que fosse um bom especulador, um agiota, um judeu, sabendo organizar *trusts*, monopólios, estancos, etc.

Para deputado, exige-se um pouco mais:

Os deputados não deviam ter opinião alguma, senão aquelas dos governadores das províncias que os elegiam. As províncias não poderiam escolher livremente os seus governantes; as populações tinham que os escolher entre certas e determinadas famílias, aparentadas pelo sangue ou por afinidade.

Carvalho (1995:32) ao empregar a Bruzundanga para falar da política e do sistema eleitoral no Brasil, explica que a eleição não era imparcial: “*La Cámara federal reconocía como diputados a quienes apoyaban el gobernador y el presidente de la República, y consideraba ilegítimos a los demás pretendientes*”.

Em relação à presidência da República, de acordo com a constituição bruzundanguense, o candidato a presidente necessita apenas saber ler e escrever minimamente; entretanto, não precisa ser dotado de inteligência nem desejo de mudança. Em resumo deve ser um medíocre.

A constituição da Bruzundanga era sábia no que tocava às condições para elegibilidade do mandachuva, isto é, o presidente. Estabelecia que devia saber ler e escrever, que nunca tivesse mostrado ou procurado mostrar que tinha inteligência; que não tivesse vontade própria; que fosse, enfim, de uma mediocridade total. Nessa parte a constituição foi sempre obedecida. A república dura, na Bruzundanga, há cerca de trinta anos. Têm passado pela curul presidencial nada menos do que seis mandachuvos, e não houve, talvez, um que infringisse tão sábias disposições. A Carta da Bruzundanga, que começou imitando a do país dos gigantes, foi inteiramente obedecida nessa passagem, e de um modo religioso.

Em **Um mandachuva**, capítulo IX explica que o presidente sempre é escolhido entre os doutores e, especialmente, entre advogados, sendo indicado pelos mais medíocres. A não ser que suba ao poder, por uma revolta mais ou menos disfarçada, um general mais ou menos decorativo, o mandachuva é sempre escolhido entre os membros da nobreza doutoral; e, dentre os doutores, a escolha recai sobre um advogado.

(...) na Bruzundanga, em geral, o mandachuva é escolhido entre os advogados, mas não julguem que ele venha dos mais notáveis, dos mais ilustrados, não: ele surge e é indicado dentre os mais néscios e os mais medíocres. Quase sempre, é um leguleio da roça que, logo após a formatura, isto é, os primeiros anos de sua mocidade até aos quarenta, quando o fizeram deputado provincial, não teve outro ambiente que a sua cidadezinha de cinco a dez mil habitantes, mais outra leitura que a dos jornais e livros comuns da profissão – indicadores, manuais, etc; e outra convivência que não a do boticário, do médico local, do professor público e de algum fazendeiro menos dorminhoco, com os quais jogava o solo, ou mesmo o “truque” nos fundos da botica.

Como demonstração de seu poder, no capítulo VII, vemos que é comum o mandachuva agraciar seus escolhidos com um cargo de diplomata, o que torna a referida carreira muito fácil de ser alcançada. Ressalte-se que essas indicações servem tão somente para o presidente ter maior número de representantes.

Cada mandachuva novo traz sempre em mente aumentar o número de legações, de modo que não há país no mundo em que a Bruzundanga não tenha um batalhão de representantes. Muitos desses países não mantêm, com a curiosa república que venho descrevendo, relações de espécie alguma; mas, como é preciso mandar alguns filhos de “figurões” para o estrangeiro, a munificência dos poderes públicos não trepida em criar nelas legações dispendiosas. Há lá até quem reze para que certos países se desmanchem e surjam da separação novos independentes, permitindo o aumento de legações.

Em **Notas Soltas**, capítulo XXII, o literato retoma o assunto dos mandachuvos, mostrando como também nomeiam pessoas segundo critérios pessoais, que nada favorecem o país.

Lá, na Bruzundanga, os mandachuvos, quando eleitos, e empossados, tratam logo de colocar em bons lugares os da sua clientela. Fazem reformas, inventam repartições, para executarem esse seu alto fim político.

Há, porém, dous cargos estritamente municipais e atinentes à administração local da capital da Bruzundanga, que todos os matutos amigos dos mandachuvas disputam. Os mandachuvas, em geral, são do interior do país. Estes cargos são: o de prefeito de polícia e o de almotacé-mor da cidade. Não só eles são rendosos, pelos vencimentos marcados em lei, como dão direito a propinas e outros achegos.

Em relação a isso, no capítulo XI, **Um Ministro**, mostra como são escolhidos os ministros. Para isso, conta a história da agricultura naquele país. Diz que os fazendeiros nada entendem de agricultura, são exploradores da mão-de-obra cabocla, a quem demitem por qualquer problema (mesmo que inexistente).

A Bruzundanga, como o Brasil, é um país essencialmente agrícola; e, como o Brasil, pode-se dizer que não tem agricultura. O regime de propriedade agrícola lá, regime de latifúndios com toques feudais, faz que o trabalhador agrícola seja um pária, quase sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por dá cá aquela palha, sem garantias de espécie alguma – situação mais agravada ainda pela sua ignorância, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários.

O mandachuva, normalmente, escolhe entre os agricultores um para ser o ministro da agricultura, mesmo que o referido nada entenda do assunto.

Pouco instruídos, apesar de formados nisto ou naquilo, e sem iniciativa de qualquer natureza, despidos de qualquer sentimento de nobreza e generosidade para com os seus inferiores, mais ávidos de riqueza que o mais feroz taverneiro, pimpão e arrogantes, as suas fazendas ou usinas são governadas por eles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos.

Todos eles são políticos, senão de destaque, ao menos com influência nos lugares em que têm as suas fazendas agrícolas; e, apoiados na política, fazem o que querem, são senhores de barão e cutelo, eles ou seus prepostos.

Foi entre semelhantes morubixabas que certo mandachuva escolheu um seu ministro da Agricultura.

[...]

Chico era o tipo do grande agricultor da Bruzundanga: nada entendia de agricultura, mesmo daquela que dizia exercer.

Apesar de bacharel em direito, mal lia os jornais e o seu forte, em aritmética, era a conta de juros, de cabeça.

Os Heróis, capítulo XII, com a intenção de caracterizar o Consolidador, fala sobre a proclamação da República, descrevendo como se deu esse processo. A história pode

facilmente ser comparada à do Brasil e ao que ocorreu com o Marechal Deodoro da Fonseca.

Como sabem a Bruzundanga foi, durante um século, império ou monarquia. Há seis ou sete lustros os oficiais do seu exército começaram a ficar descontentes e juntaram-se a outros descontentes civis, que tinham achado para resumir as suas vagas aspirações a palavra república. Começaram a agitar-se e, em breve, tinham a adesão dos senhores de escravos, cuja libertação os fizera desgostosos com o trono da Bruzundanga.

Os amigos do império, vendo que as cousas perigavam, trataram de enfrentar a corrente com decisão e chamaram, para condestável da Bruzundanga, um velho general que vivia retirado nas suas propriedades agrícolas.

Era de crer que semelhante condestável pudesse ser vencido, mas que confabulasse com os inimigos que vinha combater, não era possível admitir! Pois foi o que ele fez.

Em seguida, descreve também o Visconde de Pancôme como um herói republicano que não se preocupava com o povo, não conhecia suas angústias e necessidades. A trajetória de Pancôme lembra a do Barão do Rio Branco, desafeto de Lima Barreto.

Outro herói da Bruzundanga é o Visconde de Pancôme. Este senhor era de fato um homem inteligente; mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país. Era um historiógrafo, mas não era um historiador. As suas idéias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos, estes mesmos políticos. A história social, ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteava para a ação política, e, sobretudo, diplomática. (...) Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pâcome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e te ro aplauso dos estrangeiros.

Sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração.

(...) Pancôme desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. A história econômica social da Bruzundanga ainda está por fazer, mas um estadista (critério clássico) deve tê-la no sentimento. Pancôme não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista.

Crítica, mais uma vez, o povo que não se dá conta dos defeitos e intenções do Visconde de Pancôme, mantendo-o como um herói:

(...) a gente do país não deu pela origem da crise, tanto assim que, quando Pancôme morreu, lhe fez a maior apoteose que lá se há visto. Os heróis e o povo da República dos Estados Unidos da Bruzundanga são assim, caros senhores.

Esse personagem é retomado em **Pancôme, as suas Idéias e o Amanuense**, capítulo XXI. Nele diz que, como o visconde não segue as leis, suas nomeações independem de concurso.

A sua atrapalhão estava na tal história de concurso, pois até ali, devido a tão tola formalidade, não conseguira ter nos cargos de amanuenses moços bonitos e demais, para fazer concursos, sempre apareciam uns rebarbativos candidatos de raça javanesa, com os quais ele embirrava solenemente.

(...)

essas suas sábias medidas, para recrutamento do seu pessoal, levaram para a sua secretaria moços bonitos e excelentes mediocridades, que ainda procuravam demonstrar a sua principal qualidade intelectual, publicando borracheiras idiotas ou compilações rendosas e pesadas ao Tesouro; entretanto, em certo e determinado sentido, foram proficuas, como teve ocasião de verificar o sucessor de Pancôme.

Além disso, Pancôme usa e abusa das verbas ministeriais, fazendo de seu ministério uma extensão de sua casa. Em suas nomeações, por exemplo, não interessam aptidões e inteligências, basta o indivíduo ser ignorante o bastante para apenas seguir suas ordens sem discutir. As pessoas, entretanto, não se incomodam e, nos jornais, o homem é louvado como um patrimônio nacional.

Q.E.D., capítulo XIX, descreve as funções de um secretário de ministro na Bruzundanga. Mostra como tal cargo é de suma importância para o aparelho governamental do país, uma vez que, por exemplo, evita que o ministro apanhe um resfriado ou saia com a roupa em desalinho.

5.6 –COSTUMES NA BRUZUNDANGA

No capítulo X, **Força Armada**, vemos que um dos costumes daquele país é manter oficiais de terra e de mar, apesar de não existirem realmente Forças Armadas. Num país em que os títulos valem mais que a própria pessoa, esse fato está justificado: não existem as funções, mas as pessoas possuem o título.

Na Bruzundanga não existe absolutamente força armada. Há, porém, cento e setenta e cinco generais e oitenta e sete almirantes. Além disso, há quatro ou cinco milheiros de oficiais, tanto de terra como de mar, que se ocupam em fazer ofícios nas repartições.

O fim principal dessas repartições (...) é estudar a mudança de uniformes dos mesmos oficiais. Os grandes costureiros de Paris não têm tanto trabalho em imaginar modas femininas como os milhares da Bruzundanga em conceber, de ano em ano, novos fardamentos para eles.

Em **A Sociedade**, capítulo XIII, estabelecem-se as classes sociais da Bruzundanga, mostrando como estão definidas. Nesse capítulo ocorre uma crítica à República, momento em que o literato demonstra-se saudosos do Império, já que o novo regime generalizou os gastos fúteis do dinheiro do povo. É ainda neste capítulo que realiza uma distinção entre o centro e o subúrbio da Bruzundanga; o primeiro é o lugar da aristocracia, da moda, dos acontecimentos; o segundo, é abandonado, o lugar dos pobres e marginalizados.

É difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga. (...) Em geral, a gente da terra que forma a sociedade, só figura e aparece nos lugares do tom, durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo. Não há, portanto, na sociedade do momento, tradição, cultura acumulada e gosto cultivado em um ambiente propício. São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for. Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriqueceram pelo comércio ou pela indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente.

Esses, porém, fatigados, não formam bem a sociedade, embora as suas filhas e mulheres façam parte dela.

Os que formam diretamente a grande sociedade, são os médicos ricos, os advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos.

[...]

Pode ser definida a feição geral da sociedade da Bruzundanga com a palavra – medíocre.

Em relação à cultura da Bruzundanga, assim se manifesta:

(...) todas as manifestações de cultura dessa sociedade são inferiores. A não ser em música, isto mesmo no que toca somente a executantes, os seus produtos intelectuais são de uma pobreza lastimável.

Há lá salões literários e artísticos, mas de nenhum deles surgiu um Montesquieu com o *Espírito das Leis*, como saiu do de *Mme. Du Deffand*. As obras mais notáveis que lá têm aparecido são escritas por homens que vivem arredados da sociedade bruzundanguense.

[...]

A pintura, que sempre foi arte dos ricos e abastados, não tem, na Bruzundanga, senão raros amadores. Os pintores vivem à míngua e se

querem algum dinheiro, têm que se rojar aos pés dos poderosos, para que estes lhes encomendem quadros, por conta do governo. Porque eles não os compram com dinheiro seu, senão os de vagas celebridades estrangeiras que aportam às plagas do país com grandes carregações de telas. É outro feitio da gente imperante da Bruzundanga de só querer ser generosa com os dinheiros do Estado. Quando aquilo foi império, não era assim; mas, desde que passou a república, apesar da fortuna particular ter aumentado muito, a moda da generosidade a custas do governo se generalizou.

Ao abordar a questão arquitetônica do país, mostra os contrastes entre centro e subúrbio, bem como as mudanças urbanas que pretendem seguir a moda européia. Como acontece no Brasil e é exposto por Sevcenko (2003), começa a aparecer um país branco, europeizado e civilizado.

(...) convém recordar que os cemitérios dessa gente, ou por outra, os túmulos das pessoas da alta roda da Bruzundanga são outra manifestação da sua pobreza mental.

São caros jazigos ou carneiros de mármore de Carrara, mas os ornatos, as estátuas, toda a concepção deles, enfim, é de uma grande indigência artística.

[...]

As suas casas são desoladoras arquitetonicamente. Há modas para elas. Houve um tempo em que era a de compoteiras na cimalha; houve tempo das cúpulas bizantinas; ultimamente era de mansardas falsas. Carneiros de Panúrgio...

A sua capital, que é um dos lugares mais pitorescos do mundo, não tem nos arredores casas de campo, risonhas e plácidas, como se vêem em outras terras.

Tudo lá é conforme a moda. Um antigo arrabalde da capital que, há quantos anos era lugar de chácaras e casas roceiras, passou a ser bairro aristocrático; e logo os panurgianos ricos, os que se fazem ricos ou fingem sê-lo, banalizaram o subúrbio, que ainda assim é lindo.

Em **Uma Consulta**, capítulo XV, o viajante descreve um médico, o Dr. Adhil Bem Thaft, famoso por jogar *football*, por tentar descobrir a composição de uma pomada que cura calos e por ser da elite. Com essa descrição, vê-se como a nobreza doutoral é valorizada.

O Dr. Adhil, em verdade, de nada entende, não trata problema algum, não receita um xarope a um paciente resfriado, mas, a cada dia, torna-se mais famoso, suas consultas tornam-se mais caras e, por isso, as pessoas esforçam-se para uma consulta com esse excelente *goal-keeper*. É assim a síndrome do doutor na Bruzundanga.

Na Bruzundanga, quando lá estive, a fama do doutor Adhil Bem Thaft não cessava de crescer.

(...) em tal dia, um jornal dizia: “O doutor Adhil, esse maravilhoso clínico e excelente *goal-keeper* acaba de receber honroso convite da *Libertad Football Club*, de São José de Costa Rica, para tomar parte na sua partida anual com o *Ayroca Football Club*, de Guatemala. (...) O celebrado mestre, porém, não pôde aceitar o convite, pois a sua atividade mental anda agora norteadada para a descoberta da composição da Pomada Vienense, específico muito conhecido para a cura dos calos”.

No capítulo XX, **Uma Província**, vemos a descrição de Kaphet e os costumes dos mais ricos, belos, inteligentes e bravos indivíduos moradores daquela província. Por ser um lugar muito rico, possui o melhor ensino do país, as melhores escolas normais e os mais renomados professores.

O traço característico da população da província do Kaphet, da República da Bruzundanga, é a vaidade. Eles são os mais ricos do país; eles são os mais belos; eles são os mais inteligentes; eles são os mais bravos; eles têm as melhores instituições, etc, etc.

(...) julgam-se capazes de exercer qualquer profissão deste mundo; e, se se fala em ser oficial de marinha, eles se dizem capazes de sê-lo do pé pra mão, e assim de artilharia de cavalaria. Imaginam-se prontos para serem astrônomos, pintores, químicos, domadores de feras, pescadores de pérolas, remadores de canoas, niveladores, o diabo!

Tudo isto porque a província faz questão de que conste nos panegíricos dela que o seu ensino é uma maravilha, as suas escolas normais, cousa nunca vista; e os seus professores sem segundos no mundo.

Ali se cultua abertamente o dinheiro e se despreza quem não o possui. Como no Brasil da Primeira República que pretendia esconder os pobres, o pior costume de Kaphet, é considerar que pobre nada vale.

(...) O seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não possui dinheiro nada vale, nada pode fazer, nada pode aspirar com independência. Não há metáfora de classes. A inteligência pobre que se quer fazer, tem que se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções incolores sem significação; sem sinceridades, para não ofender os seus protetores. A brutalidade do dinheiro asfixia e embrutece as inteligências.

Outras Histórias da Bruzundanga é um último capítulo, sem numeração, incorporado ao livro a partir da 2ª. edição. Na verdade, segundo Facioli (1985), é formado

por várias crônicas, publicadas em diferentes revistas ao longo de 1919. Nele ocorre a retomada da questão das Letras, por meio de um comentário sobre a publicação do livro sobre a Bruzundanga.

Mostra que mais um costume daquele povo é não dar valor aos poetas. Lá, como já demonstrado noutro capítulo, não pretendem falar à alma das pessoas, não pretendem discutir nada, apenas enfeitar. Sendo assim, não é necessária nenhuma inteligência para esse ofício, o que explica o fato de serem considerados “bobos da corte”, uma alusão aos parnasianos rebarbativos.

Em todos os tempos os homens de letras, maus ou bons, geniais ou medíocres, ricos ou pobres, gloriosos ou rates, sempre se julgaram inspirados pelos deuses e confabulando intimamente com eles. A vida dos escritores, poetas, comediógrafos, romancistas, etc. está cheia de episódios que denunciam esse singular orgulho deles mesmos e da missão da arte de escrever a que se dedicam. Todos eles deixariam morrer à fome ou de miséria, antes de transformar a sua Musa em passatempo de poderosos e ricos. Entregaram essa função aos bufões, aos histriões, aos bobos da corte, etc.

Na Bruzundanga, até bem pouco, era assim também. A sua nobreza territorial e agrícola estimava muito, a seu jeito, os homens de inteligência, sobretudo os poetas, aos quais perdoava todos os vícios e defeitos. (...)

Os poetas foram postos à margem e não tiveram mais nem consideração nem desprezo. Era como se não existissem, como se fosse possível isso, seja em sociedade humana, fora de qualquer grau de civilização que ela esteja.

O fato de os poetas nada saberem, nada falarem de útil, com nada se preocuparem é, disfarçadamente, ilustrado com uma epígrafe na abertura do capítulo, trecho de um discurso de Coelho Neto durante a inauguração de uma piscina num clube do Rio de Janeiro:

A solenidade que aqui nos reúne e para a qual foram convocados os poderes do Céu e da Terra, e o mar, é de tanta magnitude que a não podemos avaliar senão rastreando, através das sombras do Tempo, a sua projeção no Futuro.

Coelho Neto. Discurso na inauguração da piscina do fluminense F.C.

Em seguida, fala também da escola para o ensino de belas artes (pintura, escultura, gravura e arquitetura).

O país da Bruzundanga, hoje República dos Estados Unidos da Bruzundanga, antigamente império, tem-se na conta de civilizado e, para isso, entre outras cousas, possui escolas para o ensino de belas-artes.

Ressalta, entretanto, a indiferença que os cidadãos bruzundangos têm em relação a quem se forma na referida escola.

Se não conseguem lugares de professores, mesmo de desenho linear, nenhum favor público ou particular recebem da nação e do seu povo.

Muitos, como também acontece com alguns poetas, entregam-se à *sodka* (uma espécie de bebida alcoólica) para esquecer o ostracismo e a frustração.

Houve um até, pintor de mérito, que se fez fabricante de tabuletas, para poder viver, os mais, quando perdida a força de entusiasmo da mocidade, se entregam a narcóticos, especialmente a uma espécie da nossa cachaça, chamada lá *sodka*, para esquecer os sonhos de arte e glória dos seus primeiros anos.

Dá-se o mesmo com os poetas, principalmente os pouco audazes, aos quais os jornais nem notícia dão dos livros.

Conheci um dos maiores, de mais encanto, de mais vibração, de mais estranheza, que, apesar de ter publicado mais de dez volumes, morreu abandonado num subúrbio da capital da Bruzundanga, bebendo *sodka* com tristes e humildes pessoas que nada entendiam de poesia; mas o amavam.

A gente solene da Bruzundanga dizia dele o seguinte: “É um javanês (equivalente ao nosso ‘mulato’ aqui) e não sabe sânscrito.”.

Neste último trecho, já não dizemos nem que se trate de uma comparação com o Brasil ou de uma sátira a esse país, mas nos impressiona como o literato parece prever o fim de sua própria vida – morre no subúrbio, esquecido, vítima do alcoolismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a manifestação lingüístico-discursiva a respeito de língua, identidade e cidadania na obra de Lima Barreto, literato que viveu no Rio de Janeiro entre 1881 e 1922. Morto pouco antes da eclosão do movimento modernista denominado Semana de Arte Moderna, postumamente foi considerado um pré-modernista, pois havia inaugurado um novo pensamento sobre a língua empregada nos textos literários e os temas abordados na referida literatura.

Para alcançarmos esse objetivo, apoiamo-nos na História das Idéias Lingüísticas e, portanto, seguimos as três dimensões comportadas num hiper-espaco: cronologia, geografia e conjunto de temas, conforme indicam Fávero e Molina (2006). Como cronologia, trabalhamos com o período de transição entre os séculos XIX e XX ou transição Império/República; como geografia, escolhemos a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal e cultural do país; e, como conjunto de temas, abordamos a configuração da obra de Lima Barreto em defesa de uma língua portuguesa que representasse a identidade nacional brasileira e a cidadania dos aliados do sistema.

Como objetivos específicos pretendemos (1) examinar o significado de literatura militante e o papel social da literatura de acordo com o que era exposto na obra barretiana. O exame mostrou que, para o literato, qualquer obra literária deveria ser militante e, portanto, denunciar e combater as mazelas sociais, uma vez que “a literatura foi (e ainda é) uma das linguagens através das quais diferentes comunidades constroem, reforçam ou reformatam sua identidade, desdobram e renovam poderes da linguagem verbal” (Lajolo, 1996:108). Ou, nas próprias palavras do literato, uma literatura militante deve ser

ativa, em que o palco e o livro são tribunais para as discussões mais amplas de tudo o que interessa ao destino da humanidade. (*O Destino da Literatura*)

Ao observarmos a obra limana, podemos concluir que toda ela é militante, já que o literato escrevia na tentativa de chamar a atenção dos leitores para os problemas das pessoas e do país. Para ele, um desses problemas era a desvalorização da modalidade lingüística empregada pelo cidadão não letrado (ou não culto) que, ao não ser ouvido e não se enxergar na literatura, deixava de ser cidadão, perdendo, por conseguinte, sua identidade.

Ainda em relação aos objetivos específicos, pretendemos também (2) examinar conceitos de purismo lingüístico e demonstrar como esse fenômeno era abordado na obra de Lima Barreto. Para tal, examinamos, em especial, o romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e observamos que o autor denunciou a artificialidade, inclusive lingüística, da imprensa brasileira, condenando a modalidade lingüística de prestígio e o purismo que se instituía como uma atitude de correção e preservação da norma. Para ilustrar o mal advindo do posicionamento purista, um dos personagens do romance, o *gramática* Lobo, acaba louco, internado num hospício, mudo por temer falar e ter sido influenciado pelos erros gramaticais dos outros.

Ao criticar o purismo e o rigor gramatical em *Recordações*, concluímos que Lima Barreto reafirma a tendência militante de sua obra, pois se trata de mais uma tentativa de chamar a atenção para os problemas que afligiam a população brasileira.

Prosseguindo com os objetivos específicos, buscamos (3) analisar, nas crônicas jornalísticas e ficcionais do literato, a manifestação crítica em relação à língua, educação e preconceitos. Para tal, no capítulo 4, examinamos as crônicas-críticas (jornalísticas) e, no capítulo 5, as ficcionais agrupadas no livro *Os Bruzundangas*.

Essa análise demonstrou-nos que, se ao escrever crônicas em jornais (como visto no capítulo 4), o literato fez protestos contra a qualidade da educação no Brasil, fez o mesmo em *Os Bruzundangas* ao caracterizar o ensino daquele país. Nos dois casos, o

sujeito-autor pregava a necessária mudança de parâmetros, uma vez que o sistema educacional da época estava completamente voltado para a elite, fazendo com que o grosso da população brasileira ficasse cada vez mais alijado e tivesse cada vez menos chances de ser ouvido, menos direito à voz. Esse pensamento manifesta-se quando o literato diz:

Já vos falei na nobreza doutoral desse país (a Bruzundanga); é lógico, portanto, que vos fale do ensino que é ministrado nas suas escolas, donde se origina essa nobreza. (...) Há casos tão escandalosos que, só em contá-los, metem dó. (*O Ensino na Bruundanga. Os Bruzundangas*)

O mesmo pode ser observado, na crônica *Continuo*, na qual o escritor fala sobre o ingresso da população pobre ao sistema educacional:

O governo do Brasil, tanto imperial como republicano, tem sido madrasta a esse respeito (...). Todos eles são instituições fechadas (...) custam os olhos da cara...

Além do difícil acesso à escola, Lima Barreto protestou também contra a qualidade do ensino e o caráter dos professores, que cediam a chantagens e ofertas para aprovar os filhos da elite nos exames preliminares. N'Os *Bruzundangas*, os pais poderosos manipulavam as bancas dos exames preliminares, a única etapa do ensino que causava algum temor a seus filhos:

Do que eles têm medo, é dos exames preliminares. De forma que os filhos dos poderosos fazem os pais desdobrar bancas de exames, pôr em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos saibam frações, outros em francês, sem que possam traduzir o mais fácil autor. (*O Ensino na Bruzundanga. Os Bruzundangas*)

Essa manipulação só era possível porque os professores, segundo Lima Barreto, não se contentavam com o que eram; queriam prestígio e dinheiro, sonhavam em ocupar cargo, alcançados por meio de um acordo com os poderosos. Portanto, não reprovavam seus filhos.

Não é possível que um lente de química orgânica, por exemplo, que, devido às relações que tem com o capitalista Joab Manasses (...), consiga do seu coração a violência de reprovar-lhe o filho. O Efraim (...) vai assim correndo os anos. (*A Superstição do doutor*)

Em relação ao mandarinato doutoral, facilmente pôde-se estabelecer relação entre as crônicas-críticas e *Os Bruzundangas*. No último, ser doutor era ser nobre; havia, portanto, a nobreza doutoral, o que dava às pessoas poder e prestígio. Sobre isso, o literato fala em vários capítulos:

Quando em geral vão estudar a medicina, não é a medicina que eles pretendem exercer (...), é ser doutor. (*Os Samoiedas. Os Bruzundangas*)

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas chamadas superiores. (...). Lá, um cidadão que se arma de um título... obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. (*A nobreza da Bruizundanga. Os Bruzundangas*)

Em relação ao Brasil, na crônica *O caso da Folha*, o literato mostra que também aqui o doutor tinha privilégios e também constituía uma nobreza capaz de calar a voz do pobre:

...então só os doutores ou quase doutores, ou naturalizados doutores, têm pensamento e podem exprimi-lo nos jornais? (*O caso da Folha*)

(...) No Brasil, o doutor (e olhem que escapei de ser doutor) é um flagelo, porque se transformou em nobreza... O doutor se é ignorante, o é, mas sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco. (*Vida Urbana*)

No que tange à literatura, ao que ela pretendia alcançar e ao modelo literário, Lima Barreto sempre pregou que essa arte não poderia empregar uma linguagem que a afastasse do povo. Ao contrário, precisava estar mais perto dele. Não é o que se via na Bruzundanga, onde o principal escopo literário era “não exprimir cousa alguma com relação ao assunto visado”.

Kotelnijii era considerado como um grande poeta “samoieda” e tinha mesmo estabelecido com assentimento de todos eles, as leis científicas da escola perfeita, “a samoieda”, que ele definia como tendo por escopo não exprimir cousa alguma com relação ao assunto visado, ou dizer sobre ele, pomposamente, as mais vulgares banalidades.

Da mesma forma, Lima Barreto fala da literatura parnasiana de Coelho Neto, que não demonstrava preocupação com o povo, sua língua, seus problemas, nem em comunicar-lhe algo. Sua obra estava voltada apenas para a beleza, os enfeites de linguagem, o ornamento:

(...) o senhor Coelho Neto ficou sendo unicamente um plástico, um contemplativo. (...) o romancista que se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem (...), em quem não repercutiam as ânsias de infinita justiça dos seus dias. (*Literatura e Política*)

Como se pôde observar, em toda a obra limabarretiana há sempre uma crítica que, de alguma forma, pode nos reportar à questão lingüística e à identidade nacional dela advinda. Tal crítica sustenta-se no fato de, conforme afirma Martins (1988), no início do século XX, ainda vigorarem os preceitos da ortodoxia gramático-lingüística. Além disso, nesse século, segundo Silva (2001:12)

A língua escrita passa a ser mais um dos critérios de seleção e exclusão dos indivíduos em sua cidadania. Assim o espaço social abre-se para alguns e fecha-se para a maioria da população brasileira que era cidadã mas não possuía as qualidades para o efetivo exercício da cidadania. Ser letrado constituía marca de diferença.

Também no léxico foi possível observar a manifestação discursiva da crítica limana. Nas crônicas jornalísticas, demos destaque aos neologismos e ao emprego de uma modalidade supostamente coloquial. Nas crônicas ficcionais, podemos destacar o título do livro: *Os Bruzundangas*. Por que esse nome? Teria ele algum significado especial? Na sátira limana, o próprio nome do país se colocava como uma crítica. De acordo com *Michaelis*, dicionário *on-line*, o surgimento da palavra bruzundanga é datado de 1922 e significa:

1.coisa de pouca serventia ou inútil; 2.insignificância, ninharia, amontoado de coisas inúteis ou de escassa serventia; 3.falta de ordem, confusão, barafunda; 4.linguagem confusa, difícil de entender, algaravia; 5.coisa malfeita, mal realizada; 5.1. comida mal preparada, de aspecto nojento.

Já no dicionário Aurélio (1996), trata-se de uma variação de *burundanga*, vinda do espanhol e significa:

1. palavreado confuso; 2. mistura de coisas imprestáveis; 3. mixórdia; 4. confusão, embrulhada, trapalhada; 5. cozinhado malfeito, ou sujo e repugnante.

Em Caldas Aulete (1964), além das acepções de Aurélio, acrescenta-se

plural de coisas de pouco ou nenhum valor: ninharias, bagatelas.

Finalmente, no dicionário de Houaiss (2007), há todas as definições abordadas nos outros e o seguinte complemento:

ocorre p.ex. no livro de Lima Barreto intitulado *Os Bruzundangas*, sátira de ‘brasileiros, por seu palavrório que leva a nada’.

Sendo assim, podemos afirmar que *Os Bruzundangas*, desde o título, é uma crítica mordaz ao modelo de língua valorizado no Brasil e ao fato de tal modelo servir como mais um (e talvez o mais forte) elemento de discriminação e silenciamento da população suburbana do Brasil, sem direito à escola,. Tudo isso ajuda-nos a entender, no dizer de Joanilho (2006:262), “a história da formação de uma língua nacional no país, pensando a relação língua/nação/Estado e o cidadão que essa relação constitui.”

Realizar essas análises do passado exposto na obra limabarretiana pode colaborar para a compreensão do presente. Ou seja, a memória constante na literatura desse período ajuda-nos na construção do saber atual sobre a língua.

Em relação a esse saber, como os usos lingüísticos representam, determinam e estabelecem as relações de poder numa determinada sociedade, entender a crítica barretiana reporta-nos ao passado lingüístico anterior ao literato: a língua herdada do e imposta pelo dominador (Portugal), durante muito tempo, significava as amarras que o Brasil ainda mantinha com aquele país, ou seja, falar português tinha a conotação de

continuar pertencendo a Portugal, mesmo que apenas culturalmente. Por isso, havia discussões sobre como libertar a língua portuguesa do Brasil. Independência lingüística, naquele momento, significaria a independência da nação.

Num passado mais recente, no qual se insere a obra limana (início do século XX), o emprego da modalidade culta da língua, reconhecida pela elite, significava negar o direito à voz àqueles que não a dominassem, isto é, ao grosso da população brasileira que não tinha acesso à escola nem à literatura e, portanto, não se via representada na referida modalidade lingüística. Logo, o preconceito de classe presente na sociedade era reforçado no uso lingüístico, o que justifica a crítica e os apelos de Lima Barreto. Naquele momento, o reconhecimento da modalidade lingüística dos menos favorecidos significaria o reconhecimento das próprias pessoas, o direito à cidadania.

Finalmente, analisar a obra limabarretiana pode ajudar a refletir sobre o presente, século XXI, momento em que, no Brasil, ainda se discute a incorporação de palavras estrangeiras ou a proibição de seu emprego em documentos escritos em língua portuguesa (Projeto Aldo Rebelo). Numa sociedade capitalista, que carrega altos índices de dependência econômica da nação americana, não aceitar os tão comuns galicismos, talvez possa configurar uma tentativa de independência dos Estados Unidos.

Pode nos levar também a questões referentes ao reconhecimento/valorização de modalidades diferentes da culta (tema tão caro à Sociolingüística). Ainda atualmente as pessoas que não dominam a modalidade culta da língua ficam, de certa maneira, sem direito à voz, o que justifica a existência de pesquisas que procuram demonstrar que a língua comporta fenômenos de variação e mudança, tentando, dessa forma, dar aos falantes o direito de serem ouvidos independente da modalidade lingüística que empregam.

Tudo isso permite-nos afirmar que o estudo da obra barretiana possibilita-nos uma aproximação/distanciamento da modalidade lingüística que se impunha nas primeiras

décadas do século XX e a que efetivamente se valoriza atualmente na nação brasileira. Distanciamento por nos fazer observar que alguns usos são comuns hoje e, portanto, dispensam discussão ou luta por seu reconhecimento; aproximação por evidenciar que a briga em torno da língua sempre existirá. Uma vez que a nação se constrói e consolida eternamente, duradouras também serão as lutas pelo poder lingüístico. Isso fica claro se observarmos as polêmicas atuais em torno do novo acordo ortográfico, que encontra no embargo de Portugal a tentativa de manter a dominação que não é econômica, mas, via língua, ainda é cultural.

Voltando a Lima Barreto, finalmente, resta-nos a observação de que este trabalho mostrou-nos que, com uma consciência estilística inovadora, com uma manipulação lingüística diversa da que era valorizada no final do século XIX e no início do XX, o literato foi a voz inaugural a libertar a linguagem brasileira das lides afrancesadas. Com isso, imprimiu-lhe identidade brasileira e reforçou o sentimento de cidadania tão caros à população desse país. Portanto, na obra desse marginalizado, mas importantíssimo literato, sob a luz dos pressupostos da História das Idéias Lingüísticas, é possível a clara e fácil observação dos ideais de língua, identidade e cidadania de que o brasileiro se ressentia na época estudada.

Cabe-nos ainda revelar a esperança de que esta pesquisa possa colaborar, de alguma forma, para a produção de um conhecimento sistemático sobre a história da língua portuguesa do Brasil e, finalmente, aproveitar este espaço que, por suas características, permite-nos uma insinuação de registro pessoal, para afirmar que o resultado de nosso empreendimento intelectual não se resume no número de páginas desta tese; apesar de subjetivo, encontra-se, com certeza, no saber com ela duramente conquistado.

REFERÊNCIAS

AIEX, Anoar. *As idéias sócio-literárias de Lima Barreto*. São Paulo: Vértice, 1990.

ARAGÃO, Raymundo Moniz de. *A Instrução Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IESAE, 1985.

ARRIGUCCI, Davi. Jr. Braga de novo por aqui. *Os melhores Contos de Rubem Braga*. 10.^a ed. São Paulo: Global, 1999.

ASSIS, Lúcia Maria de. O antipurismo lingüístico em Lima Barreto. In *Mário Barreto Gramática e Léxico* - Cadernos do CNLF.vol. VIII, no. 13, 2004. pp 164–170.

_____. *Crônica: um caso de dialogismo fala/escrita*. Taubaté, 2002. (Dissertação de Mestrado apresentada à UNITAU).

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. (Tradução de ORLANDI, Eni Puccinelli).

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8^a.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicologia no Português do Brasil. In: NUNES, José Horta e PETTER, Margarida (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humânitas, 2002.

BISINOTO, Leila Salomão Jacob. Identidade Lingüística; o conceito em discussão. *In: Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n.º 16. São Paulo: Pontes, 2006.

BOTELHO, Denilson. *A Pátria que quisera ter era um mito: O Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2002. (Coleção biblioteca Carioca v. 44. Série Literatura).

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. *In: Revista Brasileira de História*. vol. 19 n. 38. São Paulo, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 40ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CALLOU, Dinah. Da História Social à História Lingüística: o Rio de Janeiro no século XX. *In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). Para a História do português Brasileiro*. vol. III: Novos estudos. São Paulo: Humânicas, 2002. p.281-192.

_____. *A Literatura Brasileira: O Pré- Modernismo*. vol V. 5ª.ed. São Paulo: Cultrix. (s/d).

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 17ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CAMPOS, Maria Tereza. *Lima Barreto*. Coleção ponto a ponto. São Paulo: Ática, 1988.

CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. *In: CANDIDO, A. (org.) A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*. México D.F.: Fideicomiso Historia de las Américas e El Colegio de México, 1995.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO Kátia de. Imprensa e Informação no Brasil, século XIX. *Revista Ciência da Informação*, volume 25, n.º 3, 1996. (Disponível em <http://dici.ibict.br/archive>).

CHALHOUB, Sidney. Prefácio. In BOTELHO, Denilson. *A Pátria que quisera ter era um mito: O Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2002. (Coleção biblioteca Carioca v. 44. Série Literatura).

CORRÊA, Nanci Rodrigues Gomes. *A presença da identidade lingüística do Brasil(eiro) no discurso literário do século XIX*. São Paulo: 2006. (Tese de Doutorado apresentada à PUC-SP).

CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

_____. *A Questão da Norma Culta Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambon* (as classes sociais na obra de Lima Barreto). São Paulo: Cortez, 1981.

CYRINO, Sônia M. L. e JOANILHO, Mariângela P. G. Para a história do Português Brasileiro: mudança e memória. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n.º 16. São Paulo: Pontes, 2006.

DIMAS, Antônio. *Tempos Eufóricos*. São Paulo: Ática, 1983.

DUBOIS, Jean *et al.* *Diccionario de Lingüística*. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELIA, Silvio. *A língua portuguesa no mundo*. 2^a. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FACIOLI, Valentin. República dos Bruzundangas: Por que não me ufano de meu país. In: BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Série Bom livro. São Paulo: Ática, 1985.

FARACO, Carlos Alberto. *A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e Cercanias*. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n.º 7. São Paulo: Pontes, 2002.

FÁVERO, Leonor Lopes. A crônica de Lima Barreto: dialogismo fala/escrita. In: PRETI, Dino (org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humânitas, 2005. pp.325-343.

_____. e MOLINA, Márcia Antônia Guedes. HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS: ORIGEM, MÉTODO E LIMITAÇÕES. In: *Revista da ANPOLL*, n.º 16. Jan. a Jun., 2004. pp. 131-146.

_____. *As concepções Lingüísticas no Século XIX: A GRAMÁTICA NO BRASIL*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. A crônica: uma leitura textual-discursiva. In NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes dos Santos *et al.* *Processos enunciativos em diferentes linguagens*. Franca: Unifran, 2006. pp. 71-94.

FIGUEIREDO, Carmen Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FREIRE, Zélia Nolasco. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. O multilingüismo e o funcionamento das línguas. In *Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN*. Disponível em [www. iphan.gov.Br](http://www.iphan.gov.br). Acessado em 10/01/2008.

GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli. Identidade Lingüística. In: GUIMARÃES, e. ORLANDI, E. P. (org.). *Língua e Cidadania – O Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. pp. 9-18.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 35^a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2^a. reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. As Metáforas da Língua Nacional. In Sínteses – Revista dos Cursos de Pós-Graduação. vol. 11. Campinas: UNICAMP, 2006. pp. 259-269. (Disponível em <http://libdigi.unicamp.br>).

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho*. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro : Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001

LAJOLO, Marisa. Oralidade, um Passaporte para a Cidadania Literária Brasileira. In GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). *Língua e Cidadania O Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. pp.107-126.

_____ e ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 3^aed. São Paulo: Ática, 2003.

LEITE, Marli Quadros. *METALINGUAGEM E DISCURSO: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. Purismo no discurso oral culto. In: PRETI, Dino. (org.) *O discurso Oral Culto*. São Paulo: Humânicas, 1997. pp.63-90.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o Espaço Romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

LOPES, Silvana Fernandes. *LIMA BARRETO E A EDUCAÇÃO*: Os limites históricos de uma concepção Crítica da Educação Escolar. UNICAMP: 2002. (Tese de Doutorado).

_____. *A Educação Escolar na Primeira República*: A perspectiva de Lima Barreto. Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br. (Acessado em julho/2007).

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)Acção*. São Paulo: UNESP, 1999.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. Goiânia: UFG. São Paulo: EDUSP, 2002.

MACHADO, Izamara Bastos. *A imprensa no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, 2004. (Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Comunicação da UFRJ).

MARIUZZO, Patricia. Uma língua, múltiplos falares. In *Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN*. Disponível em www.revista.iphan.gov.br.

MARTINS, Sylvia. J. A. A crônica brasileira. In: *Revista Stylos*, nº.1. São Paulo: Unesp, 1980.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da Língua Portuguesa V. Século XX*. São Paulo: Ática, 1988.

MENDONÇA, Marina Célia. *A LUTA PELO DIREITO DE DIZER A LÍNGUA*: A Lingüística e o Purismo na passagem do Século XX para o Século XXI. Campinas, 2006. (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP).

MOISÉS, Massaud. *A criação literária (prosa)*. 13^a.ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

NEEDELL, Jeffrey. D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de. Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. CANDIDO, A. (org.). *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

NUNES, José Horta e PETTER, Margarida (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo/Humânitas, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.) *História das Idéias Lingüísticas. Construção de um Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Cáceres: Unemat/Pontes, 2001.

_____. *Língua e Conhecimento Lingüístico (Para uma História das Idéias no Brasil)*. São Paulo; Cortez, 2002.

_____. *Discurso e Leitura*. 3^a.ed. Campinas: Cortez, 1996.

PAGOTTO, Emílo Gozze. Norma e Condescendência, Ciência e Pureza.. In *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n.º 2. São Paulo: Pontes, 1998.

PENTEADO, Alice Áurea Martha. *Lima Barreto e a crítica (1900-1922): a conspiração do silêncio*. Madri: Espéculo. Revista de Estudos Literários, no. 16. Universidad Complutense de Madrid, 2000. (Disponível em www.ucm.es)

PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1978.

PRADO, Antonio Arnoni. PREFÁCIO. In RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. Sonhos e mágoas de um povo. In _____ e VALENÇA, Rachel. *Lima Barreto Toda Crônica*. Volume I. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

_____ e VALENÇA, Rachel. *Lima Barreto Toda Crônica*. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 9ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROSSONI, Igor. Lima Barreto linguagem e ser. *Estudos Lingüísticos XXXV*, 26. pp. 936-940.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 6ª..ed. São Paulo: Ática, 2001.

SANTOS, Fábio Eliomar do Carmo Souza. *Do subúrbio à Neofavela: Contravenções Literárias e Discurso em Lima Barreto e Paulo Lins*. Niterói, 2004. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense).

SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*. vol.20. n. 39. São Paulo, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Maurício Pedro da. *ENTRE A HELADE E O SUBÚRBIO: Confrontos Literários na Belle Époque Carioca (Lima Barreto versus Coelho Neto)*. São Paulo, 1995. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP).

_____. Confrontos Lingüísticos no Pré-Modernismo Brasileiro: Lima Barreto versus Coelho Neto. In *Anais do III Congresso Nacional de Língua e Filologia*, 1999. (Disponível em www.filologia.org.br).

_____. *A Linguagem do Poder e o Poder da Linguagem: Lima Barreto e a Língua Portuguesa*. In *Estudos da Linguagem*. Vol.07, nº. 01. Jan/Jun. Belo Horizonte: UFMG, 1998. pp.91-105.

SILVA, Mariza Vieira da. Alfabetização, escrita e colonização. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.) *História das Idéias Lingüísticas. Construção de um Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Cáceres: Unemat/Pontes, 2001.

SILVA, Giselda Brito. História e Lingüística: Algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a História da Análise do Discurso. In: *SAECULUM – Revista de História*. vol.11. João Pessoa: UFRPE, ago./dez. 2004.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. rio de Janeiro: Presença, 1986.

SILVEIRA, Cristiane da. Entre a História e a Literatura: A identidade nacional em Lima Barreto. In: *História, Questões e Debates*. n º 44. Curitiba: UFPR, 2006. pp. 115-146.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1964.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

URBANO, Hudinilson. Uso e abuso de provérbios. In PRETI, Dino. (org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humânicas, 2002. P.253-321.

VASCONCELLOS, Eliane. *Lima Barreto: Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 2001.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. 3ª.ed. Rio de Janeiro, 1954.

FONTES

BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. *Correspondência*. Tomos I e II. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1983.

BARRETO, Lima. *Impressões de Leitura*. São Paulo; Brasiliense, 1956. (Disponível em Virtual Bookstore – www.vbookstore.com.br)

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: PubliFolha, 1997.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Série Bom livro. São Paulo: Ática, 1985.